

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

RONDÔNIA

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

BASES PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO E
INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA

RONDÔNIA

2026

2026 - Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total deste manual, desde que citada a fonte e que não seja utilizado para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1. Edição - 2026 - 1.000 exemplares
Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR
Coordenação Geral de Gestão do Território - CGGT
Coordenador geral: Vitarque Lucas Paes Coêlho

Empresa contratada: **Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM**
Coordenadores do Projeto: Henrique Barandier e Jessica Ojana

Ficha Catalográfica

Fronteiras da Amazônia: Arco Norte e Rondônia

Bases para o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Rondônia/ Henrique Barandier (coord.), Jessica Ojana (coord), IBAM, MIDR – Rio de Janeiro, RJ: IBAM, 2026.

192 f. : il. col.
ISBN: 9786552785909

1. Faixa de Fronteira 2. Política Nacional de Desenvolvimento Regional 3. Programa Fronteira Integrada 4. Região Norte - Rondônia I. Instituto Brasileiro de Administração Municipal II. Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional III. Barandier, Henrique IV. Ojana, Jessica V. Título.

CDU
502+352(811)

Ficha Catalográfica elaborada por
Amanda de Chiara dos Santos Neto – Bibliotecária – CRB: 07798

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA
(Contratante)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
(Entidade Executora Nacional do Projeto de Cooperação Técnica)

Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/23/002 - MIDR_GOVERNANÇA REGIONAL E TERRITORIAL / Edital n. 099/2024

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional
Antonio Waldez Góes da Silva

Secretário executivo
Valder Ribeiro de Moura

Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - Substituto
Edgar Batista de Azevedo Caetano

Chefe de Gabinete
Lucas Arantes Miotti

Coordenador-Geral de Gestão do Território
Vitarque Lucas Paes Coêlho

Equipe Técnica
Rodolfo Calmon de Castro - Economista / Coordenador de Projeto
Raquel Martins Rego – Analista Executiva
Rodrigo Martins dos Santos - Analista de Infraestrutura
Wallace Vitor Leão Feitosa - Consultor IICA
Larissa Andreza Costa Peniche - Consultora IICA
Luciana Chagas Uchoa de Mendonça - Consultora IICA
Marcelo Burguez Pires - Consultor IICA
Daniel Santiago Chaves Ribeiro - Consultor IICA
Alex Rosa Campani – Assessor Técnico
Victor Rodrigues Pereira - Assessor Técnico

Apoio Administrativo
Patrícia Sousa Silva Maria - Secretária Executiva
Gabryella Mateus de Oliveira Mascarenhas – Assessora Administrativa
Antonia Moreira Silva – Assessora Administrativa

Consultoria | Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Superintendente Geral do IBAM
Claudia Ferraz

Supervisão Institucional
Paulo Timm
Alexandre Santos

Coordenação Geral e Coordenação Técnica
Henrique Barandier
Jessica Ojana

Coordenação de Geoprocessamento
Eduardo Rodrigues Marins

Coordenação de Mobilização e Articulação
Louise Storni

Coordenação de Comunicação
Ewerton Antunes

Equipe técnica
Alberto Costa Lopes - Especialista Arquitetura e Urbanismo
Fernanda Ferreira - Especialista Geografia
Bernardo Mercante Marques - Especialista Ciências Sociais
Clarice Antoun - Especialista Economia
Paulo Timm - Especialista Administração Pública
Marcus Alonso Ribeiro Neves - Especialista Direito
Luciana Hamada - Especialista Gestão Climática e Infraestrutura
Rosimere de Souza - Especialista Migração e Segurança
Karin Segala - Especialista Desenvolvimento Social e Infraestrutura
Ricardo Moraes – Especialista Planejamento Urbano
Priscila Oquioni - Consultora Jurídica
Marcella Meireles - Consultora Jurídica
Alessandra Bizoni - Jornalista
Edjales Brito – Consultor local Rondônia
Maria Emília Coelho – Consultora local Acre
Luiz Castro – Consultor local Amazonas
Solange Aparecida - Consultora local Pará
Katia Vizzoni – Consultora local Roraima

Apoio
Flávia Lopes - Apoio Administrativo
Roberto Gonçalves - Programação Web
Pedro Predes – Estagiário de Comunicação
Jenifer Castro – Estagiária de Geografia
Juliana Kreitlon – Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Mensagem do MIDR

É com grande satisfação que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) apresenta os resultados do Projeto Fronteiras da Amazônia. Esta iniciativa nasce do nosso profundo compromisso em construir as bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, além de fortalecer os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs).

Esse esforço só foi possível graças a uma valiosa rede de cooperação. Caminhamos lado a lado com importantes parceiros do Governo Federal – como o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) –, além de contar com a dedicação fundamental dos Governos Estaduais e Municipais. O que vemos aqui é a prova de que o diálogo federativo é o melhor caminho para garantir a soberania nacional e promover o progresso social onde o Brasil mais precisa.

Guiados pela estratégia do Programa Fronteira Integrada (PFI), desenhamos agendas transversais que olham para o futuro. Nosso foco está em conciliar sustentabilidade, inovação, bioeconomia, economia circular e tecnologia da informação e comunicação. Para que o plano refletisse a realidade real de cada localidade, adotamos o conceito da sêxtupla hélice: ouvimos quem faz a região acontecer. Unimos governo, academia, setor produtivo, sociedade civil, investidores e as nossas comunidades tradicionais em oficinas colaborativas e plataformas digitais para construir, de forma transparente, uma verdadeira carteira de projetos.

Este conjunto de publicações não é apenas um diagnóstico; é um convite à ação. Ao consolidar as potencialidades e os desafios de cada estado, alinhados às Diretrizes das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Fronteiras, oferecemos uma base de informações rica e atual para subsidiar os planejamentos dos estados fronteiriços. Mais do que isso, este material se consolida como uma ponte diplomática para estreitarmos laços, parcerias e projetos de interesse comum com os nossos países vizinhos visando à integração e desenvolvimento das nossas fronteiras.

Dedicamos este caderno especial ao Estado de Rondônia, importante eixo de conexão entre o Brasil e a Bolívia. A extensa fronteira compartilhada entre os dois países aproxima populações e dinâmicas econômicas, culturais e sociais. Nesse contexto, a cooperação transfronteiriça torna-se fundamental para enfrentar desafios comuns e ampliar oportunidades relacionadas ao desenvolvimento regional, à

infraestrutura, à segurança e à proteção ambiental. Este documento reafirma o compromisso com políticas públicas integradas e articuladas, capazes de fortalecer a presença institucional e promover desenvolvimento sustentável para a população rondoniense e para a região de fronteira.

Com compromisso, esperança e a certeza de que o futuro da Amazônia se constrói com união para o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Waldez Góes
Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional

Mensagem do IBAM

A publicação das bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) marca a conclusão de um processo de trabalho intenso, em torno de um tema tão complexo quanto essencial como é o do planejamento e gestão do território na extensa faixa de fronteira brasileira.

Participar de um projeto dessa envergadura, envolvendo seis estados da federação, com foco sobre uma região que engloba 97 municípios, onde vivem mais de 3 milhões de pessoas, foi, sem dúvida, desafiador e estimulante para o IBAM. Ao longo de cerca de um e ano meio de trabalho se buscou compreender as dinâmicas presentes na faixa de fronteira da Amazônia, reconhecendo diferenças locais, para se chegar à proposição de uma carteira de projetos para cada estado.

Sob a coordenação geral do MIDR, o projeto se desenvolveu na interlocução direta com os estados, municípios e atores sociais atuantes na faixa de fronteira. Para além conectar o trabalho com a realidade do território, o esforço de articulação empreendido buscou estimular os estados a pensarem a gestão da região fronteiriça como prioritária. Dessa forma, o próprio processo de trabalho se constituiu como contribuição para o fortalecimento dos Núcleos Estaduais de Fronteira existentes e como incentivo para a formação onde ainda não existem, pois são fundamentais para a consolidação dos PDIFFs e acompanhamento de sua implementação.

Cabe destacar também o empenho das equipes envolvidas em buscar convergências entre diferentes políticas públicas que incidem nos territórios da fronteira na Amazônia, numa visão integrada de desafios e potencialidades. Espera-se que os PDIFFs possam se consolidar como referência comum na definição de prioridades de ação e de investimentos, para as diferentes esferas de governo, para o setor privado e para as organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, podem desempenhar importante papel na interlocução com países vizinhos, uma vez que pensar a faixa de fronteira exige também a construção dialogada sobre propostas para lidar com os desafios comuns.

Agradecemos a todas colaborações ao longo do processo de trabalho, nas visitas de campo, nas reuniões técnicas, nas oficinas territoriais, na plataforma online de consulta, que permitiram qualificar os resultados obtidos e sistematizados na publicação de cada estado.

Saudações,

Claudia Ferraz
Superintendente Geral do IBAM



Foto: Marcello Sokal/Setur-RO

Lista de siglas

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AGER	Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados
AGEVISA/RO	Agência de Vigilância Sanitária de Rondônia
ALC	Área de Livre Comércio
ALFV	Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APIs	Arranjos Populacionais Internacionais
APLs	Arranjos Produtivos Locais
APs	Áreas Privadas
ASPRONAM	Associação dos Produtores de Nova Mamoré
AssRs	Assentamentos Rurais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
BEN	Balanço Energético Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPFRON	Batalhão de Fronteira e Divisas
CAERD	Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBMRO	Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNFron	Comitê Nacional de Fronteiras
CNJ	Conselho Nacional de Justiça

CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
COGEO	Comissão do Zoneamento Ecológico–Ecológico
CONDISI	Conselho Distrital de Saúde Indígena
CONSUN	Conselho Superior Universitário
CONSUP	Conselho Superior
COOPFISH	Cooperativa de Piscicultores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CR	Centro Regional
DACREDEN	Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DER-RO	Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia
DETIC	Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação de Rondônia
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPE-RO	Defensoria Pública do Estado de Rondônia
DSEIs	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EMATER-RO	Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENaFron	Estratégia Nacional de Fronteira
Enos	El Niño Oscilação Sul
FAPERO	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rondônia
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
FETAGRO	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia
FICO	Ferrovia de Integração do Centro-Oeste
FIERO	Federação das Indústrias do Estado de Rondônia
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GDR	Gestão de Riscos e Desastres (categoria municipal)
GEE	Gases de Efeito Estufa
GGI-F	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira
GM	Guajará-Mirim
GSI/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICLEI	Governos Locais pela Sustentabilidade
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDARON	Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IRBr	Instituto Rio Branco
LOA	Lei Orçamentária Anual
Mapa	Ministério da Agricultura e Pecuária
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MEC	Ministério da Educação
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MinC	Ministério da Cultura
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MLA	Programa Mais Luz para a Amazônia
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MME	Ministério de Minas e Energia
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPE-RO	Ministério Público do Estado de Rondônia
MPF	Ministério Público Federal

MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MP–RO	Ministério Público do Estado de Rondônia
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Mato Grosso
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
NEIFRO	Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia
NIFFAM	Núcleo Estadual de Fronteira do Estado do Amazonas
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OTs	Outras Terras
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARLASUL	Parlamento do Mercosul
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDIFFs	Planos de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PEVS	Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura do IBGE
PF	Polícia Federal
PFI	Programa Fronteira Integrada
PGTAs	Planos de Gestão Territorial e Ambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PLPT	Programa Luz Para Todos
PM-RO	Polícia Militar do Estado de Rondônia
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDBio	Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNFron	Política Nacional de Fronteiras
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPA	Plano Plurianual
PPCASDQ-RO	Plano de Prevenção, Combate e Promoção de Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento e Queimadas de Rondônia
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
REGIC	Regiões de Influência das Cidades (estudo do IBGE)
RESEX	Reserva Extrativista
RFB	Receita Federal do Brasil
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SAGAE	Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos
SEAD-RO	Secretaria de Estado da Administração de Rondônia
SEAGRI-RO	Secretaria de Estado da Agricultura de Rondônia
SEAS-RO	Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social de Rondônia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAM-RO	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia
SEDEC	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEDEC-RO	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico de Rondônia
SEDECTI	Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação
SEEG	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR-RO	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Rondônia
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEOPI	Secretaria de Operações Integradas
SEPOG-RO	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Rondônia
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SESAU/RO	Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia

SESCOOP-RO	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Rondônia
SESDEC–RO	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia
Setur	Secretaria de Turismo
SINISA	Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SM	Salário Mínimo
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SOPH	Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Suframa	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS	Sistema Único de Saúde - diagnóstico
TCE-RO	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TIs	Terras Indígenas
TJ-RO	Tribunal de Justiça de Rondônia
TQs	Terras Quilombolas
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCs	Unidades de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UHE	Usina Hidrelétrica
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo
VIGIAGRO	Vigilância Agropecuária Internacional
ZEE	Zoneamento Econômico–Ecológico
ZFV	Zona Franca Verde

Sumário

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 15

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 17

Política Nacional de Desenvolvimento Regional 19

Política Nacional de Fronteira 20

Governança da Faixa de Fronteira 23

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia 27

Caracterização Geral 29

Caracterização Sociodemográfica 40

Análise por eixos temáticos 47

Panorama Rondônia 55

Apresentação 57

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática 67

Infraestrutura para o Desenvolvimento 81

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social 91

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais 101

Integração Regional, Migrações e Segurança 107

Oficinas de Planejamento territorial 123

Diretrizes e Carteira de projetos 133

Subsídios do Ipea ao debate 169

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira



Foto: Marcello Sokal/Setur-RO

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira

A Faixa de Fronteira Terrestre do Brasil foi estabelecida em 1979, pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980. A lei estabelece como Faixa de Fronteira, indispensável à Segurança Nacional, a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, § 2º, apontou o caráter estratégico e a importância das fronteiras para a defesa do território nacional e, em 1991, coube ao Conselho de Defesa Nacional (CDN) a competência de definir *"critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira"* (art. 1, parágrafo único).

Nas últimas décadas, a estratégia brasileira de segurança nacional aplicada à faixa de fronteira passou por uma mudança substantiva, abandonando gradualmente a lógica predominantemente militar e defensiva, para adotar uma abordagem integrada que reconhece o desenvolvimento social, econômico e ambiental como elementos centrais da própria segurança do Estado.

No marco do Estado Democrático de Direito, a fronteira passou a ser concebida não apenas como zona de contenção de ameaças externas, mas como território habitado, dinâmico e estratégico para a integração regional, no qual a presença efetiva do poder público, a garantia de direitos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a cooperação transfronteiriça são instrumentos de fortalecimento da soberania.

Essa inflexão se expressa no arcabouço legal e nas políticas públicas contemporâneas, que articulam defesa, desenvolvimento e integração, ao estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos, proteção ambiental e arranjos econômicos locais, bem como a cooperação com países vizinhos, partindo do entendimento de que desigualdade, isolamento e fragilidade institucional representam riscos tão relevantes à segurança nacional quanto ameaças militares convencionais.

A partir dessa estratégia uma série de estudos, leis e decretos que tratam sobre as fronteiras foram instituídos. Em 2011, também se buscou alinhamento junto aos estados para elaboração de Planos de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e instalação de Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs), que resultaram na edição de alguns planos, a exemplo dos Estados do Amazonas e Rio Grande do Sul, e institucionalização de alguns núcleos, a exemplo do NIFFAM, no Estado do Amazonas e NEIFRO, em Rondônia[1].

15.719 km de extensão **11 estados**

588 municípios **11,7 milhões de habitantes**

ARCO NORTE

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre.

ARCO CENTRAL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

ARCO SUL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



1. Criada por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012 e atualizado pelo Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021, o Núcleo Estadual de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM) está sob a coordenação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI). Já o Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia (NEIFRO) foi criado pelo decreto nº 24.821, de 21 de fevereiro de 2020 e está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG/RO).

Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), disciplinada pelo decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

A PNDR, sob responsabilidade do MIDR, fundamenta-se na mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual, distrital e municipal, pública e privada, por meio das quais programas e investimentos da União e dos entes federativos, associadamente, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento.

A PNDR possui abordagem territorial, abrangência nacional e atuação nas seguintes escalas geográficas:

Macrorregional: Correspondente ao recorte geográfico das grandes regiões brasileiras, com prioridade para Amazônia Legal, Região Nordeste e Região Centro-Oeste, com vistas a reduzir as desigualdades inter-regionais.

Sub-regional: Correspondente ao recorte territorial em áreas prioritárias da PNDR, estabelecido para a atuação estatal coordenada, com vistas a reduzir as desigualdades intrarregionais.

São objetivos da PNDR:

> *I - promover* ***a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida intrarregional e inter-regional no País*** *e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;*
>
> *II - consolidar uma* ***rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional do País****, de forma a considerar as especificidades de cada região;*
>
> *III - estimular* ***ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional****, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;*
>
> *IV - fomentar a* ***agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional****, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.*

Nesse sentido, a faixa de fronteira é considerada uma sub-região prioritária para a política regional, em função dos seus aspectos de vulnerabilidade socioeconômica e integração regional.

Política Nacional de Fronteira

Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) por meio do Decreto 12.038/2024. A PNFron se destina a nortear as ações do Poder Executivo Federal, promovendo uma atuação articulada e coordenada entre os entes federativos e as instituições do setor privado, sendo organizada a partir de quatro eixos interdependentes: segurança nacional, integração regional, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, cidadania e proteção social nas regiões fronteiriças brasileiras.

PNFron

Eixo 1 – Segurança
Coordenado pelo Ministério da Defesa

Proteção das fronteiras, combate aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais e fortalecimento da atuação integrada das forças de segurança

Eixo 2 – Integração Regional
Coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores

Atuação sistêmica, integrada e coordenada com os entes federativos, facilitando o fluxo de pessoas, bens e serviços

Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável
Coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Foco nas suas dimensões social, econômica e ambiental, a partir da valorização das potencialidades econômicas e das diversidades socioculturais, com a redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais

Eixo 4 – Direitos Humanos, Cidadania e Proteção Social
Coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Respeito aos direitos fundamentais, fortalecendo a inclusão social e o acolhimento humanitário de migrantes, refugiados, apátridas e pessoas em situação de vulnerabilidade, além de promover a proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Conforme art. 5º do decreto, são objetivos da PNFron:

> *I - assegurar a **presença do Estado nas fronteiras**, respeitadas as especificidades e necessidades de cada arco de fronteira;*
>
> *II - estimular a **aproximação entre o Poder Executivo federal, os Estados e os Municípios** nas fronteiras, e aproveitar as iniciativas locais, incluídos o **setor privado e a sociedade civil**;*
>
> *III - assegurar a **inter-relação e a complementariedade entre políticas nacionais e setoriais** afetas às fronteiras;*
>
> *IV - coordenar as **ações entre os eixos - segurança, integração regional, desenvolvimento sustentável, e direitos humanos, cidadania e proteção social**;*
>
> *V - contribuir para a **garantia da soberania nacional, da integridade territorial e da proteção do patrimônio nacional** nas fronteiras;*
>
> *VI - fortalecer e aprimorar as **estruturas de prevenção, de controle, de fiscalização e de repressão aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais** nas fronteiras;*
>
> *VII - contribuir para o **desenvolvimento sustentável do território nacional nas fronteiras**, respeitar o meio ambiente e valorizar as potencialidades econômicas e as diversidades socioculturais, com a **redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais**;*
>
> *VIII - contribuir com a **integração regional com os Estados limítrofes**;*
>
> *IX - fortalecer o **direito à saúde em sua integralidade** e as ações de preparação, vigilância e resposta às potenciais emergências em saúde pública nas fronteiras;*
>
> *X - promover os **direitos humanos e a cidadania nas fronteiras, o acolhimento humanitário** de migrantes, de refugiados, de apátridas, de populações transfronteiriças, e de pessoas em situação de vulnerabilidade, respeitadas as diferenças entre os povos; e*
>
> *XI - promover a **proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais** nas fronteiras.*

A Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron) é o principal desdobramento da PNFron e busca identificar os objetivos e as ações estratégicas nos quatro eixos, identificando os papéis e as responsabilidades dos órgãos e das entidades envolvidos na implementação da política.

A seguir, apresenta-se o quadro normativo brasileiro relacionado às fronteiras:

Quadro 1 - Legislação relacionada à Faixa de Fronteira

Norma	Conteúdo
Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970	Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979	Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.
Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980	Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.
Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências.
Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012	Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas.
Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016	Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016	Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.
Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018	Estabelece normas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.
Portaria nº 1.080, de 24 de abril de 2019	Inclui o Município de Cáceres/MT no Anexo da Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por Estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019	Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.
Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021	Revoga o Decreto n° 32.729, de 22 de agosto de 2012 e Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM).
Portaria MDR nº 2.499, de 4 de outubro de 2021	Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente para Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.
Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021	Atualiza conceito e lista de "cidades-gêmeas" nacionais.
Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
Decreto Nº 12.038, de 29 de maio de 2024	Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional.
Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024	Estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI).

Governança da Faixa de Fronteira

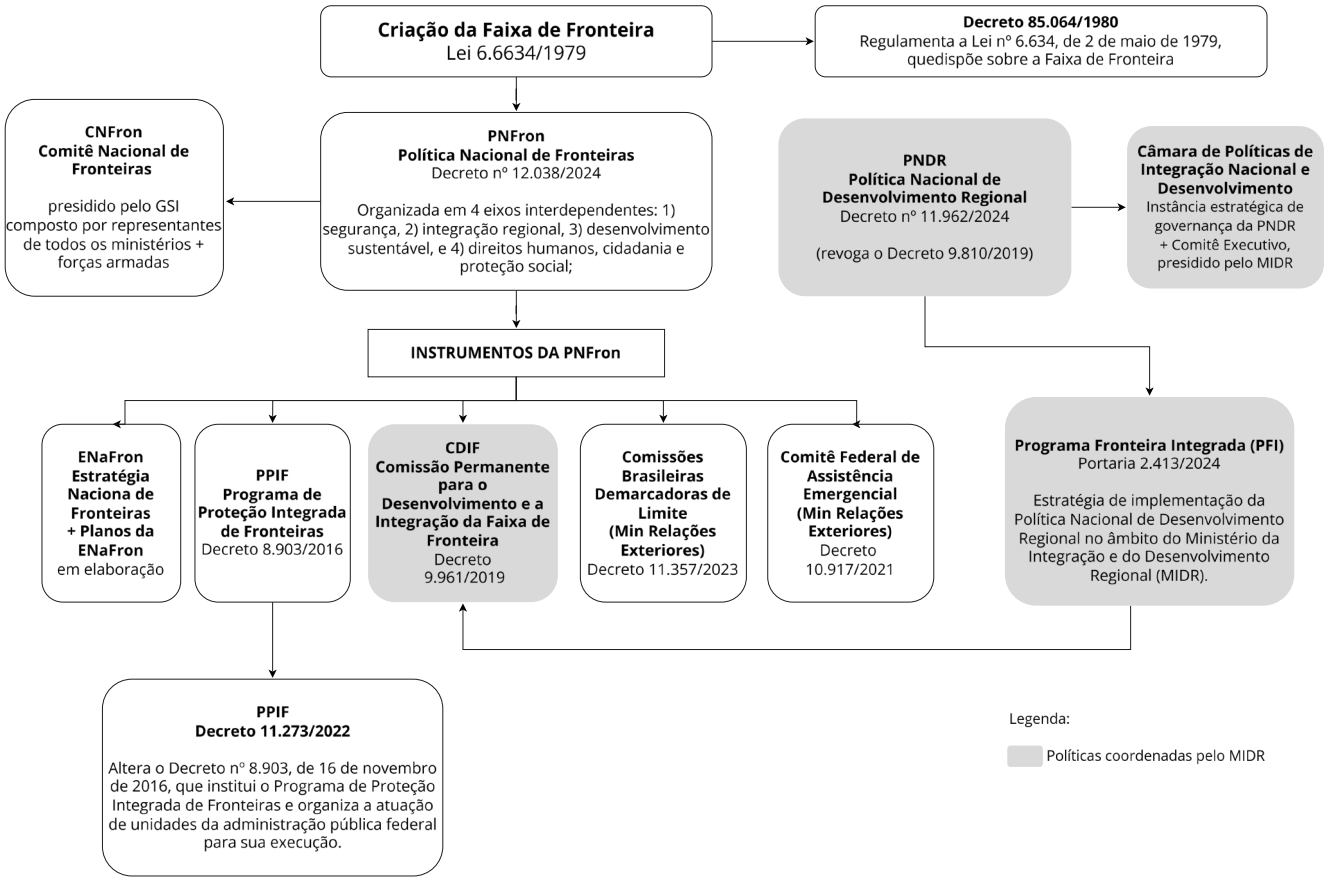
Juntamente com a PNFron, foi instituído como instância de governança o Comitê Nacional de Fronteiras (CNFron), presidido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e composto por 28 ministérios, além dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica e Agência de Nacional de Vigilância Sanitária.

Cabe ao CNFron coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron), além de sugerir a elaboração de planos dela decorrentes, que orientem as ações dos órgãos e das entidades nas fronteiras. Ao CNFron compete ainda promover a articulação e a cooperação interinstitucional nos temas definidos pelos eixos estruturantes da Política, zelando pela interdependência e complementariedade das ações estratégicas em prol das fronteiras brasileiras.

No que se refere à questão da segurança, destaca-se o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, conforme Decreto 8.903/2016, que tem o propósito de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repreensão aos delitos transfronteiriços. Como órgão de governança deste programa foi instituído um Comitê Executivo do programa, que hoje é composto por 18 órgãos de oito ministérios, além do Ministério Público Federal. A coordenação das ações do Comitê-Executivo é realizada pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), por meio de seu Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (DACREDEN). No nível estadual, o PPIF definiu que a participação dos Estados deve se dar mediante instrumentos de cooperação entre os ministérios e os órgãos federais integrantes do Programa. Tal medida incluiu a criação dos respectivos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), reconhecendo-se a necessidade e importância da coordenação entre as esferas federal, estadual e municipal dos órgãos de segurança para a efetivação de um trabalho integrado.

Já no âmbito do MIDR, foi instituída em 2019 a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), dialogando com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Entre as competências dessa Comissão, destaca-se a proposição de ações voltadas ao desenvolvimento regional que considerem a relevância de programas destinados à integração fronteiriça e à integração sul-americana, bem como a apresentação de planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços. Assim, essa Comissão visa estabelecer interação dos núcleos estaduais constituídos com ministérios e órgãos estratégicos setoriais especificamente para debater questões relacionadas ao desenvolvimento e à integração nas fronteiras.

Figura 1 - Interações entre as diferentes políticas, programas e projetos sobre o tema das Fronteiras



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Na sequência dos fatos, o MIDR lançou o Programa Fronteira Integrada (PFI), como estratégia de implementação da PNDR e da PNFron.

O **PFI** é uma estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tem como finalidade incentivar o desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, além da geração de trabalho e renda.

O público-alvo do PFI são organizações de interesse público, empreendedores rurais e urbanos, associações e cooperativas de agricultores familiares e agroextrativistas, povos indígenas e comunidades tradicionais, com destaque para jovens e mulheres. O Programa estabelece que o MIDR deva atuar de forma coordenada com os Núcleos Estaduais de Fronteira visando à articulação de ações com os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

Assim, com os esforços em andamento para incentivar os Estados a instituírem seus Núcleos Estaduais de Fronteira pretende-se incluir os coordenadores dos NEFs como membros convidados permanentes da CDIF. Dessa forma, busca-se reforçar o papel institucional dos NEFs na governança da Faixa de Fronteira. Compreende-se que os NEFs são instâncias essenciais para promoção da integração entre governo federal, estados, municípios e sociedade civil da Faixa de Fronteira ao proporcionar um diálogo ininterrupto com a CDIF para a garantia da promoção do desenvolvimento regional e urbano, tendo como referência os PDIFFs.

Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - PDIFFs

Os PDIFFs são os instrumentos de planejamento territorial voltados à promoção do desenvolvimento sustentável e da integração das áreas fronteiriças brasileiras. Os PDIFFs devem ser institucionalizados pelos Estados, a partir de processos de elaboração baseados na cooperação entre as três esferas de governo e com a participação de atores locais, incluindo Setores Públicos; Instituições de Ciência e Tecnologia; Terceiro Setor; Lideranças Locais e Movimentos Sociais; Empresas e Investidores; e Instituições de Cooperação Internacional.

A Faixa de Fronteira é objeto de políticas e instrumentos de planejamento concebidos em diferentes escalas, que abordam tanto as questões mais estratégicas de integração sul-americana, como programas e projetos de desenvolvimento regional ou aquelas mais diretamente vinculadas aos territórios e aos atores locais. Por isso, é importante que os PDIFFs considerem e dialoguem com essas diferentes iniciativas, mas com o objetivo de englobar estratégias, princípios e diretrizes para a Faixa de Fronteira com base nas particularidades de cada Estado.

No âmbito do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, os PDIFFs também devem se consolidar como carteiras de projetos que possam indicar investimentos prioritários para o desenvolvimento de cadeias produtivas prioritárias para a região, em especial nas áreas de bioeconomia, TICs, economia circular, turismo sustentável, inclusão socioprodutiva de grupos vulneráveis, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Além de se constituir como referência para a integração de ações na Faixa de Fronteira, os PDIFFs devem também ser utilizados como referência para interlocução com os países vizinhos em torno de questões de interesse comum nas fronteiras, em especial nas cidades-gêmeas.

CONSIDERE

O planejamento deve ser compreendido como processo, do qual o PDIFF é parte e resultado do momento em que foi elaborado, fundamentado em dados, diagnósticos e estudos disponíveis. Assim, vale reforçar, o PDIFF não se configura como um instrumento estanque ou definitivo, mas como base orientadora passível de aperfeiçoamento e atualizações à medida em que novas informações são produzidas e que as instâncias de governança avancem em seus processos de tomada de decisão.

Núcleos Estaduais de Fronteira - NEFs

Os NEFs são órgãos colegiados de assessoramento instituídos por decreto do Chefe do Executivo de cada Estado e visam garantir a continuidade administrativa para a agenda da PNFron e seus instrumentos de planejamento, em especial os PDIFFs, integrando a governança da Faixa de Fronteira.

Uma vez consolidado o PDIFF de um Estado, ao NEF cumpre o papel essencial de mobilizar esforços de articulação institucional para viabilizar a implementação das ações previstas, acompanhar a execução e monitorar resultados. Considerando o processo de planejamento como algo contínuo, a atuação do NEF poderá orientar de modo mais consistente a definição de prioridades na implementação do PDIFF, considerando possibilidades de financiamento de ações e a própria dinâmica da Faixa de Fronteira.

Os NEFs também devem favorecer o diálogo contínuo com os municípios da Faixa de Fronteira, em especial com as cidades-gêmeas, e com os segmentos sociais presentes no território.

O acompanhamento da implementação dos PDIFFs, bem como sua atualização periódica, tende a fortalecer a governança e aderência às demandas reais da Faixa de Fronteira. Convergir pautas dos NEFs com as competências da CDIF representa um esforço de articulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais com o foco no desenvolvimento sustentável da Faixa de Fronteira sob a égide do Pacto Federativo Brasileiro, a exemplo do que acontece nas esferas da saúde, educação e assistência social.

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia

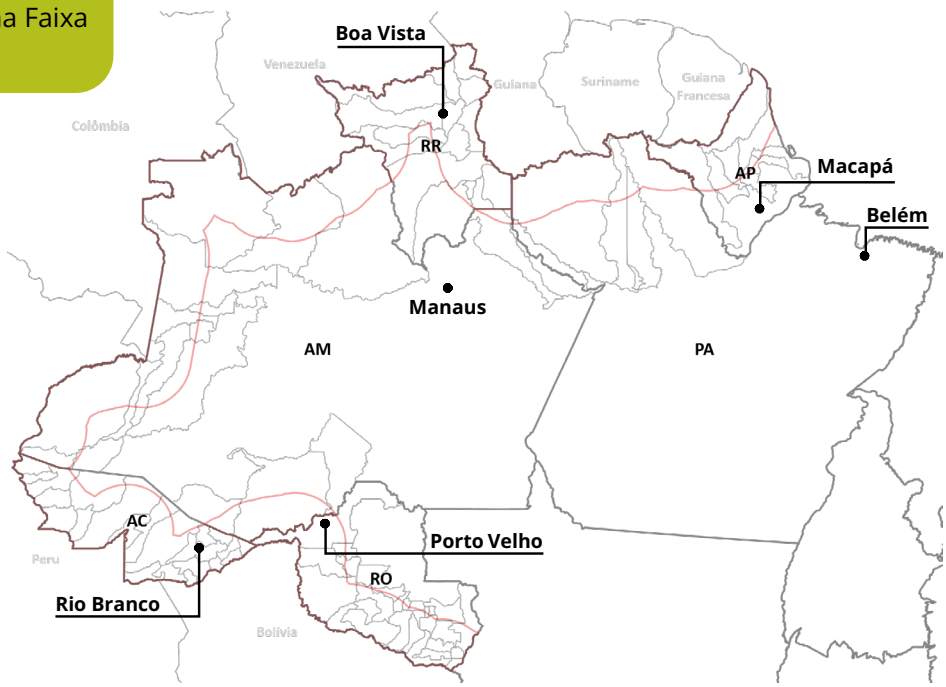
Foto: Silva Junior/MTur

Caracterização Geral

A Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia[2] abrange seis estados e 97 municípios, distribuídos da seguinte forma: 22 municípios no Acre, oito municípios no Amapá, 19 municípios no Amazonas, cinco municípios no Pará, 28 municípios em Rondônia e 15 municípios em Roraima. A abrangência deste estudo compreende uma área total de, aproximadamente, 949.716 Km².

6 estados **97 municípios** **3.227.578 habitantes**

Acre e **Roraima** possuem todos os municípios, e quase a totalidade de seus territórios, inseridos na Faixa de Fronteira amazônica.



2. Apesar de fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e indicadores socioeconômicos apontaram no sentido de deslocar o Estado de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para Mato Grosso). No entanto, no escopo deste trabalho, o Estado de Rondônia é analisado junto ao Arco Norte, em função de maior relevância do bioma amazônico em seu território e potencial sinergia em ações de apoio à bioeconomia e gestão ambiental.

Recortes e escalas de análise da Faixa de Fronteira amazônica

A divisão da faixa de fronteira brasileira em arcos de fronteira — Norte, Central e Sul — foi concebida como uma estratégia analítica e operacional para reconhecer a profunda heterogeneidade territorial, social, econômica e ambiental, evitando a aplicação de políticas uniformes a realidades profundamente distintas[3].

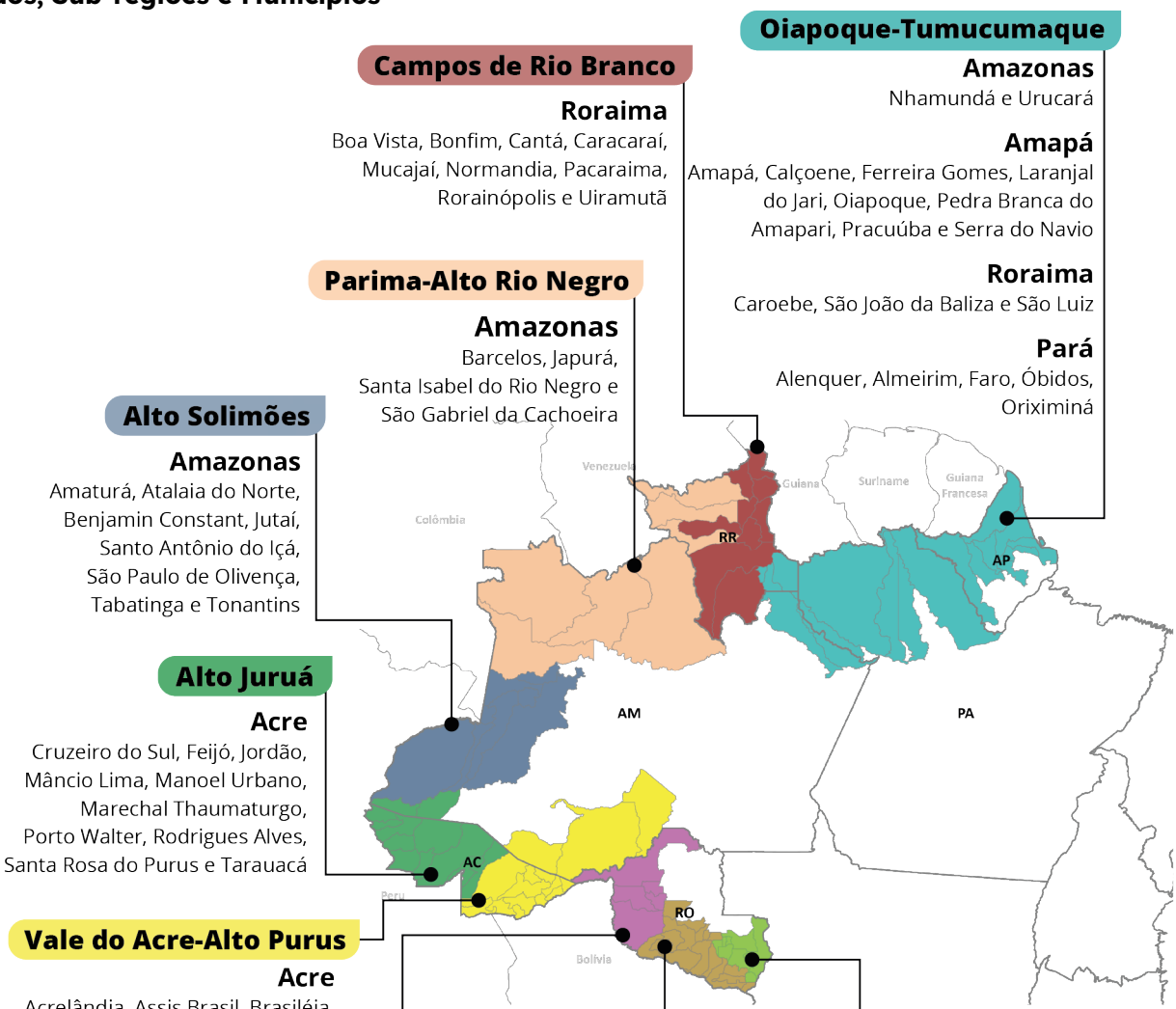
Em continuidade a essa lógica, os municípios também foram organizados em sub-regiões, estabelecendo um recorte territorial mais detalhado no interior de cada arco[4]. Essa escala intermediária permite captar dinâmicas locais e proximidades funcionais entre municípios que não se restringem aos limites administrativos dos Estados[5]. A fronteira amazônica do Arco Norte e Rondônia abriga 9 dessas sub-regiões. São elas:

1. Sub-região Oiapoque-Tumucumaque
2. Sub-região Campos do Rio Branco
3. Sub-região Parima-Alto Rio Negro
4. Sub-região Alto Solimões
5. Sub-região Alto Juruá
6. Sub-região Vale do Acre-Alto Purus
7. Sub-região Madeira-Mamoré
8. Sub-região Fronteira do Guaporé
9. Sub-região Chapada dos Parecis

Ao integrar as especificidades locais e regionais, torna-se possível articular estratégias de ordenamento territorial que considerem as particularidades culturais, econômicas e ambientais de cada sub-região. Essa perspectiva reforça o papel do território como espaço dinâmico de interações, onde coexistem desafios como a conservação de ecossistemas sensíveis, a inclusão de comunidades tradicionais e indígenas e a promoção de atividades produtivas sustentáveis.

3. BRASIL, Ministério de Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, 2005.
4. Conforme os estudos de 2005, os municípios da Faixa de Fronteira foram classificados segundo Sub-regiões utilizando critérios como localização geográfica, características socioambientais e base produtiva.
5. Apesar da estruturação do presente estudo ser feita via organização por Estado, uma análise combinada entre as divisões estaduais e sub-regiões proporciona uma abordagem complementar que parece facilitar a gestão territorial e a articulação de políticas públicas.

Organização da Faixa de Fronteira por Estados, Sub-regiões e Municípios



Destacam-se sub-regiões com intensa interação transfronteiriça, como Alto Solimões, Campos de Rio Branco e Vale do Acre-Alto Purus, onde dinâmicas migratórias, comerciais e culturais moldam a relação com os países vizinhos. A Sub-região do Alto Solimões é um território de contrastes. Apesar de sua riqueza cultural e ecológica, enfrenta desafios complexos que demandam ações integradas e políticas públicas urgentes para garantir o desenvolvimento, a segurança, o respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade ambiental.

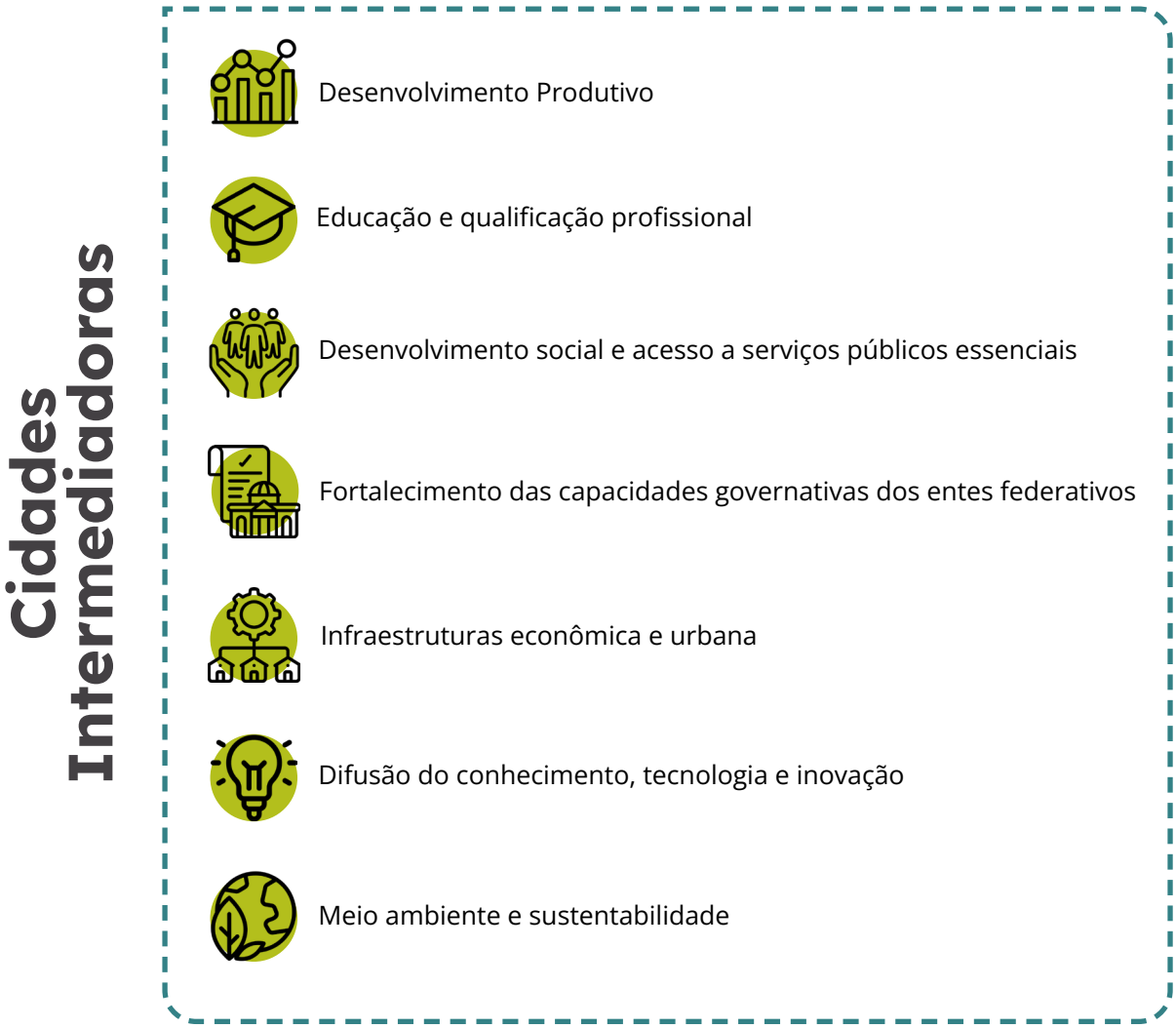
A Sub-região dos Campos de Rio Branco é marcada pela paisagem do "lavrado", a maior extensão contínua de savanas do bioma Amazônia, cobrindo cerca de 61 mil km^2. Com biodiversidade única, A conservação do lavrado é estratégica não apenas para a preservação ambiental, mas também para a segurança hídrica, o equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável.

Sub-regiões como Parima-Alto Rio Negro e também Alto Solimões destacam-se pelas populações indígenas e os instrumentos de ordenamento da paisagem, que desempenham papéis fundamentais na preservação cultural e na proteção dos ecossistemas locais. A Sub-região Parima-Alto Rio Negro abrange a faixa de fronteira que vai das Serras de Pacaraima e Parima, no Nordeste, até os vales dos rios Negro e Japurá, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, na divisa com a Colômbia. A paisagem, composta por serras e vales cobertos por densa floresta equatorial, caracteriza a área como uma das mais isoladas do Brasil.

Nas Sub-regiões Madeira-Mamoré e Chapada dos Parecis em Rondônia evidenciam-se uma forte presença de atividades agroindustriais e infraestrutura de transporte integrada, consolidando-se como um estratégico eixo econômico na Faixa de Fronteira. Enquanto Madeira-Mamoré é marcada pela predominância urbana, com Porto Velho como polo de transporte e integração regional, a Sub-região de Fronteira do Guaporé destaca-se por seu perfil rural, resultado de projetos de colonização oficial que estruturaram pequenas e médias propriedades ao longo da BR-364. Já a Chapada dos Parecis evidencia uma forte vocação agroindustrial, articulando áreas urbanas e rurais para a produção de grãos voltados à exportação.

Ainda no âmbito das regionalizações, vale destacar que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR 2024), além de definir sub-regiões especiais, dentre as quais se encontra a Faixa de Fronteira, estabeleceu microrregiões, classificadas com base em tipologias referenciais, que enquadram os municípios numa análise de desigualdades regionais calcadas em informações de renda e dinamismo, de modo a definir espaços elegíveis e áreas prioritárias para a atuação da PNDR.

Com base nesse enquadramento, foi lançado o *Programa Cidades Intermediadoras*[6] que tem por objetivo descentralizar bens e serviços públicos, promovendo o desenvolvimento regional e reduzindo a pressão sobre as metrópoles e capitais estaduais. Os municípios elegíveis ao programa são aqueles que fazem parte das Regiões Imediatas do IBGE e os municípios-polo de Sub-regiões que não estejam classificados na tipologia sub-regional da PNDR como de alta renda. A implementação do programa está fundamentada em eixos estratégicos da PNDR, que incluem:



6. Resolução nº 4 de 2024 do MIDR. O Programa busca ampliar o acesso a oportunidades de trabalho e renda, além de melhorar a infraestrutura econômica e urbana das cidades, incentivando o crescimento econômico das áreas mais afastadas do país.

As cidades da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia que fazem parte deste programa são:

Quadro 2 - Cidades intermediadoras na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

	Microrregião	Municípios	Tipologia Sub-regional (PNDR)
AC	Cruzeiro do Sul	Marechal Thaumaturgo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Rodrigues Alves	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Porto Walter	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Mâncio Lima	Média Renda e Alto Dinamismo
		Cruzeiro do Sul	Média Renda e Médio Dinamismo
AM	Alto Solimões	Jutaí	Baixa Renda e Alto Dinamismo
	Japurá	Japurá	Baixa Renda e Alto Dinamismo
AP	Amapá	Pracuúba	Baixa Renda e Médio Dinamismo
		Amapá	Média Renda e Alto Dinamismo
	Oiapoque	Calçoene	Média Renda e Alto Dinamismo
		Oiapoque	Média Renda e Baixo Dinamismo
RO	Alvorada D'Oeste	Alvorada D'Oeste	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Médio Dinamismo
		Seringueiras	Média Renda e Médio Dinamismo
	Guajará-Mirim	Costa Marques	Média Renda e Baixo Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Baixo Dinamismo
RR	Sudeste de Roraima	Rorainópolis	Baixa Renda e Alto Dinamismo
		Caroebe	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Luiz	Média Renda e Médio Dinamismo
		São João da Baliza	Média Renda e Médio Dinamismo

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PNDR, 2024.

Integrações Transfronteiriças

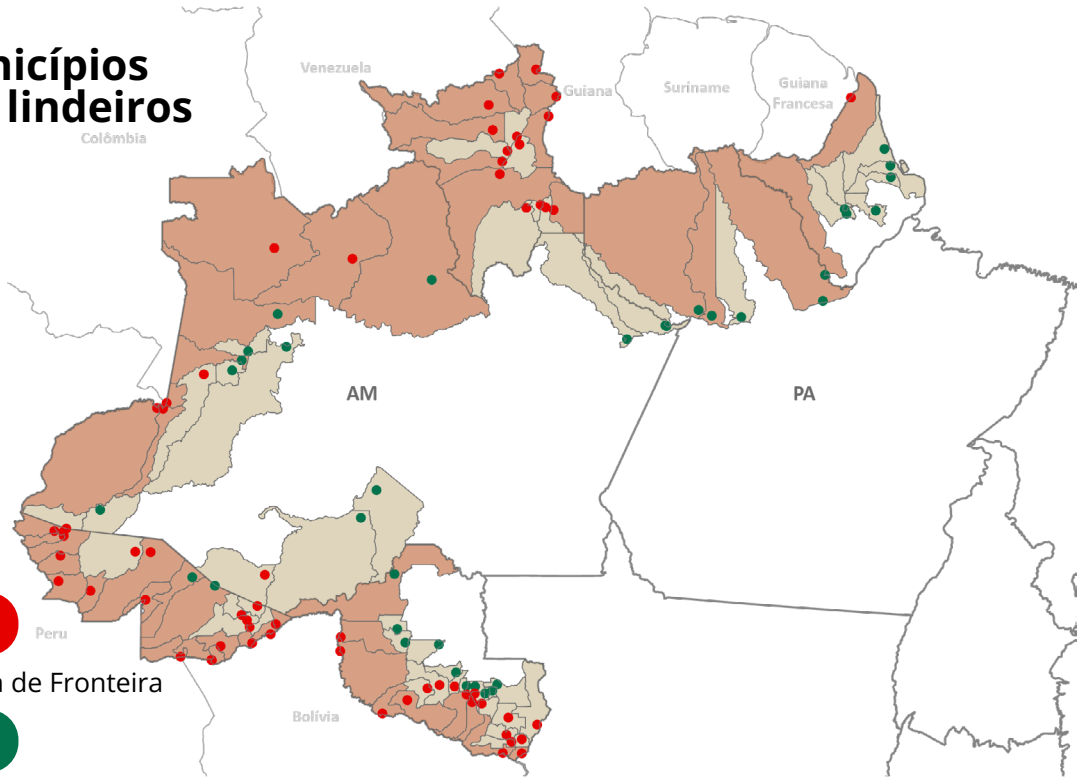
Os municípios situados na Faixa de Fronteira podem ser classificados ainda segundo sua relação territorial e urbana com a linha internacional, orientando-se pelo nível de interação dos municípios com a fronteira.

Nesse sentido há os chamados municípios lindeiros, aqueles que possuem limites que coincidem com a linha de fronteira internacional, e os não lindeiros, que, embora mais afastados, ainda estão inseridos na Faixa de Fronteira. Os municípios podem ser subdivididos também entre aqueles que tem a sede municipal dentro da Faixa de Fronteira e aqueles que tem a sede municipal fora da Faixa de Fronteira. Enquanto os municípios lindeiros lidam mais diretamente com questões específicas de controle de fronteira, os não lindeiros, por sua localização remota e baixa densidade demográfica, enfrentam dificuldades de integração e acesso às políticas públicas.

Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

48 municípios lindeiros

49 municípios não lindeiros



32 Cidades

Com sede na Faixa de Fronteira

65 Cidades

Com sede fora da Faixa de Fronteira

Se a Faixa de Fronteira é brasileira, a zona de fronteira é, em cada trecho, pelo menos binacional, envolvendo jurisdições e contextos dos países vizinhos. Zonas de fronteira são as áreas territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, perceptível na escala local/regional das relações transfronteiriças, exemplificadas pelas cidades-gêmeas. Embora o Brasil não exerça jurisdição sobre o lado externo da zona de fronteira, as relações com países vizinhos demandam cooperação diplomática e iniciativas integradoras para tratar de questões como comércio, migração, segurança e turismo (MACHADO *et al*., 2007)[7].

Conforme a última atualização da Portaria MIDR nº 2.507, de 5 de outubro de 2021:

> *Art. 1º Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial deintegração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.*
> *Art. 2º Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a dois mil habitantes*

Devido às condições da fronteira amazônica, caracterizada pela presença massiva de áreas de preservação e comunidades indígenas possuindo baixo grau de povoamento, a fronteira do Arco Norte e Rondônia possui apenas nove cidades-gêmeas com outras de países vizinhos[8], com as quais mantém trocas e interações cotidianas[9]. A maioria está localizada no Acre, que possui quatro cidades-gêmeas sendo, Pará é o único Estado que não possui nenhuma.

As cidades vizinhas dos países fronteiriços do Brasil possuem populações diversas e culturalmente ricas. Essa diversidade populacional gera desafios e oportunidades para a integração e o desenvolvimento das cidades-gêmeas. Aspectos como bilinguismo, práticas culturais e cooperação econômica são fundamentais para a convivência harmoniosa e o crescimento conjunto das regiões fronteiriças.

7. MACHADO, L. O. *et al*. "O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual metodológica". In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). Território sem Limites. Estudos sobre Fronteiras. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.
8. Atualmente, o país possui 33 cidades-gêmeas. Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul são os Estados que concentram o maior número. No entanto, a maior cidade-gêmea é Foz do Iguaçu, que está localizada no Paraná.
9. De acordo com as classificações de Regiões de Influência das Cidades - REGIC - do IBGE (2018), "*arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais*". Na Faixa de Fronteira amazônica, há seis Arranjos Populacionais Internacionais (APIs) identificados: APIs de Guajará-Mirim/Brasil - Guayaramerín/ Bolívia, Assis Brasil/Brasil, Cobija/Bolívia - Brasiléia/ Brasil, Tabatinga/Brasil - Letícia/Colômbia, Bonfim/Brasil - Ireng/Guiana, Oiapoque/Brasil.

Sobre as dinâmicas ocorrentes no lado externo da zona de fronteira, o Brasil não tem jurisdição. Mas, sobre essas dinâmicas o país deve buscar cooperação diplomática e posicionamento programático e produtivo. Além de atributos comuns a outras frações do território nacional como, por exemplo, nas questões socioambientais, uma das particularidades da fronteira são as questões de defesa nacional e a exposição tênue e vulnerável a crimes transfronteiriços. Tudo isso exige políticas, estratégias e estruturas de governança que favoreçam o desenvolvimento sustentável e ampliem a integração regional, garantindo qualidade de vida para as populações que compartilham essas regiões fronteiriças, ao mesmo tempo sem fragilizar o interesse nacional.



Foto: Henrique Fotógrafo/MTur

Os municípios acreanos de **Brasiléia** e **Epitaciolândia (AC)** integram um contínuo urbano binacional com **Cobija (Bolívia)**, consolidando uma dinâmica territorial, econômica e social peculiar. São classificadas pela Regic (IBGE, 2018) como Centros Sub-regionais B (3B) e desempenham funções de articulação regional, enquanto a capital Rio Branco concentra atividades administrativas e econômicas de maior complexidade. Brasiléia e Epitaciolândia integram o Arranjo Populacional (AP) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional.

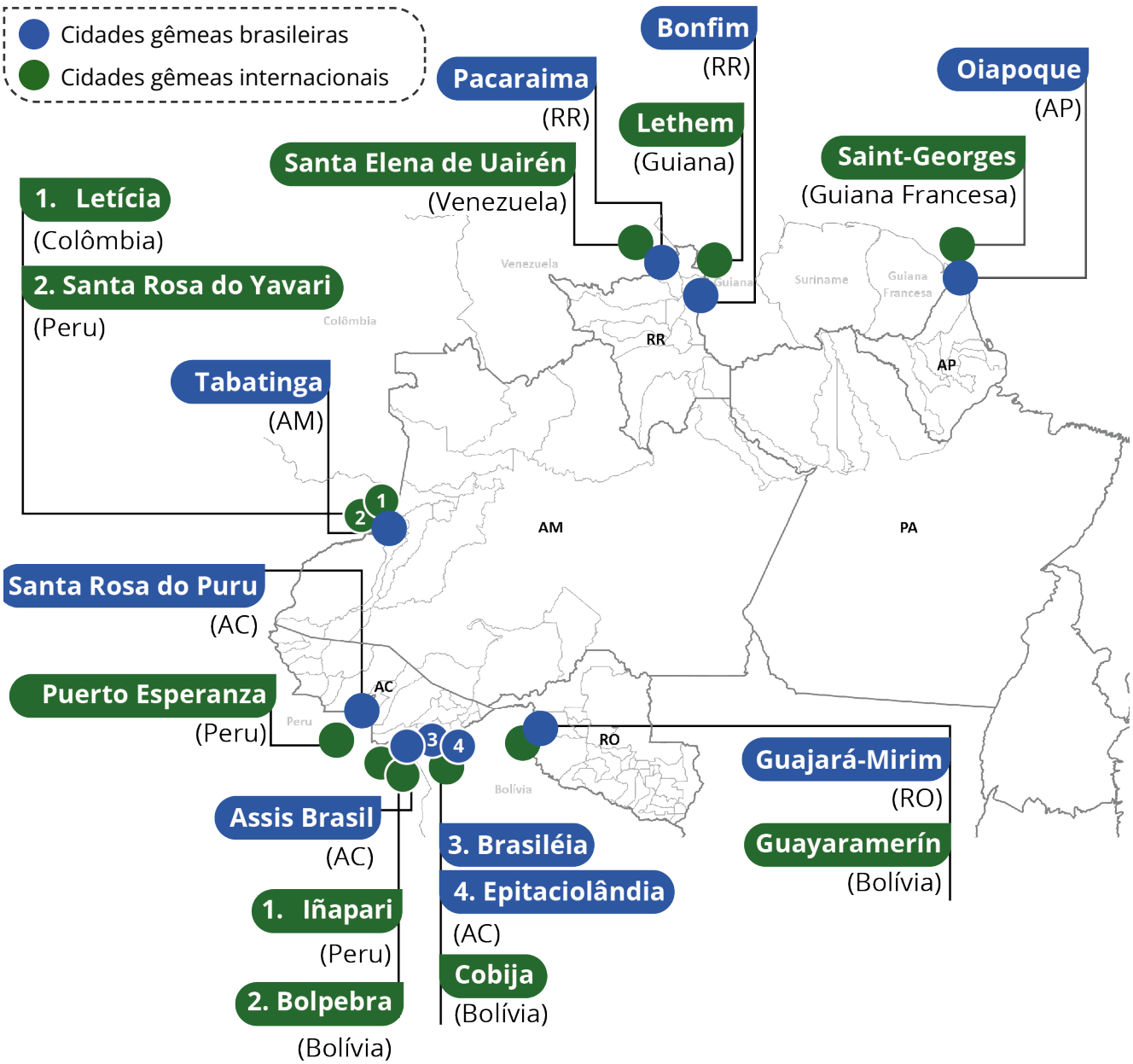
Assis Brasil (AC), que forma uma conurbação com **Iñapari (Peru)** e **Bolpebra (Bolívia)**, ocupa posição estratégica na BR-317, conectando o Brasil ao Peru. **Santa Rosa do Purus (AC)** forma cidade-gêmea com o povoado de **Palestina (Peru)**, que faz parte do distrito de Puerto Esperanza, no departamento de Ucayali.

Pacaraima (RR) possui localização estratégica na fronteira com a Venezuela, com a cidade de **Santa Helena de Uairén (Venezuela).** Essa posição confere ao município um papel central nos fluxos migratórios, no comércio transfronteiriço e na prestação de serviços, fortalecendo sua relevância regional. **Bonfim (RR)**, por outro lado, mantém interações importantes com **Lethem (Guiana)**, embora em escala mais discreta, refletindo um padrão de conectividade transfronteiriça menos intenso (Silva, 2017).

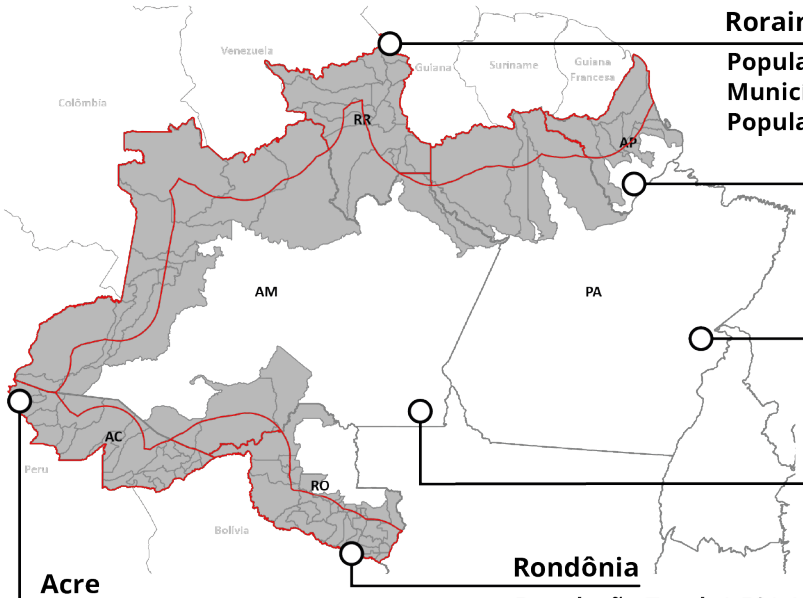
Tabatinga (AM) está inserida em uma rede única de interações transnacionais, marcada por trocas culturais, econômicas e sociais numa localização estratégica na tríplice fronteira entre Brasil, **Colômbia (Letícia)** e **Peru (Santa Rosa de Yavari)**. Nesse contexto, o Rio Solimões desempenha um papel fundamental como principal corredor de integração, conectando comunidades indígenas, centros urbanos e países vizinhos, além de viabilizar o fluxo de bens, serviços e pessoas, consolidando a relevância da sub-região no coração da Amazônia. As cidades de Tabatinga e Letícia possuem um acordo de Zona Regime Especial Fronteiriço, criado em 2008, com decreto de regulamentação em 2015, que estabelece um regime especial aplicado ao comércio de mercadorias para consumo ou comercialização na área fronteiriça.

Guajará-Mirim (RO) forma uma cidade-gêmea com **Guayaramerín (Bolívia)** . Essa relação binacional é marcada por intensos fluxos comerciais, culturais e sociais, que reforçam a integração entre os dois países. A cidade concentra seus equipamentos urbanos em torno da Avenida 15 de Novembro, que conecta a zona portuária ao rio Madeira-Mamoré, consolidando seu papel como ponto estratégico de integração transfronteiriça com o departamento boliviano de Beni. A despeito de sua relevância histórica e estratégica, Guajará-Mirim, é classificada pela Regic (IBGE, 2018) como Centro Local. Essa classificação reflete uma influência limitada, com forte dependência estrutural da capital estadual para acesso a serviços, mercados e infraestrutura.

Oiapoque (AP) tem como cidade-gêmea **Saint-Georges-de-l'Oyapock (Guiana Francesa)**. Ligadas pelo Rio Oiapoque, essas cidades expressam dinâmicas sociais, econômicas e culturais fortemente interdependentes, marcadas por fluxos cotidianos e por desafios comuns relacionados à infraestrutura, à integração territorial e à provisão de serviços públicos.



Caracterização Sociodemográfica



Roraima
População Total: 636.707
Municípios Fronteiriços: 15
População Fronteiriça: 636.707 | 100%

Amapá
População Total: 733.759
Municípios Fronteiriços: 8
População Fronteiriça: 109.140 | 14,87%

Pará
População Total: 8.120.131
Municípios Fronteiriços: 5
População Fronteiriça: 232.908 | 2,87%

Amazonas
População Total: 3.941.613
Municípios Fronteiriços: 19
População Fronteiriça: 504.450 | 12,79%

Rondônia
População Total: 1.581.196
Municípios Fronteiriços: 28
População Fronteiriça: 964.355 | 60,99%

Acre
População Total: 830.018
Municípios Fronteiriços: 22
População Fronteiriça: 830.018 | 100%

CONSIDERE

Um aspecto relevante a se observar na análise populacional é a vasta extensão territorial de muitos municípios na área de fronteira, que, em alguns casos, supera a área de estados brasileiros ou até mesmo de países inteiros. Em algumas regiões, a dimensão municipal ultrapassa 700 km de largura, sendo bem superior à faixa de fronteira brasileira. Exemplo disso é o Estado do Pará que conta com apenas cinco municípios na Faixa de Fronteira, sendo que nenhum deles possui sua sede municipal dentro desta. A distância das sedes desses municípios até a faixa é, inclusive, mais distante que a própria largura da faixa, com seus 150 km.

A partir da tabela, é possível observar que dos 97 municípios, apenas 15 possuem sede na linha de fronteira e outros 47 possuem sede na Faixa de Fronteira, sendo que destes 24 são em municípios não lindeiros. Se olharmos os dados populacionais por setor censitário, isso significa que, da população total dos municípios da Faixa de Fronteira, somente 2.115.203 habitantes estariam de fato nesta inseridos, o que corresponde a 64,5% do total.

Tabela 1 - População municípios lindeiros e não-lindeiros da Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia

Estados	Municípios Lindeiros						Municípios Não Lindeiros			
	Com sede na Linha de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira	
	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.
Acre	5	76.140	10	241.252	2	53.339	5	459.287	0	0
Amapá	1	27.482	0	0	1	35.114	0	0	6	46.544
Amazonas	3	119.726	2	65.959	3	55.903	3	82.229	8	180.633
Roraima	3	47.214	6	90.410	0	0	6	499.083	0	0
Pará	0	0	0	0	3	154.803	0	0	2	78.105
Rondônia	3	54.170	5	80.054	1	460.434	10	204.257	9	165.440
Total	**15**	**324.732**	**23**	**477.675**	**10**	**759.593**	**24**	**1.244.856**	**25**	**470.722**

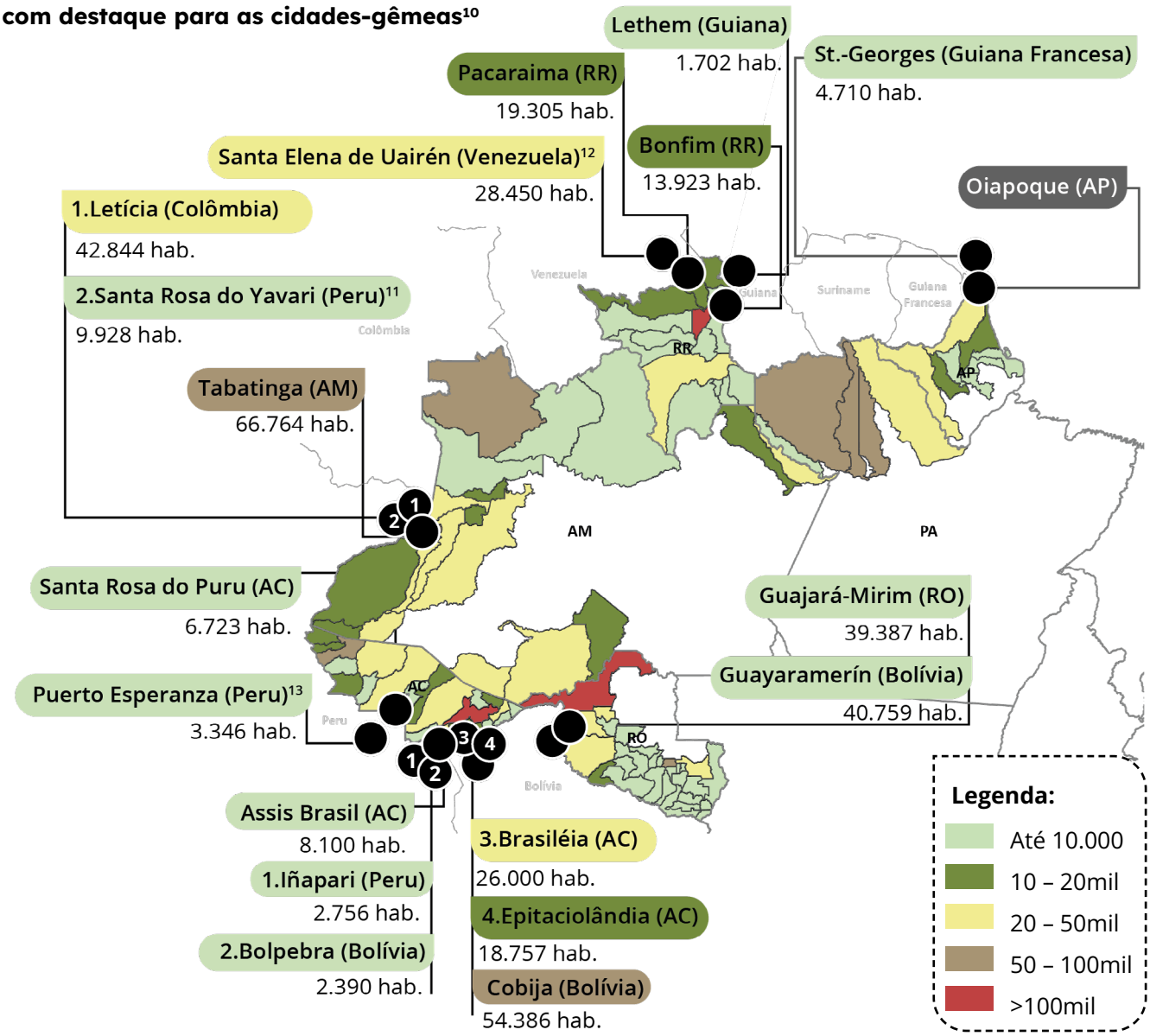
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Quando analisamos os dados populacionais dos municípios, observa-se que apenas as Capitais - Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) - possuem população acima de 100.000 habitantes. Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e Vilhena (RO) são as cidades fronteiriças que possuem mais de 50.000 habitantes. No Pará, apesar de Óbidos, Oriximiná e Alenquer possuírem mais de 50.000 habitantes, apenas 2.624 habitantes se inscrevem em setores censitários que integram a Faixa de Fronteira.

Nas cidades-gêmeas, além de considerar a população fronteiriça brasileira, buscou-se analisar também dados populacionais das cidades internacionais. A partir dos dados mais recentes de Censo dos países vizinhos, Cobija, na Bolívia, aparece como a maior cidade-gêmea internacional, possuindo mais de 50.000 habitantes. As cidades-gêmeas de Brasiléia e Epitaciolândia, que fazem fronteira com Cobija, nesse cenário de estimativas, totalizariam 44.757 pessoas.

Outro destaque é para o caso de Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerin (Bolívia) que apresentam certo equilíbrio populacional. Juntas as cidades somam 80.146 habitantes. Lethem (Guiana) aparece como a menor cidade-gêmea internacional. Vale destacar, no entanto, que o dado mais recente disponibilizado pela Guiana é de 2012, o que impossibilita compreender a situação populacional atual pelos dados secundários.

População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas[10]



10. Segundo dados do Censo: Brasil, 2022; Bolívia, 2024; França, 2022; Colômbia,2018; Peru, 2017; Guiana, 2012; Venezuela, 2011.
11. Santa Rosa é uma pequena ilha sobre o rio Solimões, localizada no distrito de Yavari, na província de Ramón Castilha, circunscrita ao departamento de Loreto.
12. Santa Elena de Uairén é uma localidade dentro do distrito chamado Gran Sabana, que pertence ao Estado de Bolívar, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.
13. Puerto Esperanza é uma localidade do distrito de Purus. O dado disponibilizado do Censo refere-se à população total do distrito, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.

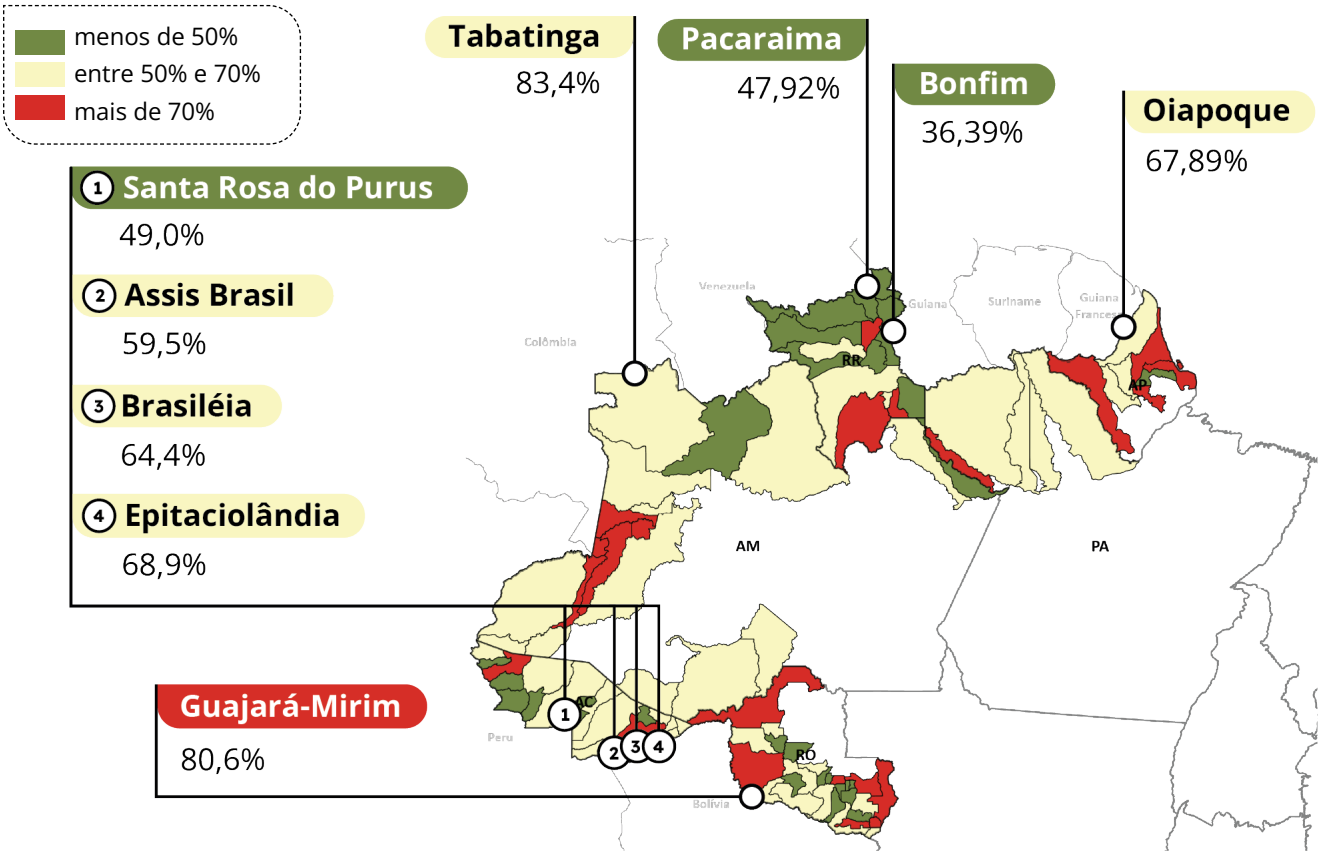
Grau de Urbanização

As Capitais incluídas na Faixa de Fronteira amazônica que apresentam o maior grau de urbanização são:

Boa Vista com 97,3% | **Rio Branco com 95,3%** | **Porto Velho com 92,6%**

Dentre as cidades-gêmeas, Tabatinga/AM é aquela que apresenta maior taxa de urbanização (83,4%) e, junto com Letícia (Colômbia), exerce influência de alcance regional. Guajará-Mirim/RO detém a segunda posição (80,6%), mantendo com Guayaramerín, na Bolívia, importante área de integração comercial e cultural com intensa troca de mercadorias e fluxo de pessoas. Isso porque, apesar das características predominantemente naturais e pouco urbanizadas do território, a concentração dos serviços essenciais, infraestrutura e atividades econômicas na Sede municipal a tornam o principal polo de desenvolvimento local.

Grau de urbanização dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



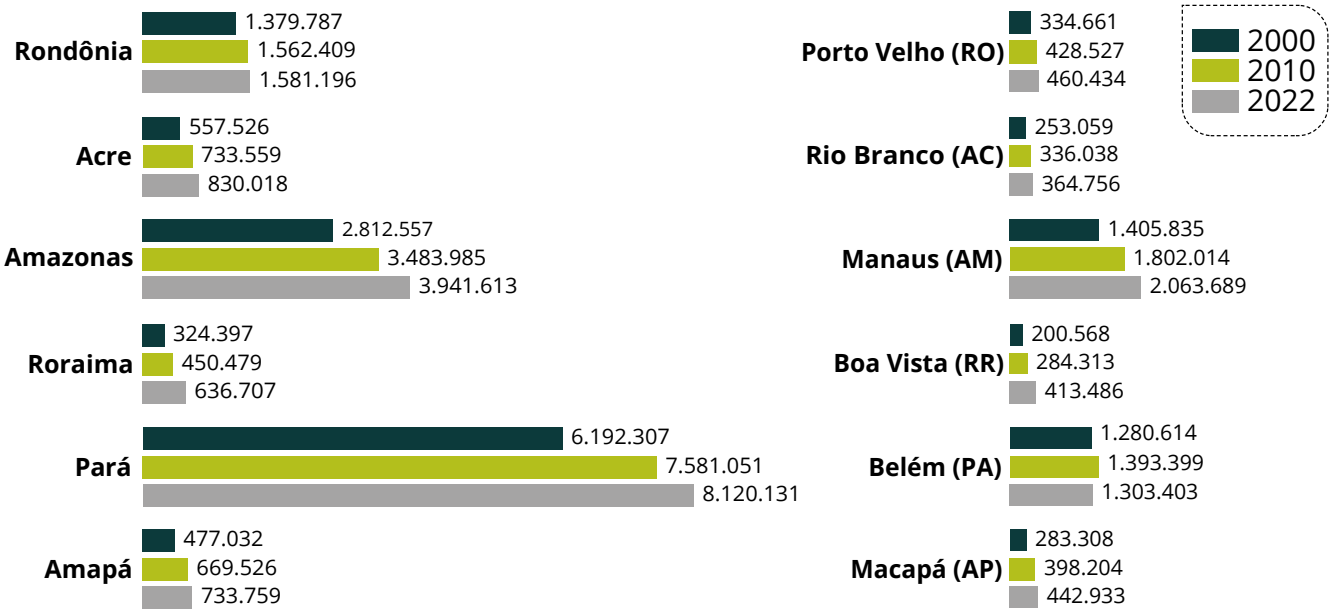
Dinâmicas demográficas

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária e a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais.

Numa avaliação por Estado, é possível verificar que aquele com maior crescimento absoluto nas últimas décadas é o Pará, que passou de 6.192.307 hab em 2000 para 8.120.131 hab em 2024. Já em termos percentuais, os maiores crescimentos se deram no Amapá entre 2000 e 2010 (40%) e em Roraima entre 2010 e 2022 (41%).

Nas capitais que se encontram na Faixa de Fronteira, Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) apresentaram aumento considerável entre as décadas 2000-2010 e Boa Vista (RR) cresceu 45% no período 2010-2022, na contramão das tendências demográficas do país, em parte por conta da migração venezuelana.

Gráfico 1 - Crescimento populacional Estados e Capitais da Fronteira do Arco Norte e Rondônia (habitantes)

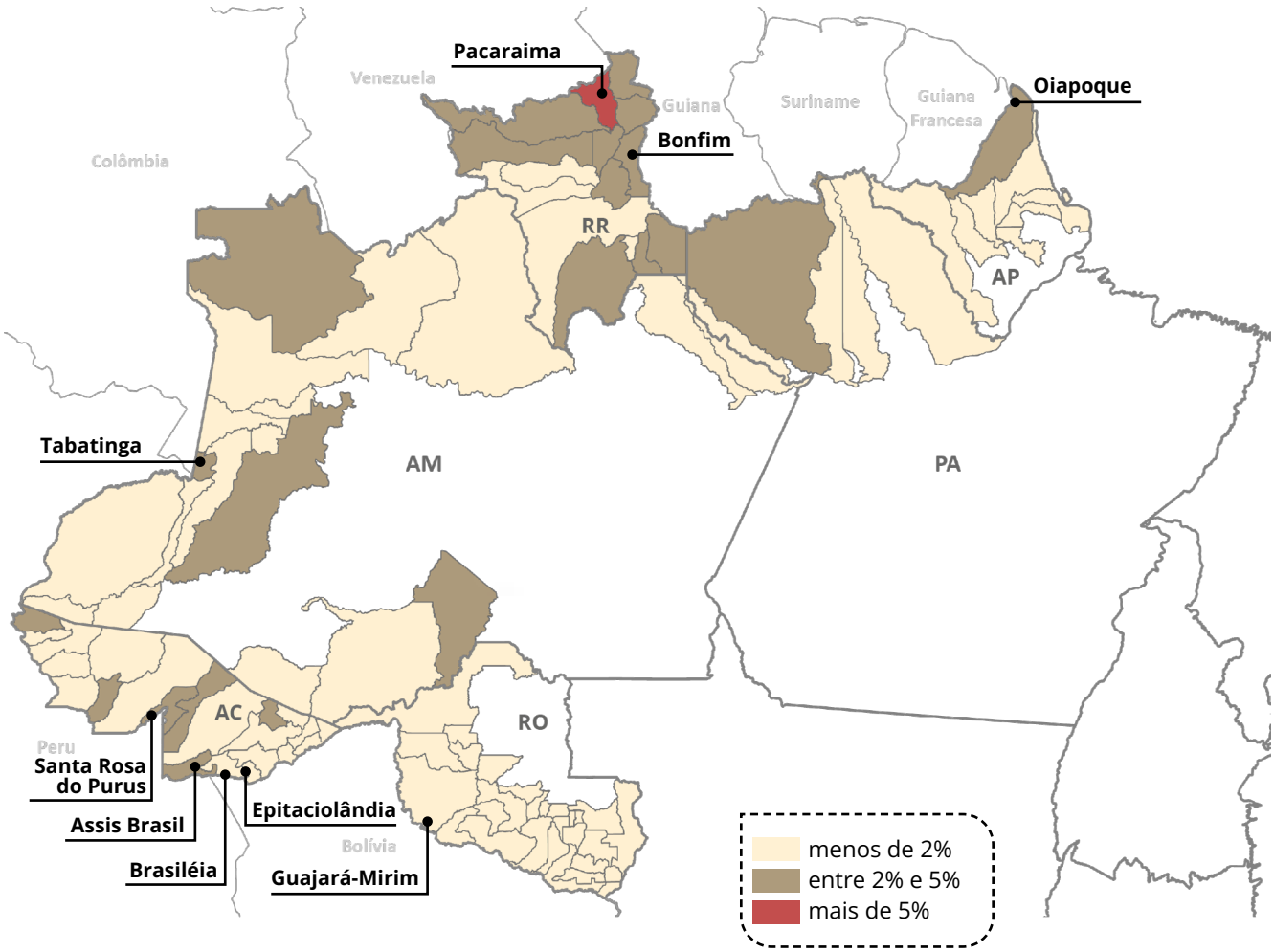


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir do Censo IBGE, 2022.

Em geral, os municípios brasileiros da fronteira ganharam, em maior ou menor grau, população nas últimas décadas. A exceção se dá no Estado de Rondônia, pela considerável perda de população em diversos municípios. O maior decréscimo é observado em Campo Novo de Rondônia, que em termos percentuais perdeu 30% da população no período de 2010 a 2022.

Em Roraima, chama atenção o crescimento expressivo de 85% da população entre 2010-2022 em Pacaraima, ainda que em números absolutos o crescimento não passe de 20 mil habitantes. Porta de entrada de imigrantes venezuelanos no país, o Município passou de 10.433 hab em 2010 para 19.305 hab em 2022, com taxa de crescimento anual de 5,26% ao ano, o maior crescimento anual da área estudada.

Taxa de crescimento anual da população dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas (2010-2022)



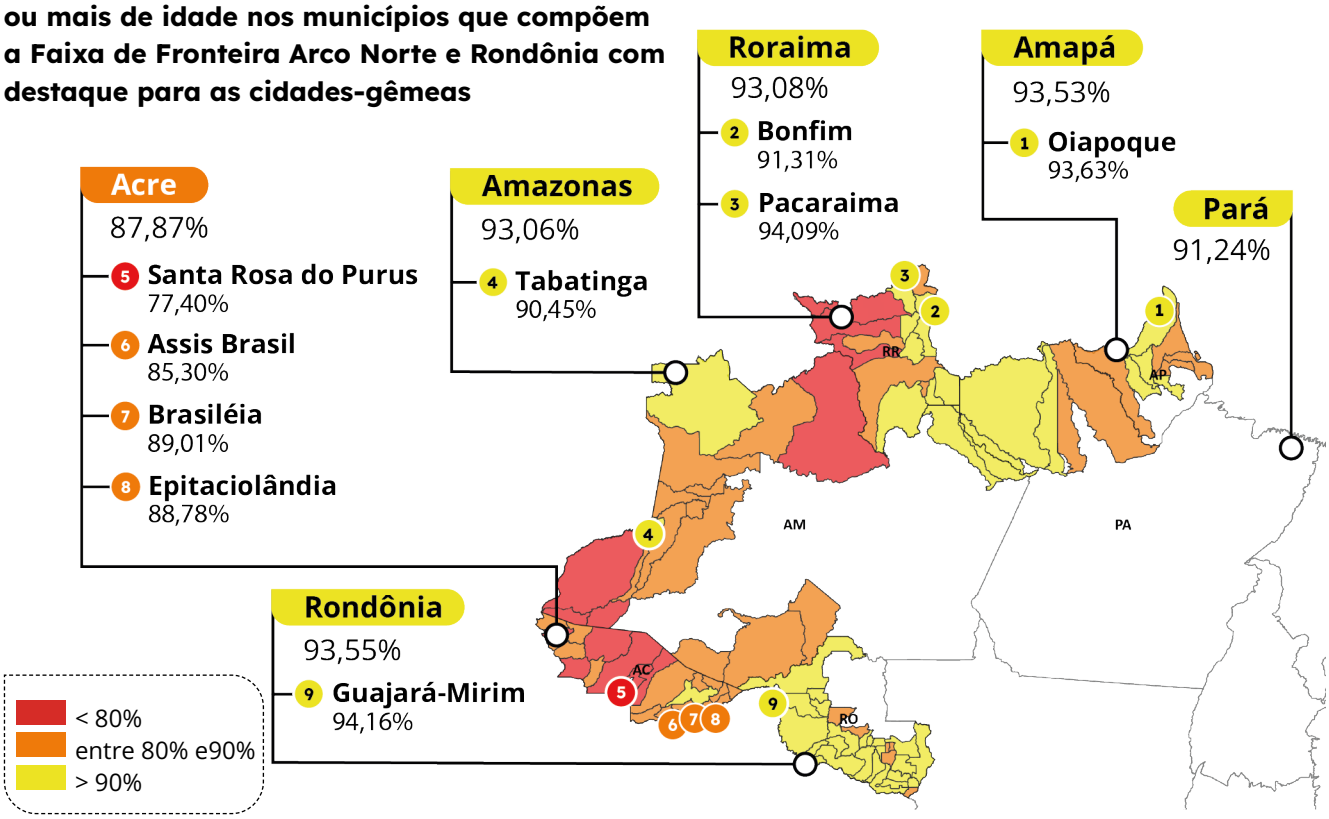
Alfabetização

De acordo com os dados do Censo Demográfico IBGE 2022, as taxas de alfabetização para a população com 15 anos ou mais nos estados da Faixa de Fronteira amazônica atingem a média brasileira de 93% da população alfabetizada. No Acre, porém, os dados mostram que 73.835 pessoas (12,1%) nessa faixa etária no Estado não sabem ler ou escrever.

Embora tenha havido redução em relação ao Censo de 2010 (16,6%), o Acre ainda apresenta a maior taxa de analfabetismo da região. Municípios como Marechal Thaumaturgo, Feijó, Manoela Urbano, Tarauacá e Rodrigues Alves apresentam menos de 80% da população alfabetizada. Vale destacar que, numa análise por municípios, Alto Alegre e Amaraji em Roraima são os que apresentam as menores taxas de alfabetização, com 63,19% e 68,17%, respectivamente.

Com relação às cidades-gêmeas, também no Acre é onde se observa as menores taxas de alfabetização. Santa Rosa do Purus (AC) tem o menor percentual de alfabetização (77,4%) enquanto em Guajará-Mirim, 94,16% da população com mais de 15 anos está alfabetizada.

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade nos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



Análise por Eixos Temáticos

O processo de elaboração das bases dos PDIFFs pretende contribuir para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos), conforme orientação do Programa Fronteira Integrada do MIDR. Desta forma, para organização deste trabalho, a análise dos territórios de fronteira se deu a partir de cinco grandes eixos temáticos: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social; Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; Integração Regional, Migrações e Segurança.

Esta organização permite uma abordagem quali-quantitativa que considera diferentes dinâmicas socioeconômicas e condicionantes ambientais. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados obtidos em fontes institucionais, enquanto a dimensão qualitativa buscou interpretar as dinâmicas socioespaciais, fornecendo um panorama sobre os fenômenos observados.

Exatamente pelo seu caráter de subsídio, o diagnóstico por eixos temáticos foi construído como um panorama geral, mais do que um diagnóstico aprofundado dos temas envolvidos. Buscou-se operar em diferentes escalas simultaneamente, de modo a compreender os diferentes processos e os impactos locais, bem como oferecer subsídios para se pensar políticas públicas integradas a investimentos estruturantes que equilibrem o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental, respeitando as especificidades de cada território. No âmbito regional, alguns aspectos merecem destaque e são a seguir relacionados.

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

A predominância de espaços territoriais especialmente protegidos, os entraves na regularização fundiária, as inconsistências no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a crescente pressão agropecuária criam um cenário de disputa pelo território da fronteira amazônica. Um dos desafios centrais está na gestão dos territórios protegidos, especialmente nas Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), que ocupam parcelas expressivas da Faixa de Fronteira e estão sob constante pressão de atividades ilegais, incluindo grilagem de terras, garimpo, exploração madeireira e limitações político-institucionais que comprometem a fiscalização e o monitoramento efetivo desses territórios.

A heterogeneidade na regularização ambiental e a falta de articulação entre marcos regulatórios agravam esse cenário. A persistência das sobreposições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que, em alguns casos, ultrapassam a própria extensão territorial dos municípios, ressaltam a necessidade de maior rigor na verificação das informações declaradas. Essas sobreposições podem revelar conflitos fundiários latentes e, em alguns casos, indícios de grilagem de terras. Nesse sentido, o CAR desempenha um papel relevante ao expor essas inconsistências, reforçando a importância do aprimoramento nos processos de validação e integração com outras bases de dados fundiários e ambientais.

Pode-se dizer, ainda, que os dados sugerem forte correlação entre a expansão agropecuária, o avanço da fronteira agrícola e o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A conversão de áreas florestais em pastagens e monoculturas contribui diretamente para o desmatamento e a intensificação das emissões de carbono, tornando necessária a adoção de estratégias que conciliem produção agropecuária e preservação ambiental. Esse vínculo reforça a importância de integrar políticas de ordenamento territorial com ações de gestão climática, garantindo que o desenvolvimento econômico ocorra de forma sustentável e alinhada aos compromissos ambientais internacionais do país. Os Municípios em estudo têm capacidade muito baixa para a implementação de programas ou ações de prevenção contra impactos dos fenômenos climáticos.

Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)

A **PNOT** tem como objetivo promover a resiliência territorial, que envolve a adaptação dos territórios a mudanças sociais, econômicas e ambientais. Também busca incentivar a contratualização territorial, uma abordagem inovadora que impulsiona pactos e acordos entre diferentes agentes para alinhar interesses e estratégias de atuação. A PNOT está em processo de elaboração por um Grupo Interministerial, instituído em 2024 pelo Decreto no 11.920, de 14 de fevereiro de 2024, que tem o prazo de dois anos para elaborar a proposta e propor o modelo de governança para a implementação dessa política.

Saiba mais:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

A implantação de infraestruturas na Faixa de Fronteira amazônica abre oportunidades para dinamizar a economia local, impulsionar o escoamento da produção da região e promover maior integração com os países vizinhos. No entanto, o planejamento e os investimentos em infraestrutura devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. Deve-se considerar que a Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

A infraestrutura de transportes e logística desempenha importante atribuição na integração da região com o restante do Brasil e com os mercados internacionais. Para além do transporte rodoviário, os modais fluvial e aéreo assumem função central na conectividade da região, viabilizando o deslocamento de pessoas e o escoamento de mercadorias em áreas de difícil acesso, marcadas por grandes distâncias e baixa densidade, além de garantirem maior agilidade no acesso a serviços essenciais e na integração com centros urbanos mais dinâmicos.

No que se refere à infraestrutura energética, apesar dos avanços na Região Norte, ainda persistem assimetrias territoriais, especialmente em áreas remotas, onde predominam sistemas isolados e soluções de menor escala. As infraestruturas de comunicação também enfrentam limitações, sobretudo quanto à cobertura e à qualidade dos serviços em regiões rurais e de difícil acesso, o que restringe a conectividade e o acesso a oportunidades.

No campo do saneamento, os desafios são ainda mais estruturais, com déficits significativos na oferta de água tratada, esgotamento sanitário e a predominância de lixões como forma de destinação final dos resíduos sólidos. Esse cenário evidencia a necessidade de maior articulação entre políticas públicas, planejamento integrado e investimentos direcionados, considerando, sobretudo, a natureza transfronteiriça de parte desses problemas, que demandam soluções coordenadas entre estados e países vizinhos.

Rotas de Integração Sul-Americana

As Rotas são um projeto do Governo Federal, desenhado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), para conectar o Brasil aos vizinhos, reduzir custos logísticos e facilitar o acesso à Ásia pelo Pacífico. Aprovadas no Consenso de Brasília (2023), visam integrar a infraestrutura física e digital, impulsionando o comércio e desenvolvimento regional. São elas:

- **Rota 1 - Ilha das Guianas:** compõe-se de rodovias e hidrovias. Inclui os estados de Roraima e Amapá, no total, além de parte dos estados Amazonas e Pará. Abarca Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela.
- **Rota 2 - Amazônica:** Integra o estado do Amazonas ao Peru, Colômbia e Equador, utilizando rodovias e hidrovias (Rios Amazonas e Solimões).
- **Rota 3 - Quadrante Rondon:** Liga Acre, Rondônia e parte dos estados do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul à Bolívia, Peru e norte do Chile.
- **Rota 4 - Bioceânica Centro-Oeste:** Conecta Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, via Paraguai e Argentina, ao Chile, facilitando o acesso ao Pacífico.
- **Rota 5 - Bioceânica do Sul:** Conecta Rio Grande do Sul e alguns trechos do sudeste de Santa Catarina ao Uruguai, Argentina e Chile.

Saiba mais:

Programa Norte Conectado

O Programa Norte Conectado tem a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial, visando atender à população e às políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e do judiciário. A implantação é baseada em uma infraestrutura de telecomunicações que interligará diversos municípios e localidades na Região Norte do país. Com isso, o Programa propõe ampliar o acesso à internet na região, com possibilidade de integração aos países vizinhos que compõem a Pan Amazônia.

Saiba mais:

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Diversas atividades socioeconômicas da Faixa de Fronteira amazônica estão vinculadas aos recursos naturais da floresta. Segmentos relacionados à bioeconomia constituem potencialidades econômicas da região como o extrativismo de produtos florestais madeireiros sob manejo sustentável e de produtos florestais não madeireiros - frutos, óleos, resinas e ervas, pesca de manejo sustentável, cultivo de lavouras permanentes, temporárias e a hortifruticultura. Pode-se considerar ainda o desenvolvimento de novos mercados, como medicinais, fármacos e cosméticos, associados à biodiversidade; o ecoturismo e o etnoturismo.

A importância socioeconômica desses produtos decorre da possibilidade de aproveitamento de elementos da cultura local, de comunidades e povos tradicionais, que podem integrar práticas tradicionais de agroextrativismo, respeitando a biodiversidade local, para gerar ganhos econômicos com inclusão produtiva, preservação e restauração ambiental. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. Assim, o fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio)

O PNDBio é o principal mecanismo de implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, que visa coordenar políticas públicas para o desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em recursos biológicos, promovendo sustentabilidade, descarbonização e valorização da biodiversidade. A bioeconomia, conforme definida no decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024, é um modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em justiça, ética e inclusão, que utiliza recursos naturais de forma sustentável, regenerativa e conservacionista, integrando conhecimentos científicos e tradicionais. O PNDBio está organizado em três eixos: Sociobioeconomia e ativos ambientais; Bioindustrialização competitiva e Produção sustentável de biomassa.

Saiba mais:

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Os povos e comunidades tradicionais no Brasil são reconhecidos por suas formas próprias de organização social e cultural, intimamente ligadas ao território e à natureza. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007) define esses grupos como culturalmente diferenciados, com modos específicos de organização e uso dos recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica. Entre esses povos estão indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e outros, totalizando 28 segmentos.

Na faixa de fronteira do Arco Norte e em Rondônia, povos indígenas, comunidades quilombolas e populações extrativistas desempenham papel fundamental na preservação da sociobiodiversidade amazônica e na manutenção dos modos de vida tradicionais. A região abriga mais de 100 Terras Indígenas, onde vivem mais de 50 etnias, além de territórios quilombolas reconhecidos e comunidades extrativistas distribuídas em dezenas de unidades de conservação. O uso sustentável dos recursos naturais, por meio do extrativismo, da pesca artesanal e de práticas tradicionais, contribui para a geração de renda, o fortalecimento das economias locais e a permanência dessas populações em seus territórios.

A garantia dos direitos desses povos, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia. No entanto, essas populações vêm enfrentando ameaças como o avanço do garimpo ilegal, desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais e a presença do narcotráfico em suas terras, intensificando os conflitos e a violência na região. Apesar dessas garantias legais, as comunidades também enfrentam dificuldades na regularização de suas terras e na defesa de seus direitos. A proteção de seus modos de vida, práticas culturais e saberes tradicionais é, portanto, fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo.

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto no 6.040, de 2007, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

A PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747/2012, visa proteger, recuperar e conservar os ecossistemas, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas. Ela fortalece a autonomia indígena, integra povos tradicionais e o Estado, e é essencial para o combate às mudanças climáticas. São sete eixos que estruturam os objetivos específicos da política: I – proteção territorial e dos recursos naturais; II- governança e participação indígena; III- áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; IV-prevenção e recuperação de danos ambientais; V- uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; VI- propriedade intelectual e patrimônio genético e VII- capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Saiba mais:

Integração Regional, Migrações e Segurança

Interações entre países fronteiriços, ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

A análise dos fluxos migratórios revela dinâmicas complexas impulsionadas por fatores econômicos, políticos e humanitários. Na última década, observou-se uma intensificação dos movimentos migratórios, especialmente relacionados à crise humanitária na Venezuela e ao impacto das políticas migratórias brasileiras. Roraima continua a ser a principal porta de entrada de migrantes venezuelanos, enquanto estados como Amapá e Pará apresentam padrões diferenciados, com um aumento da presença de

imigrantes de outros países da América Latina e de outras regiões do mundo, como Filipinas e Haiti. A predominância masculina, a diversidade de nacionalidades e o crescimento dos residentes temporários são tendências-chave que moldam a dinâmica migratória da região amazônica.

Há ainda desafios enfrentados na gestão das migrações, incluindo a necessidade de ampliação de políticas de acolhimento, interiorização e regularização migratória. O fortalecimento de redes de apoio interinstitucionais e a implementação de programas que garantam o acesso a serviços essenciais, como moradia, saúde, educação e trabalho, são medidas fundamentais para a promoção dos direitos humanos dos migrantes e refugiados.

Já os dados e indicadores analisados sobre a violência nos estados da Região Norte e seus municípios fronteiriços evidenciam um cenário marcado pela interdependência entre violência, migração e vulnerabilidade socioeconômica. A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. A violência é potencializada pela atuação de facções criminosas, pela exploração de recursos naturais e pela fragilidade das políticas públicas de segurança.

Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)

O PPIF foi instituído pelo decreto federal 8.903, de 16 de novembro de 2016, para promover o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. É coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) que articula as ações conjuntas entre os órgãos do PPIF, promove o compartilhamento de informações, incentiva a implementação de projetos estruturantes e a cooperação internacional com países vizinhos, colaborando para o aprimoramento da governança das políticas públicas e as ações entre os entes da Federação, além de aprimorar a presença do Estado nas fronteiras.

O mesmo decreto que instituiu o PPIF também ressaltou a importância da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal de governo para a realização de trabalho integrado visando à proteção de nossas fronteiras. Nesse contexto, ficou estabelecido que a participação dos Estados nas ações relacionadas ao PPIF deve ser baseada em instrumentos de cooperação entre os ministérios participantes e os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) instituídos pelos Estados, que representam a vanguarda do PPIF na região de fronteira, atuando como representantes legítimos do Estado brasileiro para a governança local da prevenção, controle, monitoramento e repressão de crimes transfronteiriços.

Saiba mais:

PANORAMA RONDÔNIA



Foto: Marcello Sokal/Setur-RO

Apresentação

O Estado de Rondônia tem aproximadamente 1.342 km de fronteira com a Bolívia, sendo banhada pelos Rios Guaporé, Mamoré e Abunã. De seus 52 municípios, 28 fazem parte da Faixa de Fronteira.

A Faixa de Fronteira do Estado abrange três Sub-regiões: Madeira-Mamoré, Fronteira do Guaporé e Chapada dos Parecis. Especialmente nas Sub-regiões Madeira-Mamoré e Chapada dos Parecis, evidencia-se uma forte presença de atividades agroindustriais e infraestrutura de transporte integrada, consolidando-se como um eixo econômico estratégico na Faixa de Fronteira.

A Sub-região Madeira-Mamoré é marcada pela predominância urbana, com Porto Velho como polo de transporte e integração regional; a Sub-região Fronteira do Guaporé destaca-se por seu perfil rural, resultado de projetos de colonização oficial, que estruturaram pequenas e médias propriedades ao longo da BR-364; e a Sub-região Chapada dos Parecis evidencia uma forte vocação agroindustrial, articulando áreas urbanas e rurais para a produção de grãos voltados à exportação.

Caracterização Sociodemográfica

Em Rondônia, os municípios de fronteira abrigam uma população de 964.355 habitantes, o que representa, cerca de, 60% da população total.

No estado, há uma cidade-gêmea — Guajará-Mirim — e outras duas cidades que possuem sede na linha de fronteira: Costa Marques e Pimenteiras do Oeste. Cinco cidades são lindeiras — Alta Floresta D'Oeste, Cabixi, Nova Mamoré, Alto Alegre dos Parecis e São Francisco do Guaporé —, possuindo sede dentro da Faixa de Fronteira, enquanto a Capital Porto Velho, apesar de possuir parte expressiva no território dentro da faixa, tem sede fora dela.

Quando analisamos os dados populacionais dos municípios de Rondônia, observa-se que apenas a Capital Porto Velho possui população acima de 400 mil habitantes. Vilhena e Rolim Moura são as únicas cidades fronteiriças que possuem mais de 50 mil habitantes.

Em geral, os municípios da fronteira amazônica ganharam, em maior ou menor grau, população nas últimas décadas. Rondônia é uma exceção, já que obteve considerável perda de população em diversos municípios.

O maior decréscimo é observado em Campo Novo de Rondônia, que em termos relativos perdeu 30% da população. Em contraponto, Vilhena ganhou população ao longo das últimas duas décadas. Em 2000, a população que era de 53.598 habitantes passou a 95.832 habitantes em 2022.

A cidade-gêmea internacional de Guajará-Mirim é Guayaramerín, na Bolívia. A partir dos dados do censo brasileiro e boliviano, é possível observar que as cidades somam 80.146 habitantes. Essa relação binacional é marcada por intensos fluxos comerciais, culturais e sociais, que reforçam a integração entre os dois países. A cidade brasileira concentra seus equipamentos urbanos em torno da Avenida 15 de Novembro, que conecta a zona portuária ao Rio Madeira-Mamoré, consolidando seu papel como ponto estratégico de integração transfronteiriça com o departamento boliviano de Beni.

De acordo com o Regic (IBGE, 2018), Guajará-Mirim forma um Arranjo Populacional Internacional com Guayaramerín. No entanto, a despeito de sua relevância histórica e estratégica, esta é classificada como Centro Local. Essa classificação reflete sua influência limitada, com forte dependência estrutural da Capital estadual para acesso a serviços, mercados e infraestrutura.

Com relação ao grau de urbanização das cidades de fronteira, Porto Velho tem 92,6% de urbanização, já na cidade-gêmea Guajará-Mirim a taxa de urbanização é de 80,6%. Isso porque a concentração dos serviços essenciais, infraestrutura e atividades econômicas na Sede municipal a tornam o principal polo de habitação e desenvolvimento local.

Com relação à alfabetização, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2022, Rondônia tem taxa de alfabetização de 93,55% sendo a maior dentre os estados da região. Na cidade-gêmea de Guajará-Mirim, 94,16% da população com mais de 15 anos está alfabetizada.

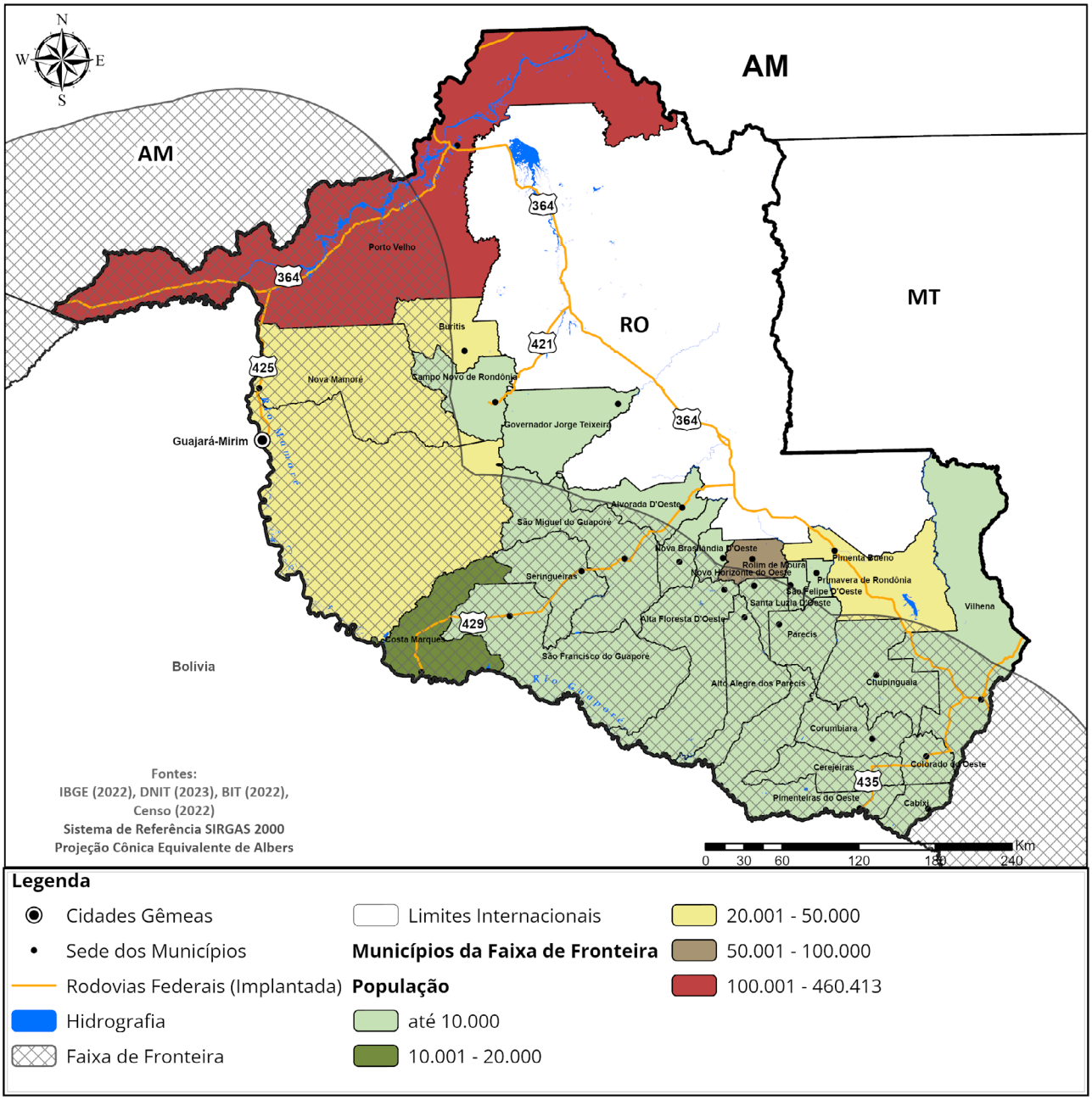
Tabela 2 - Perfil Demográfico dos Municípios do Estado de Rondônia

Municípios	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa Crescimento Anual 2010-2022	Taxa de Urbanização 2022 (%)	Taxa de Urbanização 2022 (%)
Alta Floresta D'Oeste	21.494	12.971	8.523	-1,05%	60,30%	91,59%
Alto Alegre dos Parecis	11.479	4.986	6.493	-0,91%	43,40%	90,79%
Alvorada D'Oeste	13.117	7.750	5.367	-2,07%	59,10%	88,53%
Buritis	27.992	19.414	8.578	-1,21%	69,40%	92,46%
Cabixi	5.351	2.846	2.505	-1,37%	53,20%	89,82%

Municípios	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa Crescimento Anual 2010-2022	Taxa de Urbanização 2022 (%)	Taxa de Urbanização 2022 (%)
Campo Novo de Rondônia	8.844	2.731	6.113	-2,95%	30,90%	90,46%
Cerejeiras	15.890	14.116	1.774	-0,58%	88,80%	92,15%
Chupinguaia	9.324	5.302	4.022	0,97%	56,90%	92,64%
Colorado do Oeste	15.663	11.709	3.954	-1,42%	74,80%	90,47%
Corumbiara	7.519	2.780	4.739	-1,29%	37,00%	91,52%
Costa Marques	12.627	6.670	5.957	-0,66%	52,80%	92,92%
Governador Jorge Teixeira	8.001	2.543	5.458	-2,25%	31,80%	89,21%
Guajará-Mirim	39.387	31.737	7.650	-0,47%	80,60%	94,16%
Nova Brasilândia D'Oeste	15.679	7.309	8.370	-1,96%	46,60%	91,36%
Nova Mamoré	25.444	14.719	10.725	1,01%	57,80%	90,69%
Novo Horizonte do Oeste	7.667	3.309	4.358	-2,38%	43,20%	90,03%
Parecis	4.125	1.454	2.671	-1,27%	35,20%	89,53%
Pimenta Bueno	35.079	28.710	6.369	0,30%	81,80%	93,24%
Pimenteiras do Oeste	2.156	1.223	933	-0,59%	56,70%	93,15%
Porto Velho	460.434	426.299	34.135	0,60%	92,60%	95,64%
Primavera de Rondônia	3.076	1.390	1.686	-1,13%	45,20%	87,46%
Rolim de Moura	56.406	47.264	9.142	0,90%	83,80%	93,50%
Santa Luzia D'Oeste	7.419	3.256	4.163	-1,49%	43,90%	90,45%
São Felipe D'Oeste	5.258	2.164	3.094	-1,12%	41,20%	89,81%
São Francisco do Guaporé	16.286	9.260	7.026	0,13%	56,90%	91,86%
São Miguel do Guaporé	21.635	11.961	9.674	-0,07%	55,30%	92,68%
Seringueiras	11.171	5.086	6.085	-0,33%	45,50%	92,73%
Vilhena	95.832	90.305	5.527	1,93%	94,20%	94,20%

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados Censo, 2022.

Mapa 1 - População dos Municípios que compõem a Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

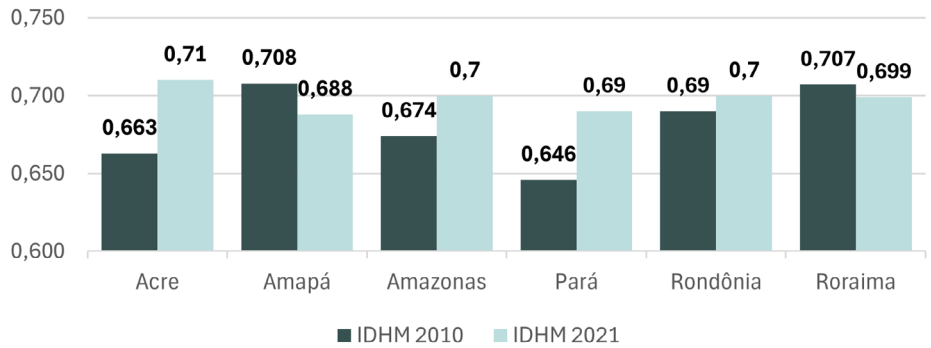
Indicadores socioeconômicos

Os índices de desenvolvimento socioeconômico constituem instrumentos fundamentais para a compreensão das condições de vida da população e das desigualdades territoriais, permitindo analisar não apenas o nível de desenvolvimento alcançado, mas também a forma como renda, oportunidades e bem-estar estão distribuídos no território. Entre os principais indicadores utilizados destacam-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini e o salário médio dos trabalhadores formais, que, de maneira complementar, oferecem uma leitura multidimensional da realidade socioeconômica.

Índice de Desenvolvimento Humano

Ao analisarmos o gráfico comparativo do IDH entre o Censo de 2010 e a PNAD 2021 dos estados que compõem a Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, observa-se que metade apresentou crescimento do índice no período. Rondônia, juntamente com o Amazonas, possui o segundo maior IDH entre os Estados da Faixa de Fronteira (0,700).

Gráfico 2 - Evolução do IDH nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021



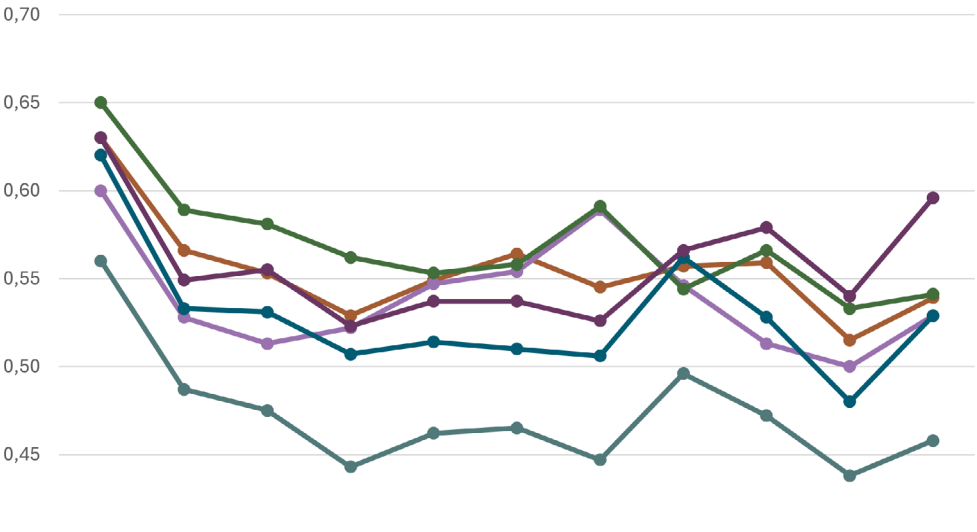
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

No que se refere aos componentes do IDH, em relação à renda, Rondônia se destaca por possuir o terceiro maior índice da região (0,677). No que se refere à Educação, possui também o terceiro melhor índice (0,694). No entanto, em longevidade, o Estado destaca-se por possuir o pior indicador, ocupando o último lugar, ainda que continue sendo classificado como índice alto (0,731).

Índice de Gini

Com relação ao índice de Gini[14], houve redução nos primeiros anos da série com os benefícios de programas sociais, até 2015, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, um novo recuo é registrado com todos os Estados apresentando seus resultados mais baixos, em função da introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda no período da pandemia. Observa-se posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais[15]. Destaque para Rondônia, que atingiu os valores mais baixos entre os estados em todo o período, chegando a 0,438 em 2020 e subindo para 0,458 em 2021.

Gráfico 3 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021



	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	0,63	0,566	0,553	0,529	0,549	0,564	0,545	0,557	0,559	0,515	0,539
Amapá	0,6	0,528	0,513	0,522	0,547	0,554	0,589	0,546	0,513	0,5	0,529
Amazonas	0,65	0,589	0,581	0,562	0,553	0,558	0,591	0,544	0,566	0,533	0,541
Pará	0,62	0,533	0,531	0,507	0,514	0,51	0,506	0,562	0,528	0,48	0,529
Rondônia	0,56	0,487	0,475	0,443	0,462	0,465	0,447	0,496	0,472	0,438	0,458
Roraima	0,63	0,549	0,555	0,523	0,537	0,537	0,526	0,566	0,579	0,54	0,596

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

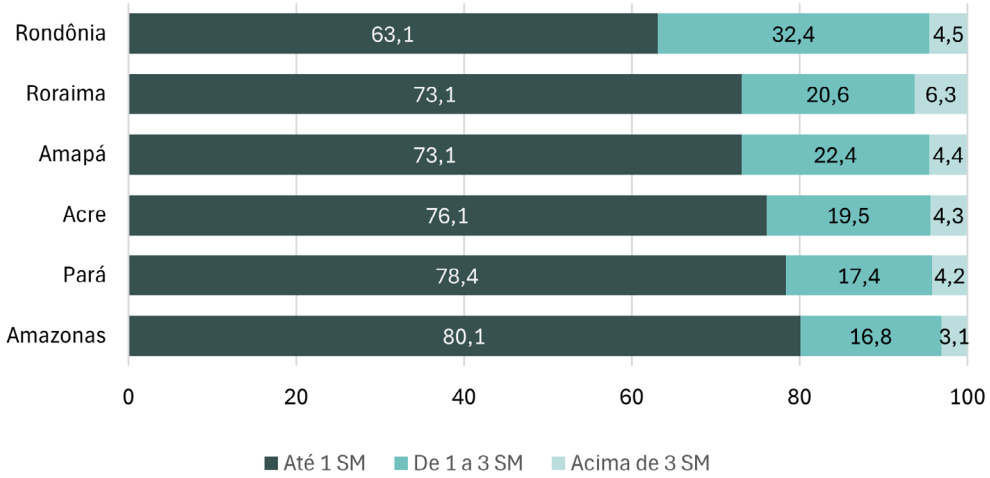
14. O índice de Gini é indicador que serve de medida para a desigualdade socioeconômica. Ele sintetiza a análise da distribuição de rendimento domiciliar per capita. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, e varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos e 1, de perfeita desigualdade, em que todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa. No Brasil, este índice pouco se alterou de 2010 a 2021, caindo um décimo de 0,60 para 0,59.

15. Na publicação Síntese de Indicadores Sociais no Brasil em 2023 (IBGE), a análise por grandes regiões indicou o impacto dos benefícios dos programas sociais nos índices, baseando-se na PNAD 2022.

Rendimento Domiciliar

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD contínua, 2023/IBGE), o rendimento domiciliar[16] per capita médio no Brasil, em 2022, foi de R$ 1.586,00 mensais. Na Região Norte, o rendimento equivalia a 58,0% do rendimento domiciliar *per capita* médio do Sudeste, o que demonstra a desigualdade econômica estrutural entre as Regiões do país. Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, observa-se que mais de 60% da população recebe até 1 salário mínimo. Rondônia é o estado que apresenta melhores indicadores, com menor percentual de população na faixa de até 1 salário mínimo (63,1% da população)

Gráfico 4 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar *per capita* mensal, em salários mínimos - 2022



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS_RDPCMEDIO, 2023

16. Analisar o rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma forma de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira. Para se averiguar os rendimentos das famílias nos municípios do Arco Norte e Rondônia, de acordo com o resultado mais recente, foram utilizados dados do rendimento do trabalho formal do ano de 2022/PNAD. Em que pesem as limitações de considerar somente os rendimentos do trabalho formal, esta é a informação mais atualizada e organizada sistematicamente, que traz elementos que possibilitam um panorama dos municípios na região estudada.

Cadastro único

A análise do Cadastro Único[17] também é instrumento de análise de determinadas características do contexto de vulnerabilização social. O Estado de Rondônia possui uma parcela significativa de sua população inscrita no Cadastro Único, evidenciando a importância das políticas públicas de assistência e inclusão social em um território marcado por intensas transformações econômicas e demográficas nas últimas décadas.

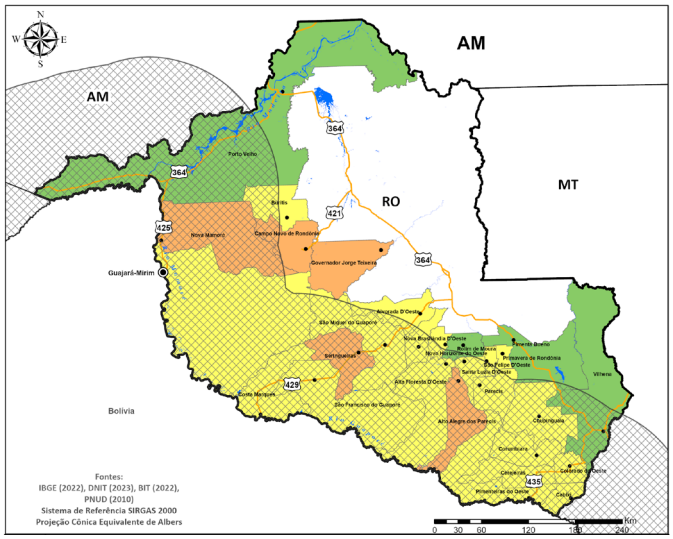
Tabela 3 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos Estados do Arco Norte e Rondônia[18]

Estados	População Censo IBGE (2022)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: Pobreza + Baixa renda (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo (dez/2025)
Acre	830.018	46.172	468.362	95.300
Amapá	733.759	333.913	430.704	85.566
Amazonas	3.941.613	1.753.040	2.261.311	420.487
Pará	8.120.131	3.399.762	4.499.130	1.003.496
Rondônia	1.581.196	310.331	559.813	295.148
Roraima	636.707	216.256	327.978	74.564

Fonte: Dados do CadÚnico 2025 e do Censo 2022.

17. A partir de 2023, a apresentação do banco de dados dos inscritos no CadÚnico foi alterada, separando três grandes categorias, por faixa de renda: Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família; Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza linha administrativa de pobreza, de acordo com a legislação do Programa Bolsa Família (R$ 0 a R$ 218,00) + Baixa renda: linha baseada no salário mínimo (R$ 218,01 a 1/2 salário mínimo); e Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo. Esta última categoria inclui famílias com renda per capita superior que acessam políticas sociais específicas, como o benefício de prestação continuada, por exemplo.

18. Devido à sua constante atualização (as famílias e indivíduos devem atualizar seus cadastros a cada dois anos), o Programa possui uma periodicidade cíclica e seus dados são coletados e disponibilizados com uma frequência mensal, sendo uma ferramenta importante para a análise de determinadas características do contexto de vulnerabilidade social.

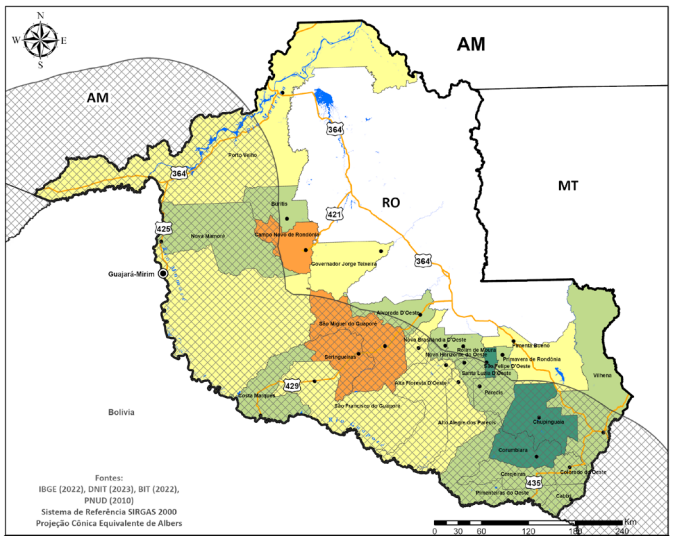


Legenda:

- 0 a 0,499 (Muito Baixo)
- 0,500 - 0,599 (Baixo)
- 0,600 - 0,699 (Médio)
- 0,700 - 0,799 (Alto)
- 0,800 - 1,00 (Muito Alto)

IDHM Municípios

Rondônia destaca-se por não apresentar nenhum IDHM muito baixo. Dos 28 municípios fronteiriços, apenas cinco possuem IDHM baixo. Destacam-se os municípios de Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Porto Velho e Vilhena que possuem IDHM alto. Vale destacar que, para os municípios, a informação de IDHM mais atualizada é de 2010, uma vez que ainda não há atualizações referentes ao último Censo do IBGE divulgado.

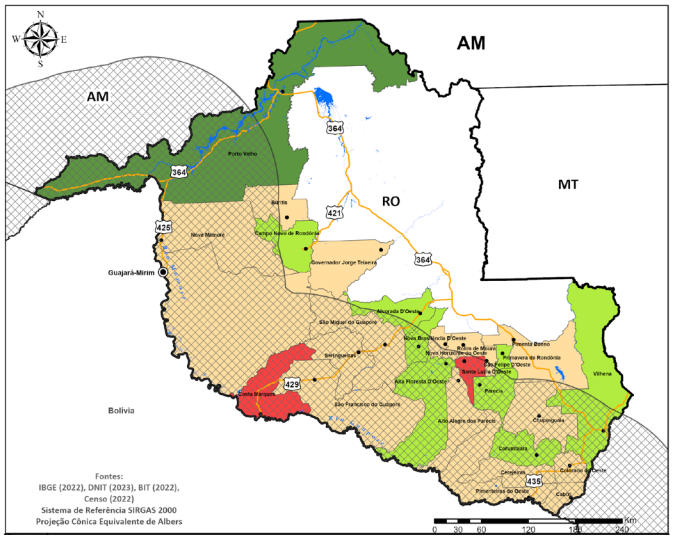


Legenda:

- até 0,48
- 0,49 a 0,53
- 0,54 a 0,60
- 0,61 a 0,70
- 0,71 a 0,80

Índice de Gini

Em Rondônia, apenas três municípios da Faixa de Fronteira distribuíram-se por uma faixa intermediária variando entre 0,61 e 0,70. Chupinguaia e Corumbiara se destacam por ter Gini abaixo de 0,48. Já o restante dos municípios se distribui por uma faixa baixa, que varia entre 0,49 e 0,53, o que condiz com o resultado do Estado.

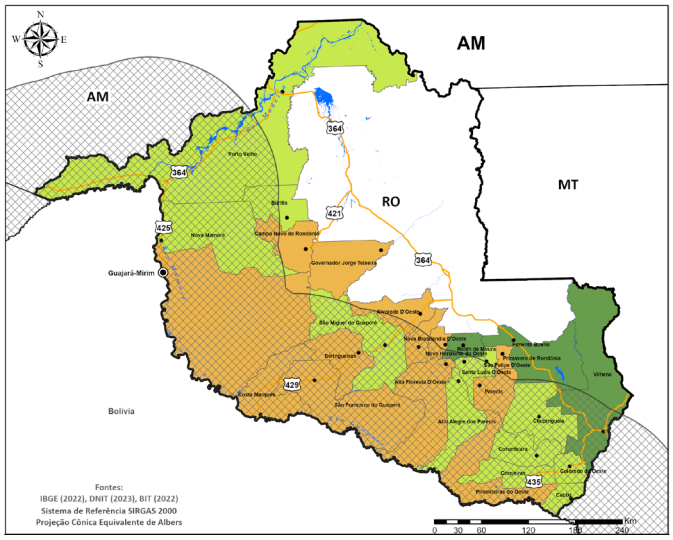


Legenda:

- até 1,7
- 1,8 - 2,00
- 2,01 - 2,50
- 2,51 - 3,30

Rendimento Domiciliar

Em Rondônia, apenas a Capital Porto Velho apresenta rendimento maior, com média de 3,3 SM. Já Guajará-Mirim tem o rendimento de 2,0 SM. Os piores índices estão em Costa Marques e Santa Luzia D' Oeste, com rendimento médio de 1,7SM.



Legenda:

- até 30,00
- 30,01 - 50,00
- 50,01 - 80,00
- 80,01 - 90,41

Cadastro Único

Em Rondônia, há municípios em que menos de 30% da população está cadastrada em programas sociais. É o caso de Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Vilhena. Na Capital Porto Velho, a porcentagem de inscritos é inferior a 50%.

Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

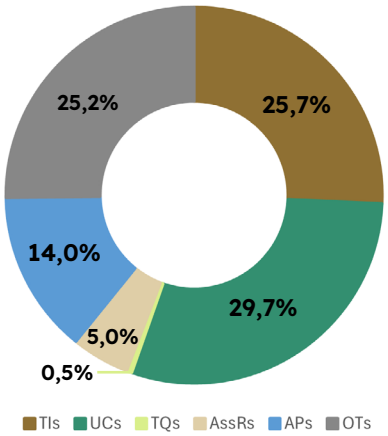
Configuração Fundiária

A Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia é diversificada nas categorias de uso da terra, com Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) ocupando 55,4% do total, evidenciando esforços significativos para a proteção ambiental em uma região pressionada pela expansão agropecuária.

Destacam-se os municípios de Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé, onde as TIs abrangem 37%, 14,8% e 12,4% da Faixa de Fronteira estadual, respectivamente. No caso das UCs, os maiores percentuais estão em Guajará-Mirim (31,1%), São Francisco do Guaporé (17,5%) e Porto Velho (13,3%).

Essa configuração territorial, especialmente na região do Vale do Guaporé, combina riqueza ambiental, diversidade cultural e importância estratégica para a conservação dos recursos naturais e das culturas indígenas. Entretanto, a categoria Outras Terras aponta para a existência de áreas ainda não regularizadas ou sem destinação, exigindo maior organização fundiária para assegurar uma gestão eficiente.

Gráfico 5 - Distribuição percentual das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados Incra, Funai, MMA (2025).

As Áreas Privadas ocupam 17.412,945 km² (14%) da Faixa de Fronteira, concentrando-se nos municípios de Vilhena, Porto Velho e Chupinguaia, que representam 11,7%, 10,5% e 10,5%, respectivamente. Essas áreas refletem o padrão de colonização geométrica implantado no Estado, com predomínio da produção agropecuária. Porto Velho apresenta a segunda maior densidade demográfica do Arco Norte e Rondônia, mas com apenas 0,61% de área urbanizada, evidenciando um contraste entre o adensamento populacional urbano e vastas áreas pouco ocupadas.

Os Assentamentos Rurais, que ocupam 6.194,159 km² (5,0%), mostram uma presença limitada na Faixa de Fronteira de Rondônia, com destaque para Nova Mamoré (19,6%), Porto Velho (17,1%) e Seringueiras (11,8%). Esse cenário reflete o alcance ainda restrito da reforma agrária na região.

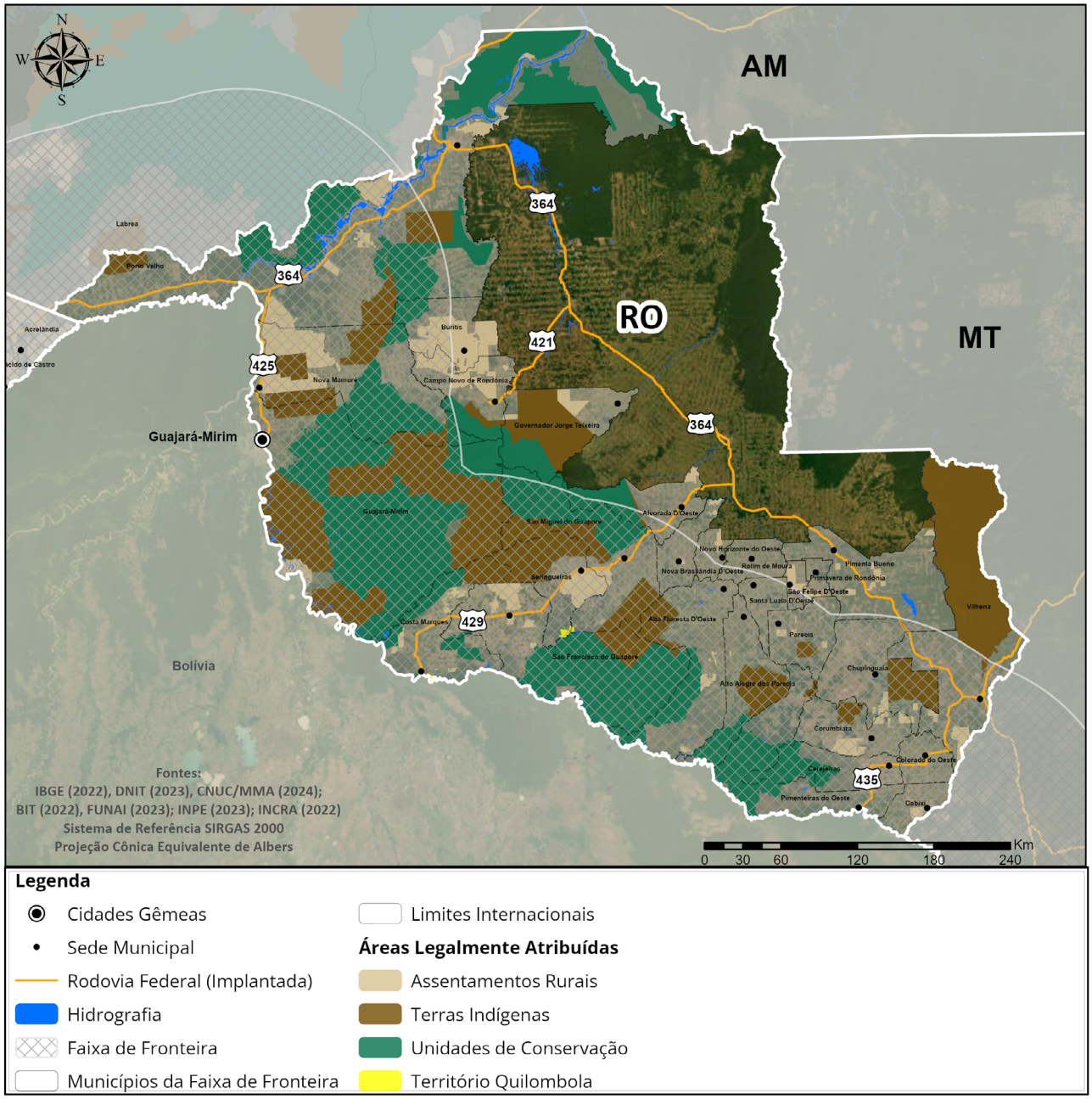
As Terras Quilombolas, com 576,612 km² (0,5%), têm sua maior concentração em São Francisco do Guaporé (298,909 km²) e Alta Floresta D'Oeste (207,559 km²), que juntas representam mais de 87% do total. Essas áreas formam um mosaico de territórios tradicionais, como as Comunidades Jesus, Pedras Negras e Santo Antônio, que ultrapassam limites municipais e desempenham papel fundamental na inclusão social e na gestão integrada. Situadas exatamente na linha de fronteira de Rondônia, essas áreas reforçam sua função estratégica tanto para a garantia de direitos quanto para o ordenamento territorial da região.

O ordenamento territorial na Faixa de Fronteira de Rondônia apresenta um cenário complexo, marcado por intensos conflitos entre a conservação ambiental e o avanço de atividades econômicas, especialmente a agropecuária. Embora TIs e UCs representem juntas 55,4% da área total, o avanço acelerado da pecuária e da produção de soja tem intensificado sobreposições territoriais e conflitos frequentes. Essas tensões são particularmente evidentes em áreas protegidas no Vale do Guaporé, que sofrem pressões de grilagem de terras, desmatamento e exploração madeireira, questões que serão analisadas em maior detalhe em seção posterior do texto.

A significativa proporção de áreas classificadas como Outras Terras indica a persistência de zonas sem ordenamento e regularização fundiária, agravadas pela fragilidade da governança territorial e a falta de transparência nos processos de gestão. Em paralelo, a concentração de propriedades privadas no Cone Sul de Rondônia reforça padrões de uso extensivo da terra, com baixa preocupação com práticas sustentáveis e elevado impacto ambiental.

Nesse contexto, o ordenamento territorial de Rondônia não reflete um equilíbrio entre conservação e desenvolvimento. Pelo contrário, evidencia a necessidade urgente de políticas públicas integradas, que não apenas promovam a regularização fundiária, mas também garantam o fortalecimento da fiscalização ambiental, o apoio às comunidades tradicionais e a compatibilização entre as demandas econômicas e a proteção dos ecossistemas locais. Sem tais medidas, as dinâmicas atuais tendem a intensificar a degradação ambiental e os conflitos socioeconômicos na região.

Mapa 2 - Áreas legalmente atribuídas do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Gestão Ambiental

O **Cadastro Ambiental Rural - CAR** na Faixa de Fronteira de Rondônia abrange 94.825,175 km², correspondendo a 76,1% da área total da faixa no Estado. Embora essa ampla cobertura represente esforços significativos de regularização ambiental, também evidencia desigualdades e inconsistências entre os municípios.

O **CAR** é um instrumento de monitoramento e controle ambiental aplicado a todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, em território nacional. Seu propósito é servir como base de dados para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento (art. 29). No entanto, a forma como esse cadastramento ocorre pode evidenciar desafios na organização fundiária e na governança territorial.

Porto Velho se destaca como a maior área cadastrada no CAR, totalizando 17.662,836 km², o que representa 18,6% da área registrada na faixa de fronteira e 92,2% de sua porção municipal nessa região. Essa posição de destaque reflete a relevância econômica e estratégica da Capital estadual, consolidando-a como o polo principal.

Outros municípios que também se destacam no montante de áreas cadastradas são Guajará-Mirim, com 8.926,803 km² (9,4%) e Nova Mamoré, com 7.794,154 km² (8,2%), reafirmando que a concentração dos registros do CAR está limitada a poucos municípios.

No entanto, o sistema do CAR na região apresenta desafios e inconsistências que comprometem sua eficiência e credibilidade. Um exemplo crítico é a ocorrência de sobreposições de áreas cadastradas em Rolim de Moura (310,7%), Colorado do Oeste (301,5%) e Buritis (161,9%), onde os registros superam as áreas totais dos municípios. Essa discrepância evidencia sobreposições de registros e possíveis falhas no sistema, destacando a necessidade urgente de revisão e validação dos dados para garantir a confiabilidade das informações.

Além disso, alguns municípios apresentam baixa representatividade no CAR. Primavera de Rondônia, com apenas 57,546 km² (0,1%) registrados e Novo Horizonte do Oeste, com 377,609 km² (0,4%), ilustram desafios logísticos e deficiências no cadastramento. Essas lacunas indicam a necessidade de maior atenção às particularidades locais e de um estudo mais aprofundado sobre as dinâmicas que influenciam essas áreas, assim como em outras regiões com cobertura muito alta ou muito baixa, para que a política do CAR alcance uma maior abrangência.

Municípios como Buritis, Nova Mamoré e Porto Velho, destacados como prioritários no combate ao desmatamento (MMA, 2024), apresentam alta adesão ao CAR, mas continuam registrando taxas significativas de desmatamento, com um acumulado de 1,5338 km², 5,826 km² e 24,2414 km², respectivamente, no período de 2019-2024. Esse paradoxo sugere que o CAR, embora seja uma ferramenta fundamental de monitoramento ambiental, tem se limitado à etapa de cadastramento e falha em avançar para a regularização ambiental efetiva, comprometendo seus objetivos de conservação e controle da degradação florestal.

Cabe ressaltar que a cobertura do CAR na Faixa de Fronteira de Rondônia representa um avanço significativo, mas as disparidades, inconsistências e contradições nos registros evidenciam desafios que ainda precisam ser superados. Além disso, a lenta validação dos cadastros no estado - com apenas 5,8% analisados até o momento (LOPES et al., 2024)[19], compromete a verificação da consistência das informações declaradas e dificulta a efetividade do CAR como instrumento de regularização ambiental.

Conflitos Fundiários e Desmatamento na Faixa de Fronteira

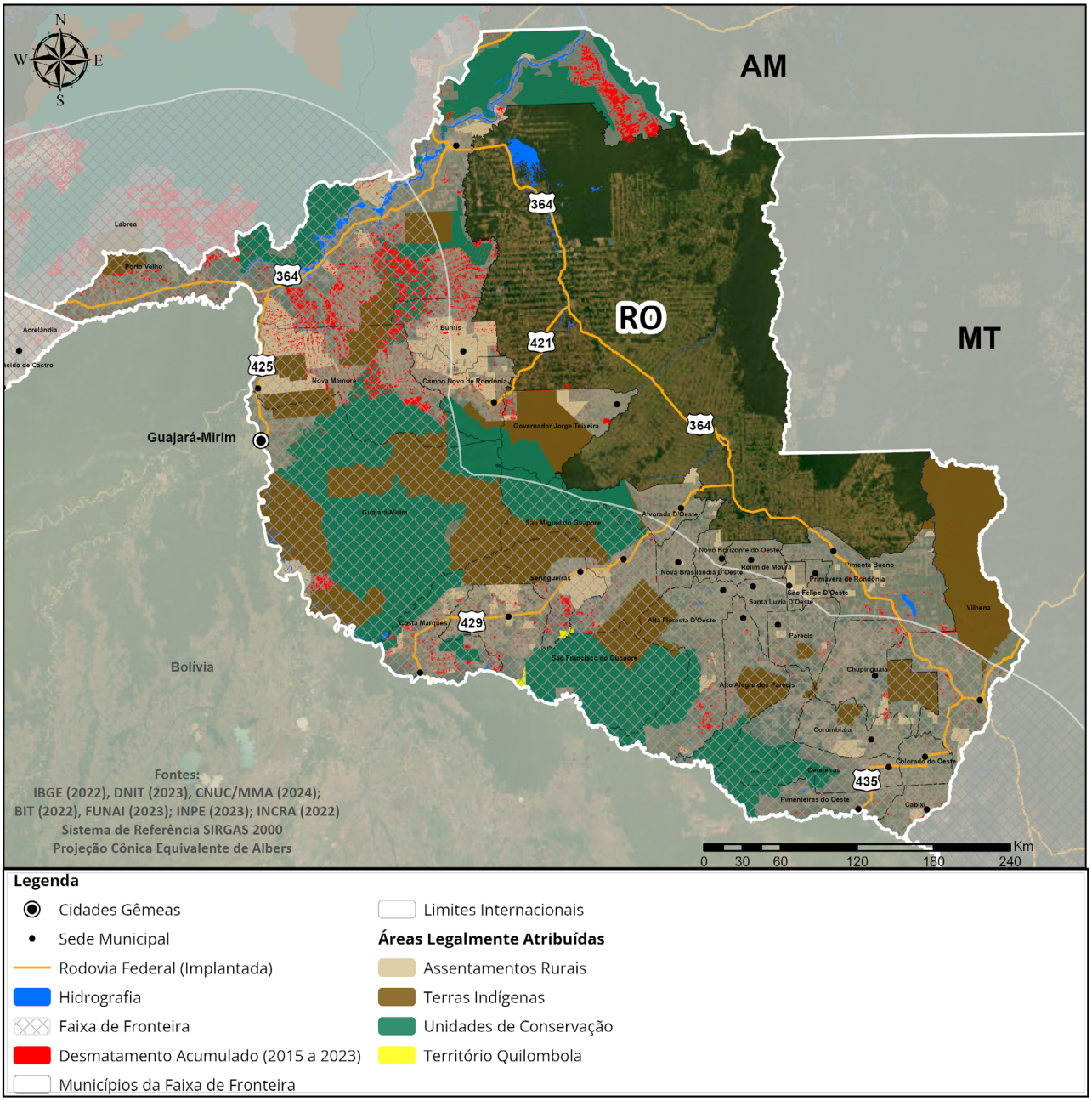
O desmatamento acumulado em Rondônia entre 2015 e 2023 apresenta uma distribuição pontual, com focos concentrados em áreas específicas, principalmente ao longo de eixos rodoviários como a BR-364 (Porto Velho-Rio Branco) e em regiões próximas aos limites com o Acre e a Bolívia. Essa dinâmica evidencia o impacto da infraestrutura viária na abertura de novas áreas para a agropecuária, resultando na conversão de florestas em pastagens e monoculturas.

O mapa revela que, embora o desmatamento não esteja uniformemente distribuído na Faixa de Fronteira, há pontos críticos que refletem a intensificação da degradação ambiental em municípios estratégicos para a expansão da fronteira agropecuária.

Além disso, a proximidade entre áreas protegidas, como Unidades de Conservação e Terras Indígenas, e zonas de alto desmatamento, reforça uma contradição: embora essas áreas sejam legalmente destinadas à conservação, estão cercadas por atividades econômicas que ampliam os riscos de degradação e conflitos fundiários.

19. Lopes, C.L et al. Onde Estamos na Implementação do Código Florestal? Radiografia do CAR e do PRA nos Estados Brasileiros — Edição 2024. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2024. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2024/12/REL-Onde-Estamos-na-Implementacao-do-Codigo-Florestal-Radiografia-do-CAR-e-do-PRA-nos-Estados-Brasileiros-Edicao-2024.pdf

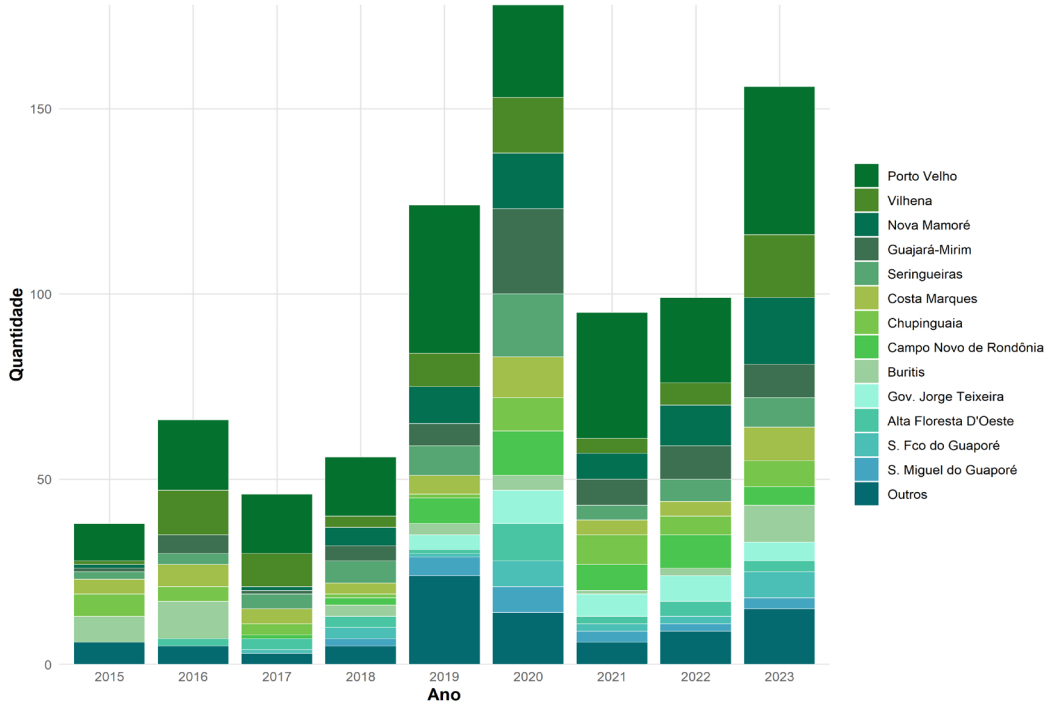
Mapa 3 - Desmatamento acumulado no Estado de Rondônia, 2015-2023



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos conflitos fundiários registrados em Rondônia entre 2015 e 2023.

Gráfico 6 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Pará (2015-2023)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

A análise dos dados do período (2015-2023) evidencia uma dinâmica complexa de tensões fundiárias e ambientais, marcada por momentos de intensificação e expansão geográfica dos conflitos. Municípios como Porto Velho, Vilhena, Nova Mamoré e Guajará-Mirim destacam-se como polos recorrentes de disputas, especialmente nos anos de 2019 e 2023, que registraram picos significativos no número de ocorrências. A posição estratégica desses municípios, próximos a áreas de fronteira, grandes eixos rodoviários e regiões de exploração de recursos naturais, agrava a pressão fundiária e econômica sobre seus territórios.

No início do período analisado, os conflitos estavam concentrados em um número reduzido de municípios. Entretanto, os dados revelam uma dispersão gradual, com registros crescentes em Seringueiras, Costa Marques e Campo Novo de Rondônia, evidenciando a expansão das tensões para áreas antes menos impactadas. Essa dinâmica reflete o avanço da atividade agropecuária, principal vetor de conversão de florestas em pastagens e áreas de cultivo no Estado. Com a ampliação das áreas produtivas, os conflitos não apenas se intensificaram, mas também se disseminaram, ampliando a pressão sobre espaços protegidos e territórios ocupados por povos indígenas e comunidades tradicionais.

O ano de 2019 marca um ponto de inflexão, com um aumento expressivo no número de conflitos em quase todos os municípios analisados. Esse padrão pode ser atribuído à intensificação da pressão sobre as terras públicas e espaços territoriais especialmente protegidos, associada a mudanças políticas nacionais que fragilizaram os mecanismos de fiscalização e governança ambiental. Já em 2023, observa-se uma retomada dos altos números de conflitos, especialmente em municípios como Buritis e Nova Mamoré, reforçando a persistência das tensões territoriais no Estado.

Por outro lado, alguns municípios, como Cabixi, Cerejeiras e Novo Horizonte do Oeste, registraram poucos ou nenhum conflito, ao longo do período analisado. Esse padrão pode estar relacionado à presença de um agronegócio mais consolidado e à baixa presença de territórios destinados a povos e comunidades tradicionais. No entanto, a possibilidade de subnotificação não pode ser descartada, especialmente considerando que a regularização fundiária na região ainda está em andamento (Silva; Costa Silva; Santos, 2016) e que a ausência de monitoramento local pode invisibilizar disputas menos documentadas.

Em suma, na Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia, onde 29,7% da área é ocupada por UCs e 25,7% por TIs, evidencia-se uma espécie de paradoxo entre a proteção territorial formal e a intensificação da degradação ambiental. Apesar da ampla cobertura de áreas legalmente protegidas, o avanço da fronteira agropecuária, impulsionado pela ampliação da infraestrutura, pela valorização fundiária e pela fragilidade da fiscalização, exerce uma pressão crescente sobre esses territórios.

Nesse contexto, as UCs e TIs deveriam funcionar como barreiras contra a degradação ambiental. No entanto, na prática, essas áreas seguem vulneráveis à grilagem de terras, ao desmatamento e aos conflitos fundiários, revelando a insuficiência dos mecanismos de proteção. Essa contradição reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes e articuladas, assegurando que a conservação não seja apenas um compromisso formal, mas se traduza em uma barreira efetiva contra a degradação ambiental e a intensificação das disputas por terra.

Gestão Climática

As mudanças do clima têm provocado transformações nos ciclos naturais da Floresta Amazônica, como os períodos de cheia e vazante dos rios. Em consequência das alterações no volume de chuvas e da elevação das temperaturas, tornam-se mais frequentes os eventos extremos, como secas severas e inundações intensas. Os fenômenos naturais El Niño e La Niña[20] contribuem com diferentes impactos no mundo e nas regiões do Brasil, conforme a periodicidade de suas ocorrências. No período de ocorrência do El Niño, as

20. O El Niño e a La Niña são parte do fenômeno natural conhecido como El Niño Oscilação Sul (Enos), que ocorre no Oceano Pacífico Tropical. O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, na sua porção equatorial, e a La Niña corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Fonte: http://enos.cptec.inpe.br/.

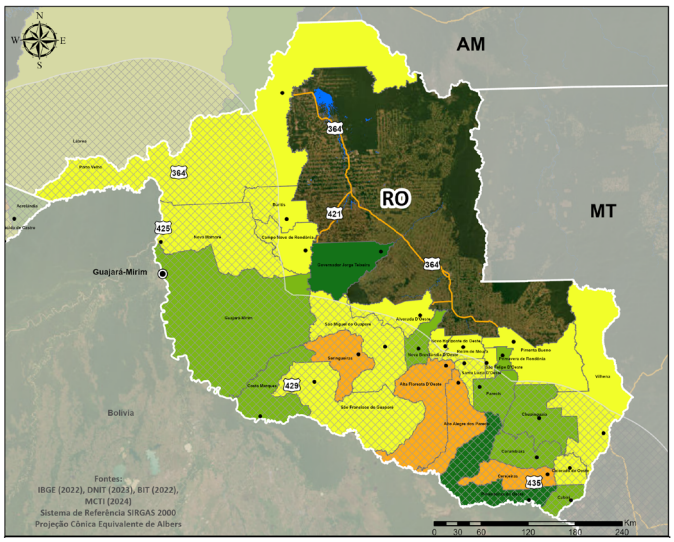
secas registradas na Região Norte, nos anos de 2023 e 2024, são os exemplos mais recentes de desastres naturais, na forma mais extrema que aconteceu na Amazônia, derivadas de uma combinação de diferentes sistemas meteorológicos que ocasionaram estiagens históricas.

CONSIDERE

Os impactos das mudanças climáticas observados sobre o território reforçam a urgência de repensar os modelos de ocupação e uso da terra - tanto urbana, quanto rural -, além de aprofundar o entendimento sobre as características geoclimáticas locais como clima, padrão de chuvas, relevo e tipos de solo.

Esses efeitos atingem com especial intensidade os povos e comunidades tradicionais - indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares -, devido à forte dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como à precariedade de acesso a políticas públicas e infraestrutura adequada.

A capacidade político-institucional dos municípios pertencentes à Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia para a gestão, a promoção de medidas de mitigação e adaptação, prevenção e monitoramento de riscos ou existência de aparato legal específico é, em geral, ainda baixa ou muito baixa na Amazônia.



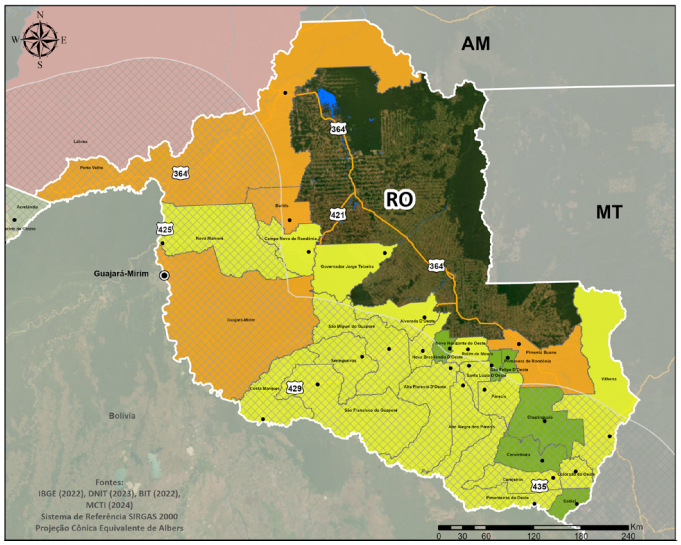
Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79

Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca (*)

A maior parte dos municípios de Rondônia apresentam risco médio à ameaça de seca. Pimenteiras do Oeste e Governador Jorge Teixeira apresentam risco muito baixo, enquanto a cidade gêmea Guajará-Mirim apresenta risco baixo.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024



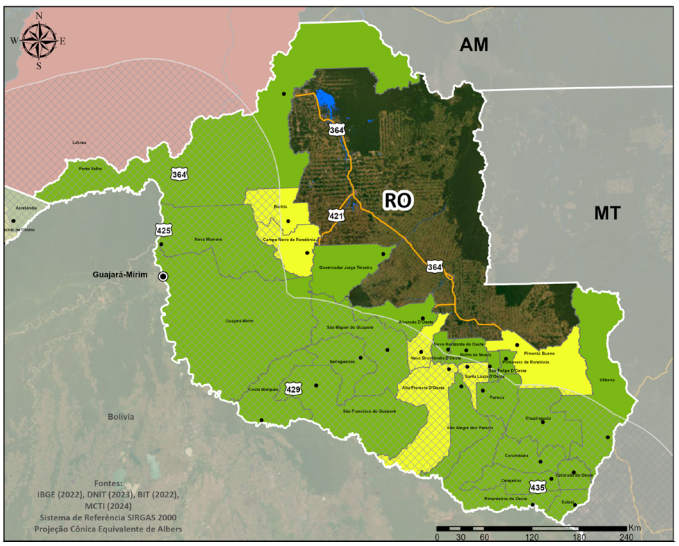
Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos (*)

No estado de Rondônia, grande parte apresenta risco médio para inundações, enxurradas e alagamentos. Porto Velho, Guajará-Mirim,Buritis e Pimenta Bueno estão em classe alta para esse tipo de desastre.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00



Índice de risco de impacto para deslizamento (*)

No Estado de Rondônia, os municípios de Buritis, Campo Novo de Rondônia, Nova Brasilândia D'Oeste, Alta Floresta D'Oeste, Santa Luzia D'Oeste e Pimenta Bueno estão classificados como índice médio para deslizamento, enquanto os demais apresentam índice baixo.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Legenda:

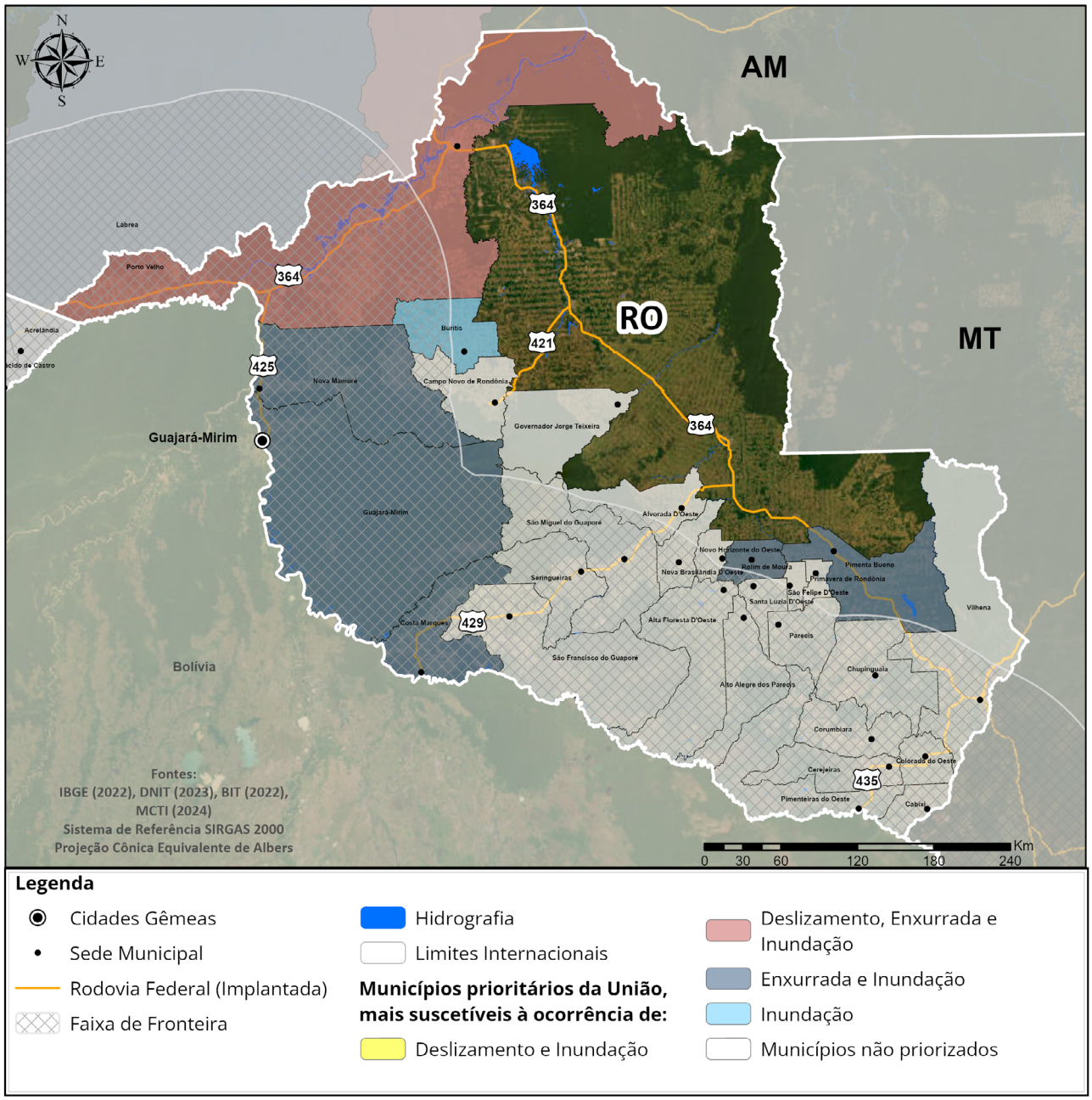
- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00

Com o objetivo de orientar o Governo Federal nas ações de prevenção e mitigação de desastres naturais no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, especialmente no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, atualizou os critérios e indicadores para a identificação dos municípios mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações[21]. Em Rondônia, os Municípios de Buritis, Costa Marques, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Pimenta Bueno, Porto Velho e Rolim de Moura apresentam a ocorrência por tipo de risco corresponde a deslizamentos, enxurradas e inundações. Enquanto que 75% dos Municípios foram identificados como não priorizados

Com base na iniciativa, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) desenvolveu o Indicador de Capacidade Municipal (ICM)[22], com o objetivo de retratar a capacidade do municípios em atuar na gestão dos riscos e desastres. Em Rondônia, somente os Municípios de Pimenta Bueno e Porto Velho foram classificados como Perfil de Risco "Prioritário".

21. Em 2023, foram selecionados 1.942 municípios mais suscetíveis à desastres climáticos em todo o país, a partir da análise de dados atualizados sobre desastres, vulnerabilidades e mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico. Em 2025, uma nova revisão foi feita, totalizando 2.086 municípios suscetíveis à ocorrência de enxurradas e inundações (base de dados até 2024).
22. O ICM é o principal indicador para o monitoramento do Programa 2318 - Gestão de Riscos e Desastres no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que será considerado ao longo dos próximos quatro anos para avaliar o aprimoramento da capacidade dos Municípios em ações de gestão de riscos e desastres no Brasil. O ICM é composto por 20 (vinte) variáveis, distribuidos em três dimensões: Instrumentos de Planejamento e Gestão; Coordenação Intersetorial e Capacidades; e Políticas, Programas e Ações. O quantitativo de Municípios por Categoria de Gestão de Riscos e Desastres (GDR) foi distribuído em quatro categorias de índice: Faixa A (Alta); Faixa B (Intermediária Avançada); Faixa C (Intermediária Inicial) e Faixa D (Inicial). Ver mais em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm

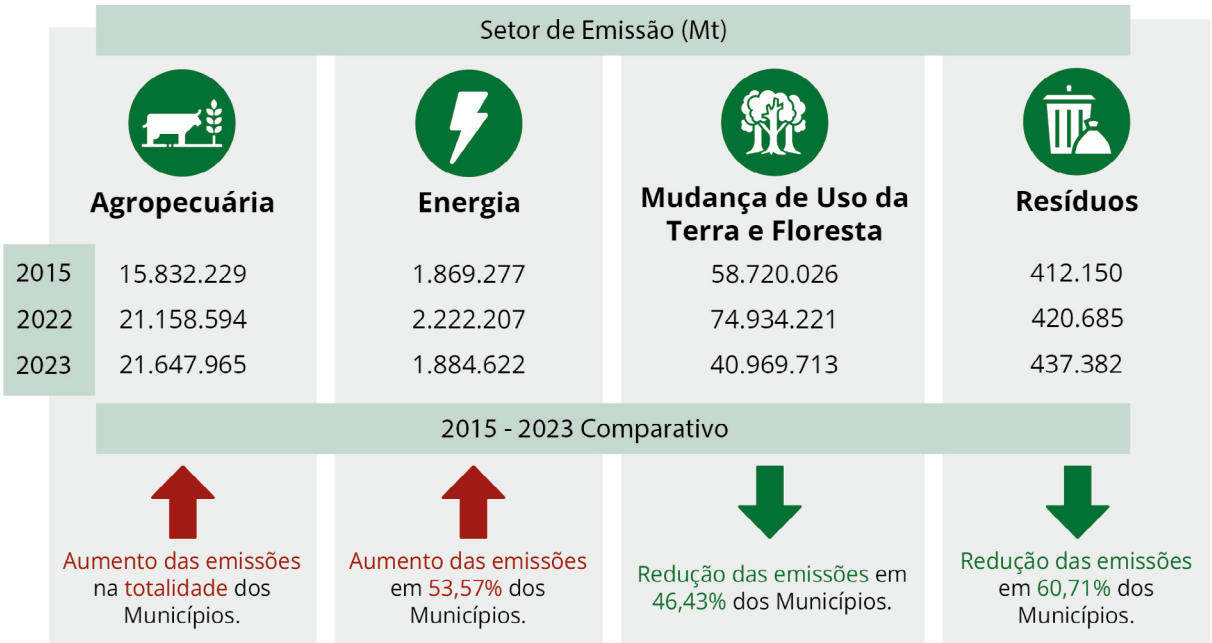
Mapa 4 - Municípios da Faixa de Fronteira de Rondônia mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Emissões de Gases de Efeito Estufa

A análise da evolução das emissões de gases de efeito estufa nos municípios de fronteira amazônica, disponibilizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)[23], desenvolvido pelo Observatório do Clima[24], utilizou os dados coletados em 2015, 2022 e 2023[25]. Com base nessas informações, o setor mudança de uso da terra e floresta registrou a maior parte das emissões brutas de gases de efeito estufa, seguido dos setores de agropecuária, energia e resíduos. O Estado de Rondônia compreende os seguintes cenários, quanto às emissões de GEE (gases de efeito estufa) nos Municípios da Faixa de Fronteira:



23. O SEEG reúne e organiza as estimativas de emissões nos cinco setores, fontes de gases de efeito estufa (GEE), - agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industrias e resíduos - para as 27 Unidades da Federação e os 5.570 Municípios do país. Os dados disponíveis nas coleções do SEEG formam uma série histórica que inicia em 1970 (com exceção do setor de mudança de uso da terra, que iniciou em 1990), limitando-se ao ano anterior ao lançamento de cada coleção.
24. O Observatório do Clima (OC) é uma rede de organizações da sociedade civil, dedicada ao monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. As instituições integrantes da OC coordenam o trabalho técnico do SEEG: IPAM (mudança de uso da terra), IMAFLORA (agropecuária), IEMA (energia e processos industriais, e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (resíduos).
25. Os anos selecionados para a análise representam o ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris (2015), o último ano do período -2019 a 2022 - de enfraquecimento das políticas de controle do desmatamento (2022) e o ano da retomada das ações das medidas de fiscalização e de redução por setor de emissão (2023).

Foto: Silva Junior/MTur

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o Desenvolvimento

Infraestruturas de Transportes e Logística

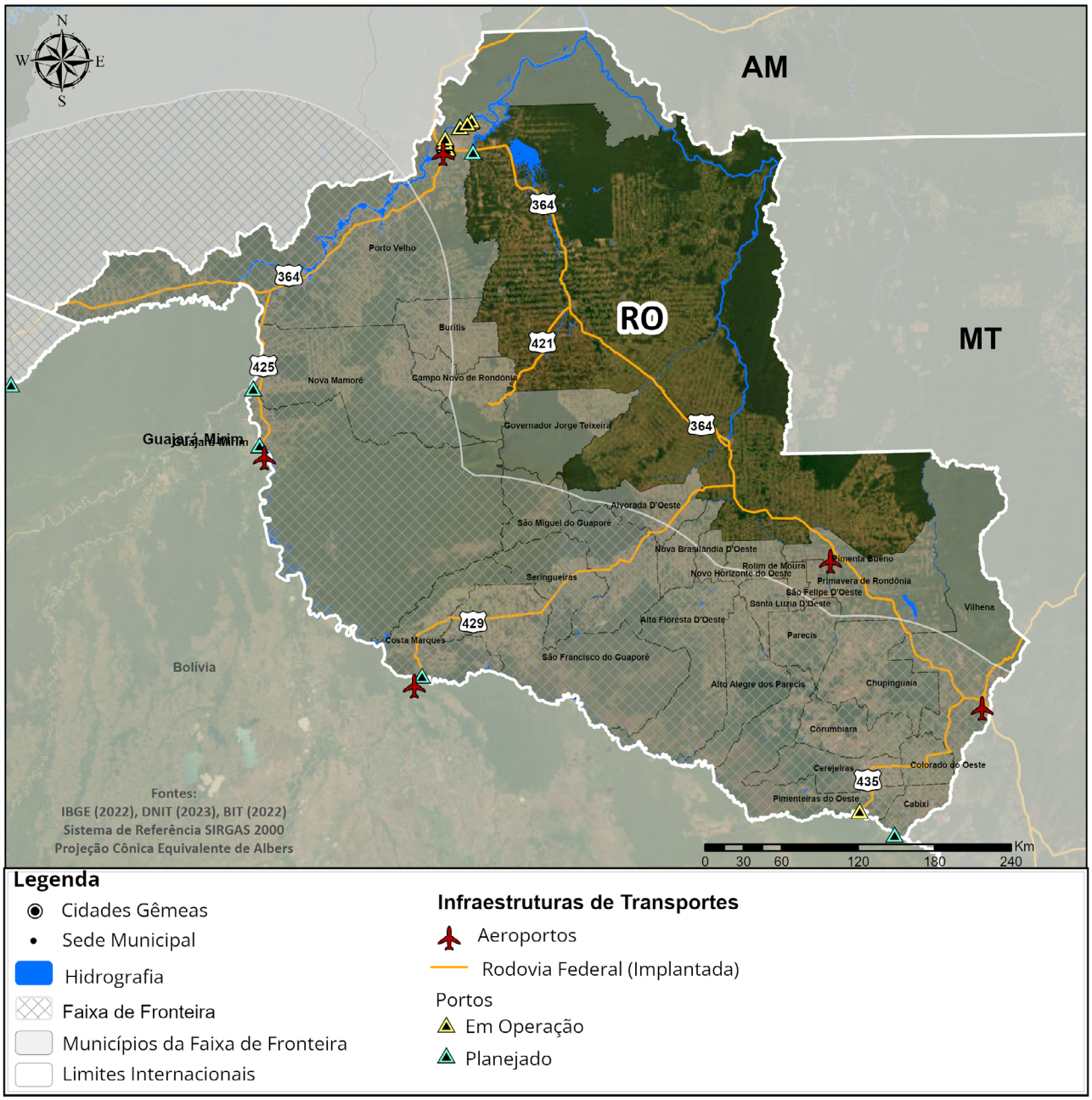
O acesso à Faixa de Fronteira da Amazônia é viabilizado, principalmente, por quatro Rodovias Federais: a BR-364 (Cuiabá/Porto Velho), a BR-319 (Manaus/Porto Velho), a BR-174 (Manaus/Boa Vista) e a BR-230 (Transamazônica). Projetadas no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, essas rodovias tinham como objetivo conectar a Amazônia às demais regiões do Brasil, promovendo a ocupação dos chamados "espaços vazios" e a exploração econômica da região.

A BR-364 desempenha papel estratégico na conectividade de Rondônia. Partindo de Alto Araguaia, no Mato Grosso, ela atravessa Rondônia, passando por cidades como Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena, até alcançar o Acre. Já a BR-319 interliga Manaus (Amazonas) a Porto Velho (Rondônia) e representa uma das poucas vias terrestres conectando o Amazonas e Roraima ao restante do Brasil. Apesar de sua relevância para o transporte de cargas, especialmente do Polo Industrial de Manaus, a rodovia apresenta grandes trechos sem pavimentação, reflexo de questões ambientais e econômicas. Essas limitações aumentam os custos logísticos e tornam o transporte na região mais dependente do modal fluvial.

O transporte fluvial tem papel fundamental na logística regional para o escoamento e abastecimento de bens e serviços, além da mobilidade das comunidades amazônicas e das cidades ribeirinhas. Na Faixa de Fronteira de Rondônia, os rios Madeira, Mamoré e Guaporé desempenham papel estratégico na integração regional, funcionando como importantes vias de circulação de pessoas, mercadorias e serviços entre municípios fronteiriços. Há atualmente três portos em operação, localizados em Porto Velho, Guajará-Mirim e Pimenteiras do Oeste.

Devido à vastidão territorial e à dificuldade de acesso terrestre, o transporte aéreo regional também possui importância essencial na conectividade entre cidades e localidades remotas. Em função do modelo de ocupação, os primeiros aeroportos construídos foram destinados a atender às demandas militares e governamentais. Ao longo das décadas, a infraestrutura aeroportuária foi ampliada para atender ao transporte de pessoas, mercadorias e serviços públicos, acompanhando o crescimento das demandas civis nas regiões isoladas. Na região de fronteira, Rondônia possui um aeroporto concedido, o de Porto Velho, e outros quatro públicos, que operam regionalmente em determinados dias da semana. São eles: Costa Marques (Aeroporto de Costa Marques), Guajará-Mirim (Aeroporto de Guajará-Mirim), Rolim de Moura (Aeroporto Rolim de Moura) e de Vilhena (Aeroporto Brigadeiro Camarão Vilhena).

Mapa 5 - Hidrovias e portos em operação, em obras e planejados no Estado de Rondônia

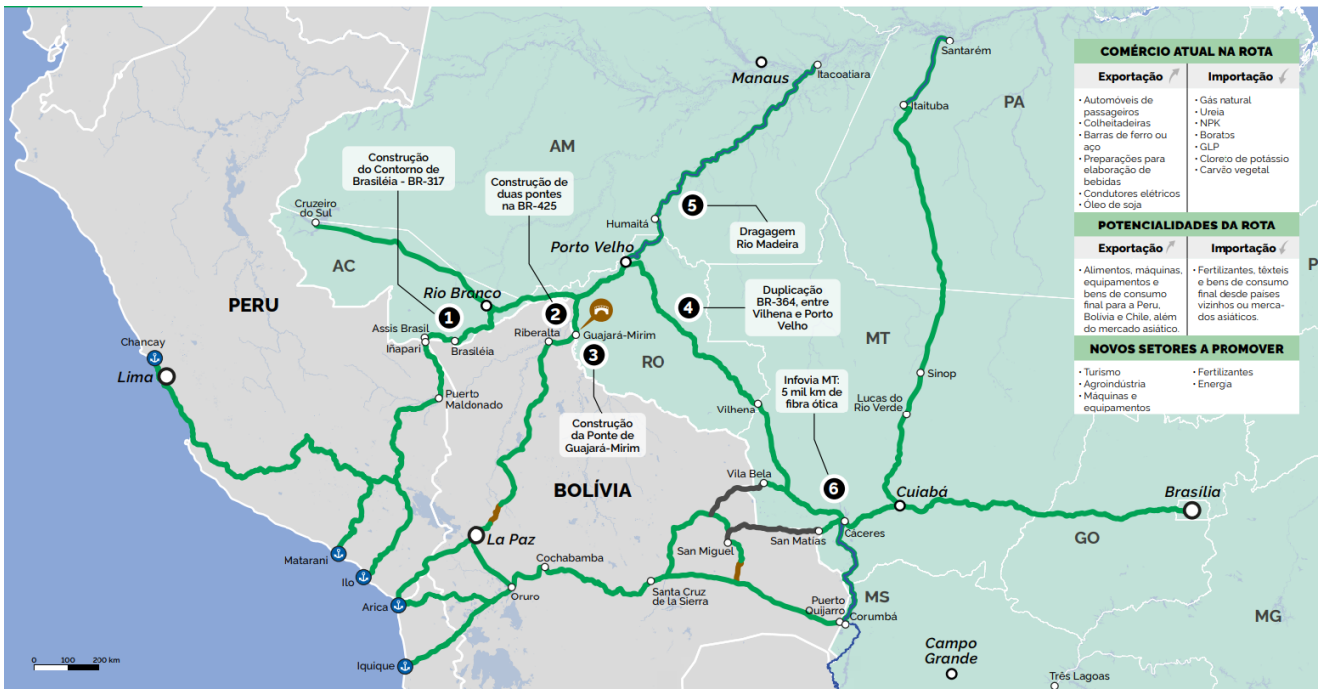


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

No âmbito das infraestruturas de transporte e logística, vale destacar o Programa Rotas de Integração Sul-Americana. Criado em 2022 pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o Programa tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia. Das cinco Rotas da Integração Sul-Americana definidas, uma atravessa o Estado de Rondônia: Rota 3 - Quadrante Rondon.

A Rota 3 conecta o Brasil ao Peru e à Bolívia, tendo como ponto de destino pelo menos quatro portos no Oceano Pacífico: três no Peru (Chancay, Ilo e Matarani) e um ao norte do Chile (Arica). As saídas do território brasileiro se dão por meio de cidades do Acre (Assis Brasil), Rondônia (Guajará-Mirim), Mato Grosso (Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade).

Figura 2 - Infraestrutura de integração transfronteiriça/Estado de Rondônia



Fonte: MPO, 2025.

Infraestrutura Energética e de Comunicações

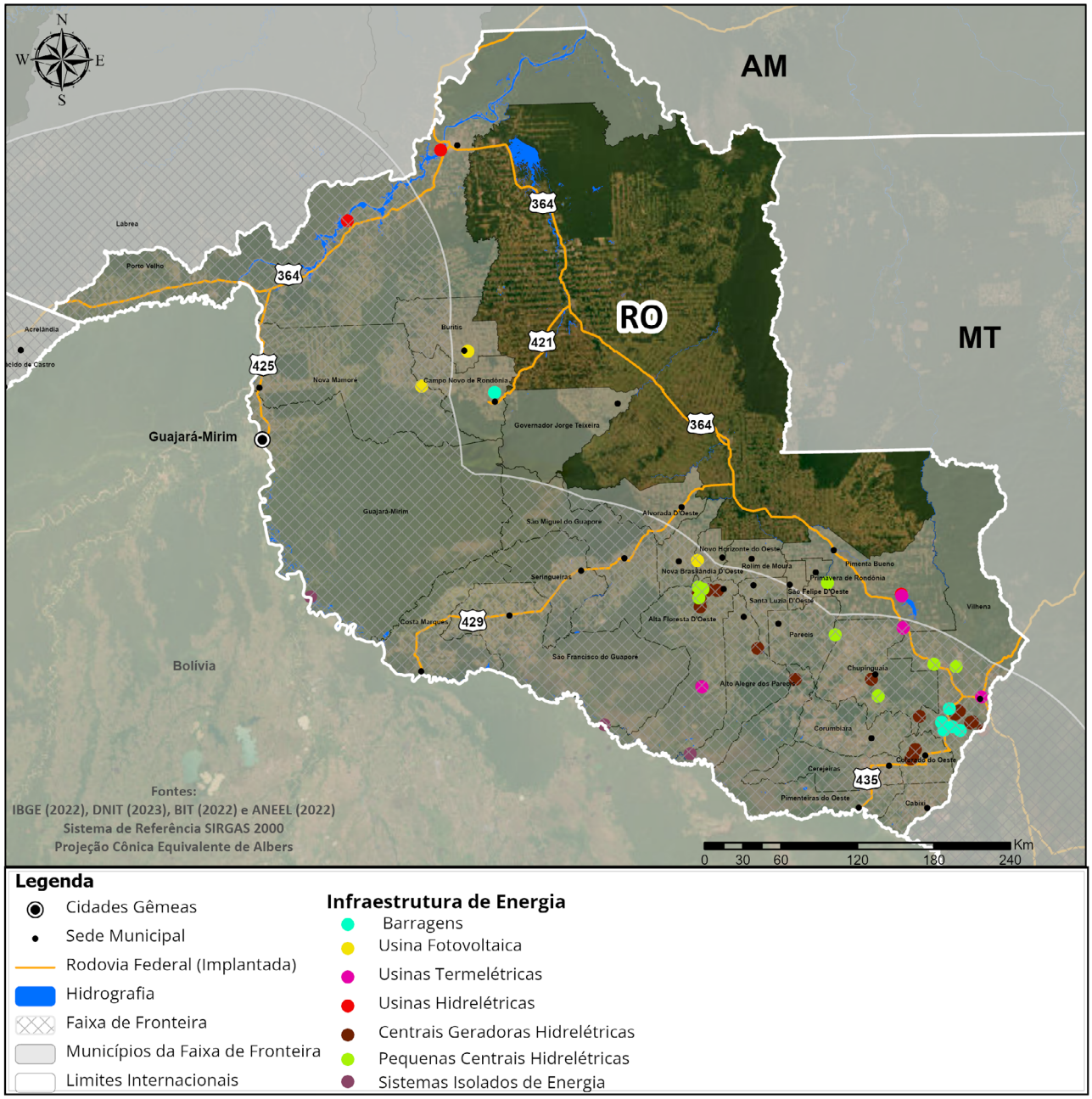
As particularidades da matriz energética da Região Norte, as características geográficas remotas e os impactos dos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados e previstos na Amazônia são aspectos significativos que devem ser considerados na análise da infraestrutura energética. Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2024), a Região Norte possui a capacidade instalada de geração de energia[26] de 35.638 MW, o que representa 17,9% do total disponível no Brasil. Da capacidade instalada no território brasileiro, os dados da Região Norte indicam que a fonte hidroelétrica (29,10%) representa a maior capacidade de geração, seguida da termoelétrica (7,6%) e da solar (0,4%).

No contexto do Arco Norte, os Estados do Amazonas (5,91%), Pará (59,43%) e Rondônia (23,53%) representam 88,87% da geração de energia. Nos Estados do Acre (0,30%), Amapá (2,15%), Roraima (1,70%), o potencial de geração corresponde a 4,15% do total da Região Norte[27].

A expressiva geração de energia elétrica por fonte hidroelétrica em Rondônia se deve à operação de usinas hidrelétricas de grande porte em seu território. As Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, instaladas no Estado, localizam-se no Rio Madeira, próximas ao Município de Porto Velho. Em Rondônia há 12 áreas atendidas por sistemas isolados, com 44.429 unidades consumidoras que atendem uma população de 9,4 mil pessoas.

26. Capacidade instalada de geração elétrica é a potência máxima que uma usina pode gerar, enquanto a geração de eletricidade por fonte é a quantidade de energia produzida a partir de uma fonte específica.
27. O Governo Federal instituiu em 2020 o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA), com o propósito de fornecer energia elétrica, exclusivamente por fontes renováveis, para 219 mil unidades consumidoras, até 2022. No Amapá, comunidades como o Arquipélago do Bailique, composto por oito ilhas e cerca de 10 mil pessoas, estão entre os beneficiários. Com menos de 5% da meta cumprida, o Governo Federal unificou os dois programas, incorporando as premissas e diretrizes do MLA ao Programa Luz Para Todos (PLPT).

Mapa 6 - Geração de energia elétrica (Infraestrutura de energia e Sistemas Isolados) do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

A cobertura de telefonia móvel e internet de alta qualidade são limitadas, especialmente em áreas rurais e remotas da Faixa de Fronteira, onde muitas localidades lidam com dificuldades de acesso às redes de comunicação, o que prejudica a inclusão digital, a comunicação e o desenvolvimento econômico.

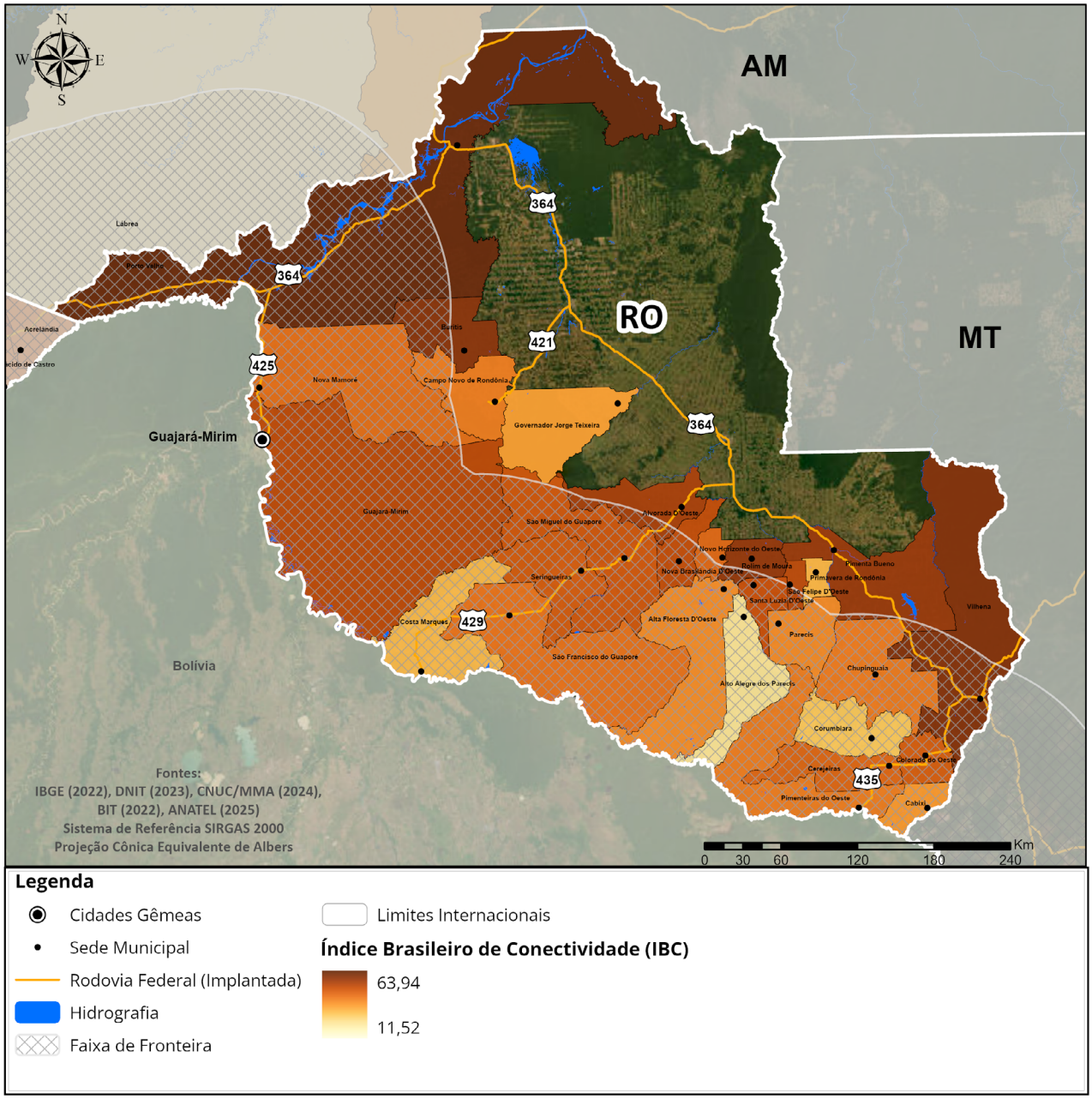
A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, particularmente nos municípios da Faixa de Fronteira, foi impulsionada nos últimos anos com o avanço de iniciativas como o Programa Norte Conectado, que desde 2020 vem implantando redes de fibra óptica subfluvial para melhorar a conectividade regional. Em Rondônia, há a infovia Itacoatiara (AM) a Porto Velho (RO) que percorre o Rio Madeira, porém não contempla os Municípios localizados na Faixa de Fronteira, no Programa Norte Conectado[28].Além de ampliar o acesso à internet na Região Amazônica, está prevista a integração aos países vizinhos, que compõem a Pan-Amazônica[29].

Nesse contexto, ganham relevância soluções complementares baseadas em conectividade via satélite de baixa órbita, que oferecem maior cobertura geográfica, menor latência em comparação aos satélites tradicionais e maior rapidez de implantação. Essas alternativas têm sido particularmente importantes para atender escolas, unidades de saúde, comunidades indígenas e localidades ribeirinhas, onde a chegada da fibra pode ser lenta ou inviável no curto prazo. De todo modo, a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes são fundamentais para a inclusão digital nos municípios da Faixa de Fronteira.

O Índice Brasileiro de Conectividade Digital (IBC) é uma ferramenta desenvolvida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para classificar estados e municípios brasileiros de acordo com seus estágios de conectividade. Ao analisar os valores de IBC obtidos por Rondônia no intervalo de 2021 a 2025, é possível perceber uma melhora na conectividade do estado, que passou de 43,02 em 2021 para 58,45 em 2025. Entre os estados pertencentes à Faixa de Fronteira do Arco Norte, Rondônia é o que possui o melhor índice de conectividade em 2025, seguido pelo Amapá, Pará, Acre e Roraima, que apresentam valores de IBC inferiores, respectivamente. Dos municípios localizados na faixa de fronteira de Rondônia, Porto Velho possui o maior valor de IBC (63,81 em 2025), enquanto Alto Alegre dos Parecis registra o menor (24,01 em 2025), uma diferença de aproximadamente 39 pontos. A cidade-gêmea Guajará-Mirim possui índice de 52,4 em 2025.

28. O Programa Norte Conectado é composto de oito infovias, que segundo dados do Ministério das Comunicações, beneficiarão 10 milhões de pessoas. Conforme informações divulgadas pela Entidade Administradora de Faixa (EAF), responsável por seis Infovias, implantou-se no período de 2020 a 2025, as Infovias 02 e 03. Em fevereiro de 2025, foi anunciada a finalização do cabo subaquático da Infovia 04 e a efetivação da infraestrutura terrestre. As Infovias 05, 06 e 08 compõem a segunda etapa da implantação do Programa. As Infovias 00 e 01 foram realizadas entre os anos de 2021 a 2023, pelo Consórcio Aberto do Operador Neutro (ON) e Seja Digital, respectivamente.
29. Os países que compõem a Pan-Amazônica são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Mapa 7 - Índice Brasileiro de Conectividade - Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Saneamento Básico

A gestão do saneamento básico tem como principal objetivo a universalização dos serviços essenciais em seus quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A precariedade nesses serviços tende a comprometer a qualidade de vida das populações locais, impactarem a saúde pública e gerar consequências ambientais graves, como a contaminação dos rios, que são a principal fonte de abastecimento de água para muitas comunidades.
De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2022), apresentados adiante, observa-se que os índices dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia ainda são preocupantes e representam um dos grandes desafios para os gestores públicos.

Com relação ao abastecimento de água potável, os municípios de Rondônia com sede na linha de fronteira apresentam índices que não ultrapassam mais de 50% de cobertura. Apesar da disponibilidade hídrica na região Norte não ser um problema crítico em termos de volume de água, esses valores refletem não apenas a precariedade das infraestruturas de captação, tratamento e distribuição, mas também a dispersão populacional e as dificuldades logísticas para ampliação dos serviços.

Sobre os serviços de esgotamento sanitário, diversos municípios lindeiros à Faixa de Fronteira não apresentam dados, evidenciando sua inexistência ou a falta de estrutura para o monitoramento desse serviço. Em Guajará-Mirim, os dados do SNIS informam índice de atendimento de apenas 9,4%.

No que se refere à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, Guajará-Mirim apresenta taxa de 84,5% de cobertura da coleta domiciliar.

Com relação à drenagem urbana, considerando a diversidade de indicadores sobre o tema, adotou-se para esta análise a parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação. Os dados revelam que quase 10% dos domicílios em Guajará-Mirim são sujeitos a risco de inundação.

Tabela 4 - Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)

Municípios da Faixa de Fronteira de Rondônia	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
Alta Floresta D'Oeste	50,43	NI	59,77	98,6
Alto Alegre dos Parecis	27,21	NI	43,56	100
Alvorada D'Oeste	52,26	52,26	NI	NI
Buritis	25,21	NI	56,33	87,3
Cabixi	40,38	NI	40,72	100
Campo Novo de Rondônia	25,27	NI	49,22	89,6
Cerejeiras	78,56	95,89	85	100
Chupinguaia	96,53	NI	44,25	100
Colorado do Oeste	72,3	NI	73,86	100
Corumbiara	28,99	NI	39,9	100
Costa Marques	29,69	NI	63,36	NI
Governador Jorge Teixeira	22,48	NI	31,25	90
Guajará-Mirim	50,66	9,39	84,54	91,1
Nova Brasilândia D Oeste	0,88	13,07	46,67	99,7
Nova Mamoré	14,97	NI	57,97	96,9
Novo Horizonte do Oeste	16,89	NI	47,22	100
Parecis	35,35	19,39	NI	94
Pimenta Bueno	92,89	6,3	92,89	98,1
Pimenteiras do Oeste	56,45	NI	NI	99,6
Porto Velho	41,79	9,89	100	98,1

Municípios da Faixa de Fronteira de Rondônia	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
Rolim de Moura	82,92	2,53	81,55	98,8
Santa Luzia D Oeste	41,95	NI	42,66	100
São Felipe D Oeste	23,22	NI	24	100
São Miguel do Guaporé	26,45	NI	40,42	100
Seringueiras	21,96	12,85	37,31	100
Vilhena	99,76	NI	99,76	100
Estado	**56,6**	**9**	**82,1**	**98,2**
Brasil	**84,9**	**56**	**90,4**	**95,7**

NI = Não Informado.

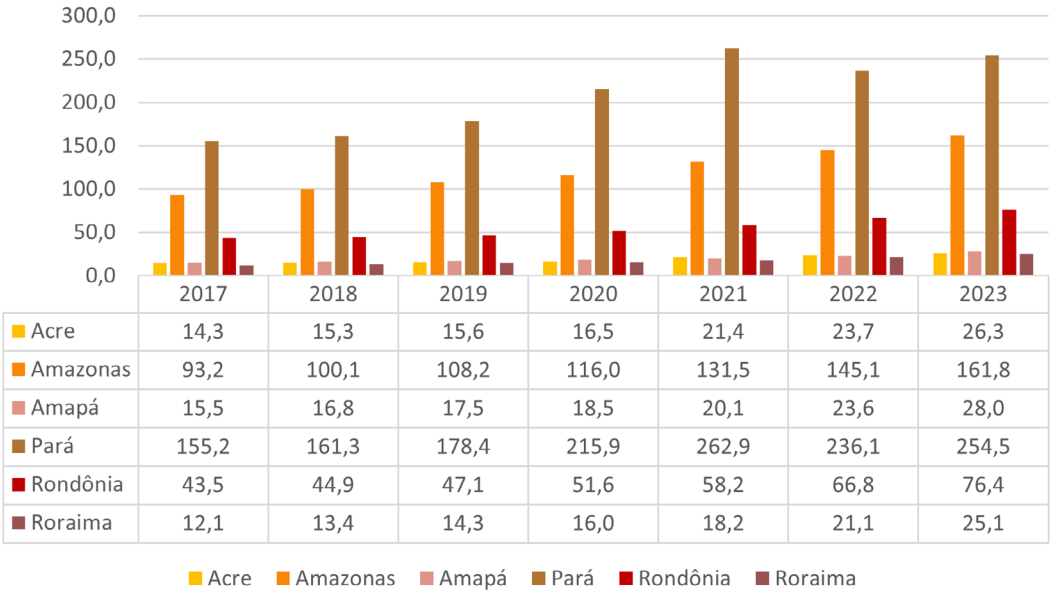
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Estrutura econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador do nível de atividade econômica de um território. Apesar de não revelar fatores como distribuição de renda, qualidade de vida e desigualdades, permite uma análise da dimensão econômica capaz de fornecer subsídios para um diagnóstico de vocações e potencialidades. Rondônia é a terceira maior economia da Faixa de Fronteira da Região Norte, atrás do Pará e do Amazonas. No gráfico a seguir se observa o valor do PIB para a última série de cinco anos nos seis estados do Arco Norte e Rondônia.

Gráfico 9 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4	23,7	26,3
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5	145,1	161,8
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1	23,6	28,0
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9	236,1	254,5
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2	66,8	76,4
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2	21,1	25,1

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IPEADATA.

Para conhecer melhor o perfil da economia, analisou-se a participação do valor adicionado dos Setores de Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública[30] no valor adicionado bruto total[31]. O Setor de Serviços tem uma contribuição relevante em Rondônia (62,1%), em especial os serviços de administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social. No entanto, o Setor de Agropecuária mostra-se mais expressivo neste Estado dentre os demais (18,9%).

Tabela 8 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021 (em %)

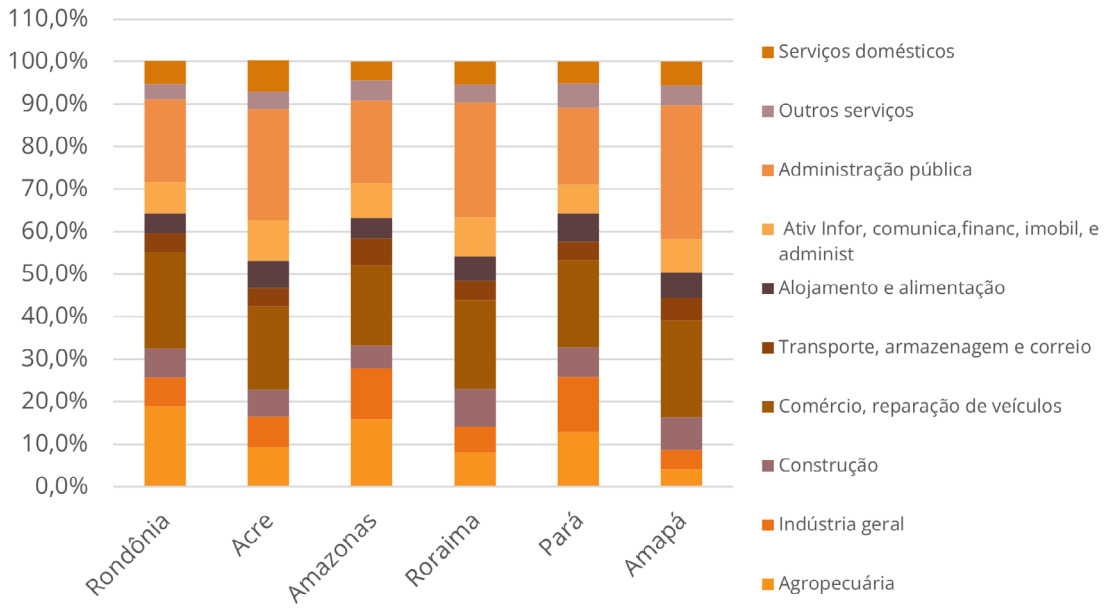
Setores	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Agropecuária	**17,1%**	**18,9%**	**5,4%**	**8,9%**	**12,9%**	**1,2%**
Indústria	**8,0%**	**19,0%**	**40,1%**	**11,7%**	**28,5%**	**10,4%**
Indústria extrativa	0,0%	0,2%	2,1%	0,1%	13,5%	0,1%
Indústria de transformação	3,3%	7,7%	32,6%	1,3%	5,6%	1,6%
Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,2%	8,2%	2,1%	5,4%	4,8%	5,2%
Construção	3,5%	2,9%	3,2%	4,9%	4,7%	3,6%
Serviços	**74,9%**	**62,1%**	**54,5%**	**79,5%**	**58,6%**	**88,3%**
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	11,5%	10,8%	10,2%	12,2%	10,8%	12,1%
Transporte, armazenagem e correio	1,0%	1,4%	3,4%	1,9%	2,5%	1,4%
Informação e comunicação	0,9%	0,7%	1,3%	1,0%	0,9%	1,2%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,1%	3,9%	2,3%	2,8%	2,9%	2,5%
Atividades imobiliárias	9,5%	8,6%	6,4%	7,7%	7,2%	10,8%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	38,5%	27,6%	20,2%	46,2%	23,6%	48,3%
Outros serviços	10,3%	9,1%	10,6%	7,6%	10,7%	12,0%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

30. O Setor de Agropecuária corresponde a: agricultura, pecuária e produção florestal; pesca e aquicultura. O Setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil. Já o Setor de Serviços engloba: Comércio, transportes, informação e comunicação, atividades financeiras, atividades imobiliárias, administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e outros serviços.
31. Valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribui para o PIB total.

Com relação ao total de ocupados por setor de atividade, os dados da PNAD (2023) mostram que o Setor de Serviços aparece como principal empregador na economia da região e, em Rondônia, também o Setor da Agropecuária, ressaltando a importância das atividades rurais para o Estado.

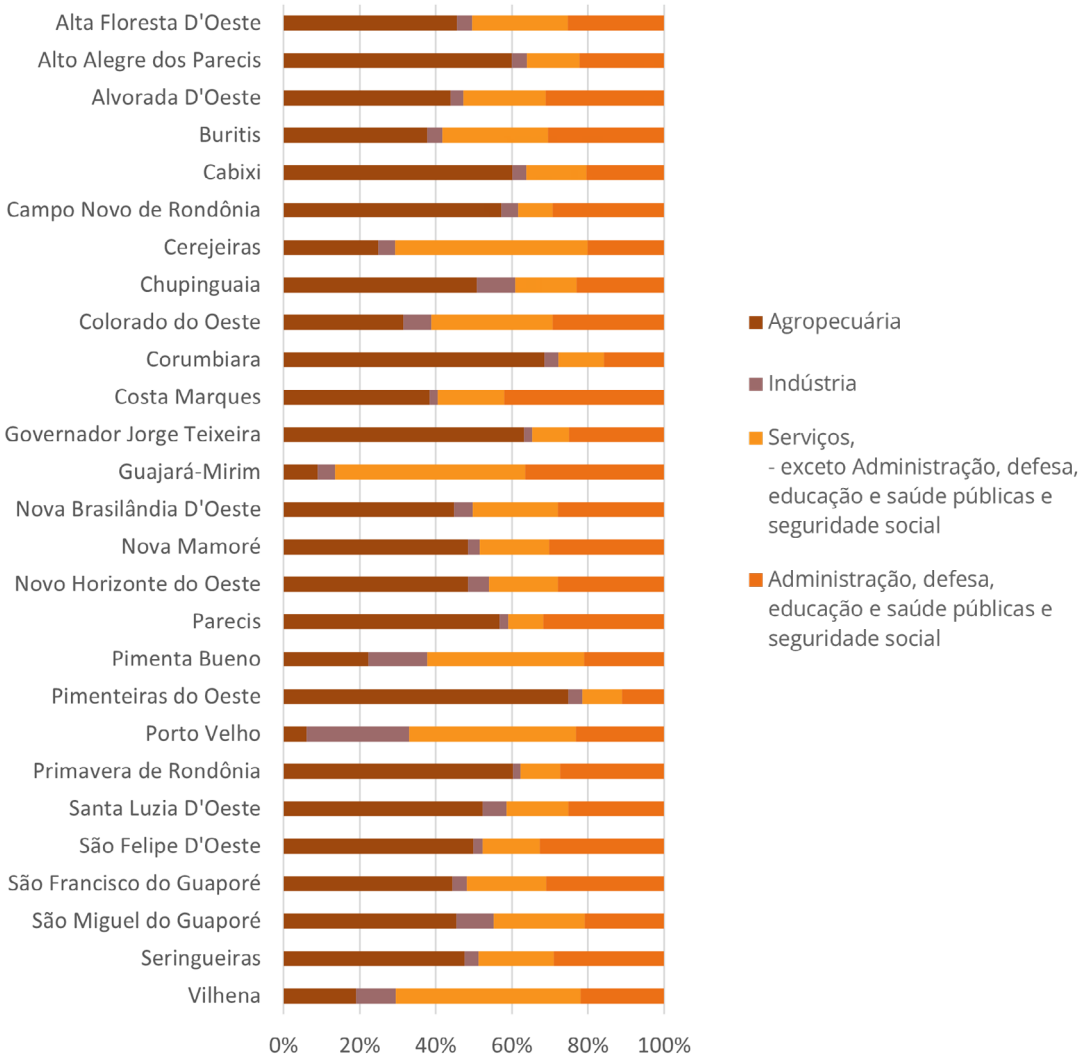
Gráfico 7 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos Estados em 2023



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023).

Nos resultados para Rondônia, os municípios lindeiros com sede dentro da Faixa de Fronteira são aqueles cujo setor econômico principal é a agropecuária. Nos demais municípios, os serviços assumem o protagonismo. A cidade-gêmea de Guajará-Mirim tem o maior peso do valor adicionado nos serviços e na administração pública. A Capital Porto Velho é o território com menor desempenho na agropecuária e o único em que a indústria alcança mais de um quarto do valor adicionado (26,9%).

Gráfico 8 - Participação dos setores no valor adicionado total no Estado do Acre em 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE.

Atividades Produtivas

Uma vez que o trabalho envolve foco na bioeconomia e cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas dos produtos da sociobiodiversidade, foram analisados dados econômicos vinculados ao setor agropecuário ou agroindustrial, para demonstrar um panorama das atividades produtivas dos estados e municípios[32].

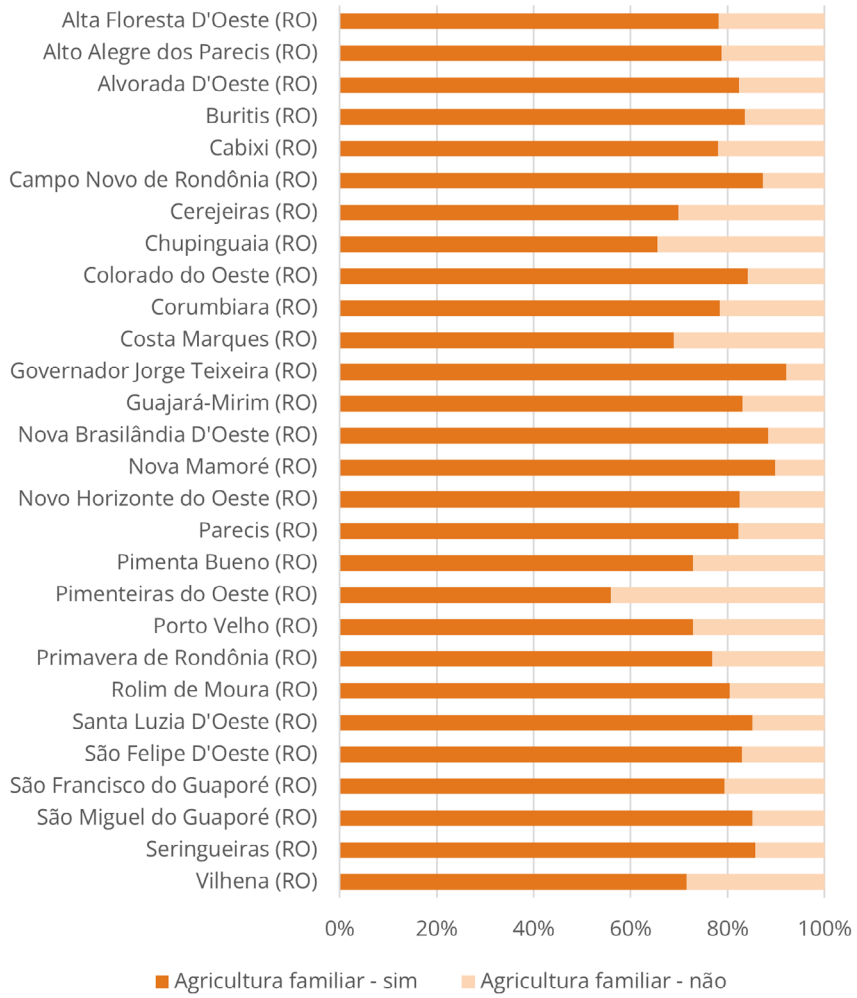
O mapeamento dessas atividades envolve algumas especificidades, atreladas à questão da sustentabilidade e da inclusão social, que apresentam entre si importante conexão. Na Amazônia Legal, milhares de famílias vivem de atividades produtivas relacionadas aos produtos da biodiversidade da floresta, com cerca de dois milhões de pessoas no extrativismo dos produtos florestais não madeireiros (IMAFLORA, 2016). A maior parte dessas famílias constitui população tradicional, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc.

No contexto de real agravamento das condições climáticas e sua ameaça à manutenção da biodiversidade e da própria sobrevivência humana, é necessário foco numa economia baseada na sustentabilidade, preservação e restauração ambiental. São as populações tradicionais que ali vivem que há muitos anos garantem a manutenção desse ecossistema, central no equilíbrio climático global. Elas detêm conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis, técnicas e práticas socioculturais de cultivos, benéficos à preservação ambiental. No entanto, há avanços organizacionais, tecnológicos e financeiros que podem colaborar na resolução de gargalos produtivos, assim como no melhoramento dessas práticas, com vistas ao fortalecimento dessas atividades, suas populações e seus potenciais ganhos econômicos.

De modo geral, se observa uma alta participação em termos de número de estabelecimentos da agricultura familiar nos municípios de Faixa de Fronteira e capital.

32. Censo Agropecuário e a pesquisa de extração vegetal e silvicultura, produzidos pelo IBGE, correspondem a uma base de dados consolidada no Brasil, que fornece informações relevantes para o conhecimento sobre o cenário da atividade agropecuária em todo o território brasileiro.

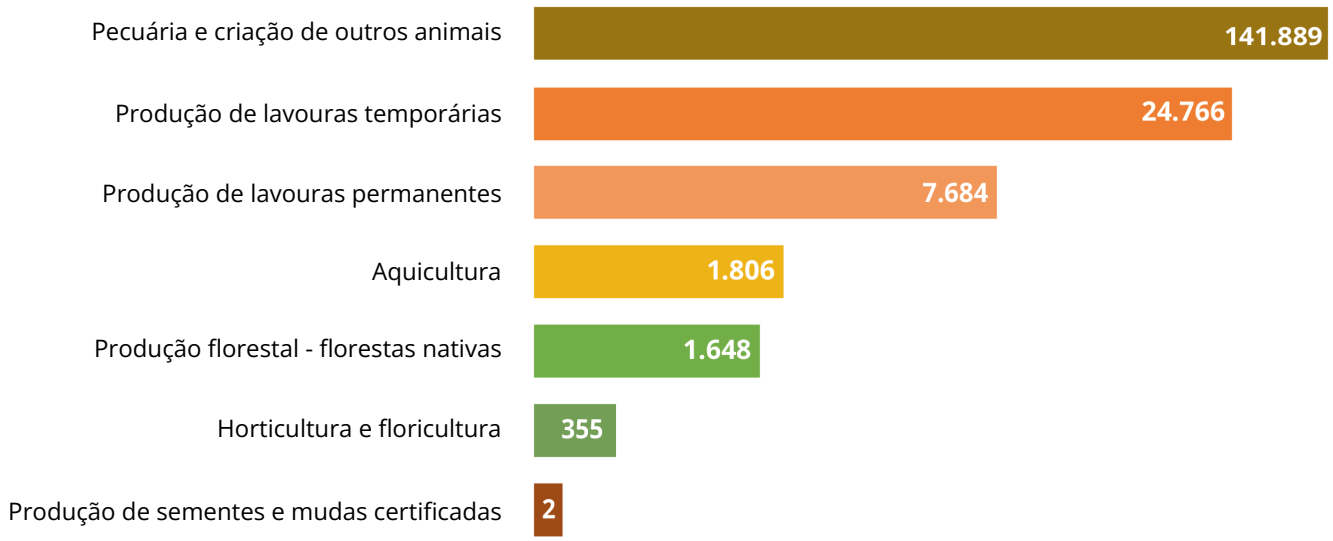
Gráfico 9 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor em Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Com relação ao Valor da Produção das atividades agropecuárias, a pecuária ocupa o primeiro lugar no estado de Rondônia.

Gráfico 10 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Dados específicos sobre extração vegetal, também contribuem para o diagnóstico produtivo, sendo, no caso da bioeconomia, de extrema relevância. Pela pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS), seguem abaixo os principais produtos do extrativismo vegetal segundo seu valor da produção em 2023. Levou-se em conta a quantidade e valor da produção total dos produtos.

Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023*

1°



MADEIRA EM TORA

Valor da produção:
116.158 mil reais
Quantidade:
837.562 m³

2°



LENHA

Valor da produção:
6.569 mil reais
Quantidade:
113.747 m³

3°



CASTANHA DO BRASIL

Valor da produção:
6.227 mil reais
Quantidade:
1.003 toneladas

4°



AÇAÍ

Valor da produção:
5.412 mil reais
Quantidade:
1.189 toneladas

5°



CARVÃO VEGETAL

Valor da produção:
2.893 mil reais
Quantidade:
1.375 toneladas

6°



COPAÍBA

Valor da produção:
2.547 mil reais
Quantidade:
40 toneladas

* No bioma Amazônico, marcado pela predominância de florestas nativas, a exploração de produtos florestais, como madeira e lenha, deve observar os princípios do manejo florestal sustentável, prática regulamentada no Brasil desde a Lei Federal nº 4.771/1965 e atualmente disciplinada pela legislação ambiental vigente. Ressalta-se que os dados da PEVS/IBGE expressam os volumes e valores da produção extrativista, sem distinguir as formas de manejo ou a origem sustentável dos produtos comercializados.

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PVES, 2023.

Potencial turístico

O turismo transfronteiriço é potencial para explorar as oportunidades de integração entre cidades brasileiras e municípios dos países vizinhos, além do fortalecimento do ecoturismo, do etnoturismo, do turismo cultural e de negócios. De acordo com os dados obtidos do Mapa do Turismo[33] (2025), são 16 Polos e Regiões Turísticas e 33 municípios fronteiriços distribuídos ao longo do Arco Norte e Rondônia.

Na Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia são sete municípios incluídos em cinco Polos Turísticos, segundo o Mapa do Turismo MTur 2025:

- **Polo Turístico Madeira Mamoré** - turismo histórico-cultural Complexo Estrada de Ferro Madeira Mamoré, passeios de trem e barco;

- **Polo Turístico Rios de Rondon** - ecoturismo, turismo de aventura em cânion, balneário em praia de lagoa, passeios de barco e pesca esportiva;

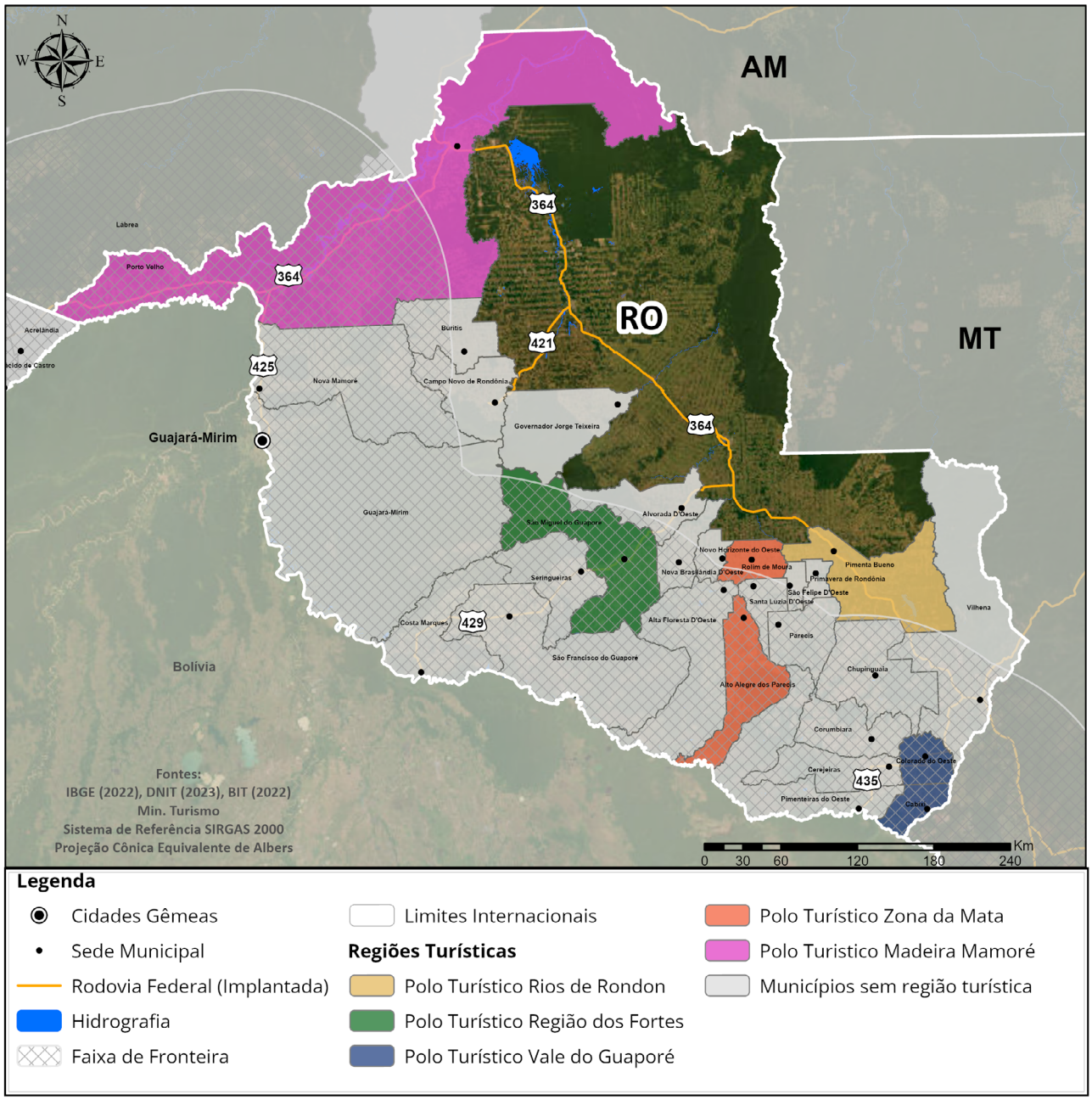
- **Polo Turístico Região dos Fortes** - turismo histórico-cultural, ecoturismo, praias de rio e pesca esportiva;

- **Polo Turístico Vale do Guaporé** - ecoturismo, observação vida selvagem, praias de água doce e pesca esportiva;

- **Polo Turístico Zona da Mata** - ecoturismo, observação de aves e turismo religioso.

33. A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) para classificar aqueles inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro com base na sua importância e desempenho no setor. Essa categorização tem como objetivo orientar a formulação de políticas públicas, a destinação de recursos e o planejamento estratégico do turismo no país. Segundo a Portaria/MTur no 1 de 30/01/2026, as categorias são:
(I) Município turístico - aquele que dá identidade à região, concentra o maior fluxo de turistas e detém os principais atrativos e serviços turísticos em relação aos Municípios circunvizinhos;
(II) Município com oferta turística complementar - aquele que possui atrativos e serviços turísticos que complementam a oferta e o fluxo de turistas dos Municípios turísticos da região;
(III) Município de apoio ao turismo - aquele em que não há fluxo de turistas ou que possui fluxo de turistas pouco expressivo, mas que se beneficia da atividade turística, fornecendo mão de obra, serviços e produtos associados ao turismo aos Municípios turísticos e/ou aos Municípios com oferta turística complementar.

Mapa 8 - Regiões Turísticas nos municípios da Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Povos Indígenas

Conforme os dados disponíveis no sítio eletrônico da FUNAI, em Rondônia há 19 Terras Indígenas localizadas na Faixa de Fronteira. Na tabela a seguir, apresenta-se a sistematização de todas as TIs encontradas no Estado, com informações sobre a localização nos municípios, etnias, área e status de regularização. Sobre a situação jurídica, vale destacar que essas informações são dinâmicas devido aos próprios processos de regularização fundiária.

Tabela 5 - Terras Indígenas localizadas na Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia

Nome da TI	Municípios	Etnia	Áreas em ha	Status
Igarapé Lage	Guajará-Mirim, Nova Mamoré	Pakaa Nova	107.321	Regularizada
Igarapé Ribeirão	Nova Mamoré	Pakaa Nova	47.863	Regularizada
Karipuna	Porto Velho, Nova Mamoré	Karipuna	152.930	Regularizada
Karitiana	Porto Velho	Karitiana	89.682	Regularizada
Kwazá do Rio São Pedro	Parecis	Kwazá,Aikanã	16.800	Regularizada
Massaco	Alta Floresta D´Oeste, São Francisco do Guaporé	Isolados	421.895	Regularizada
Pacaas Novas	Guajará-Mirim	Pakaa Nova	279.906	Regularizada
Rio Branco	Alta Floresta D´Oeste, São Francisco do Guaporé	Tupaiu,Makuráp	236.137	Regularizada
Rio Guaporé	Guajará-Mirim	Makuráp	115.788	Regularizada
Rio Mequens	Alto Alegre dos Parecis	Sakurabiat	107.553	Regularizada

Nome da TI	Municípios	Etnia	Áreas em ha	Status
Rio Negro Ocaia(*)	Guajará-Mirim	Pakaa Nova	235.070	Declarada
			104.064	Regularizada
Rio Omerê	Chupinguaia, Corumbiara	Akuntsú,Kanoé	26.177	Regularizada
Sagarana	Guajará-Mirim	Pakaa Nova	18.120	Regularizada
Tanaru (restrição de uso)	Chupinguaia, Parecis, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara	Isolados	8.070	Em Estudo
Tubarão Latunde	Chupinguaia	Laiana, Aikanã	116.613	Regularizada
Uru-Eu-Wau-Wau	Alvorada D´Oeste, Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, Mirante da Serra, São Miguel do Guaporé, Cacaulândia, Costa Marques, Jaru, Guajará-Mirim, Seringueiras, Nova Mamoré, Monte Negro	Uru-Eu-Wau-Wau	1.867.118	Regularizada
Parque do Aripuanã	Junna, Vilhena	Cinta Larga	1.603.246	Regularizada
Kaxarari	Lábrea, Porto Velho	Kaxarari	145.890	Regularizada

* A Terra Indígena Rio Negro Ocaia encontra-se em processo de reestudo, correspondente à reanálise de seu perímetro conduzida pela FUNAI. O estudo já foi aprovado pelo órgão e, durante a elaboração do PDIFF, o território encontrava-se na fase de declaração dos novos limites. Após essa etapa, a terra indígena seguirá para as fases de demarcação física, homologação por decreto e registro. Em razão desse processo, a tabela apresenta duas delimitações: a regularizada, correspondente aos limites atualmente vigentes, e a declarada, referente ao novo perímetro proposto, cujo processo de regularização ainda está em andamento.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados da FUNAI, 2024.

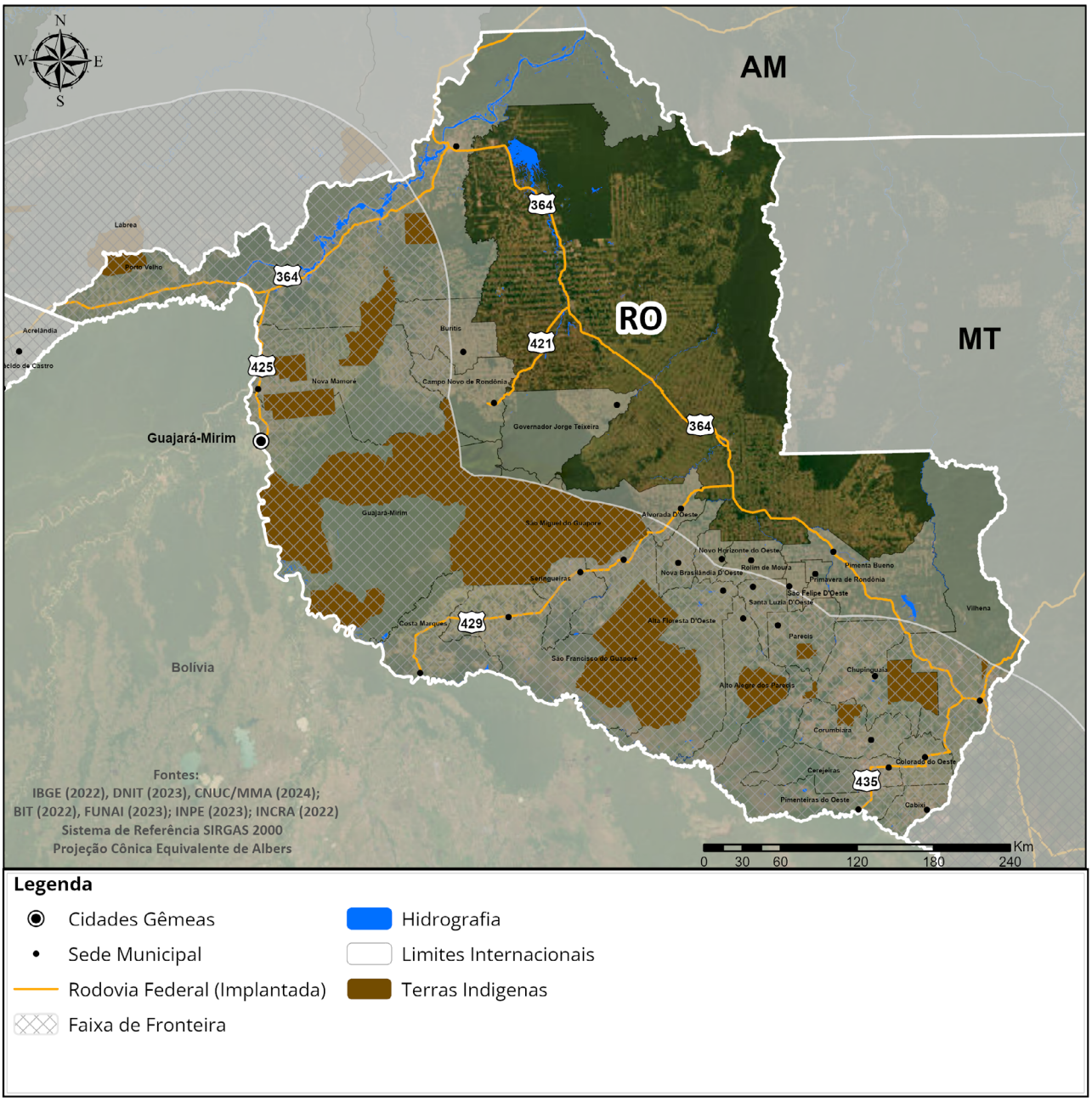
CONSIDERE

As TIs existentes, independentemente do estágio do processo de reconhecimento ou demarcação, são referências essenciais para orientar o ordenamento territorial na região amazônica, bem como para formulação de programas e projetos. Entretanto, é importante observar dois aspectos relevantes em relação à questão indígena na Faixa de Fronteira, de modo geral, e no Arco Norte e Rondônia, especificamente. O primeiro deles é que a noção de fronteira, que delimita e separa países, não é necessariamente uma referência para os indígenas que aí estão, pois transitam indistintamente em suas terras de um lado e de outro dos países. O segundo aspecto é que parte significativa da população indígena não está localizada em TIs.

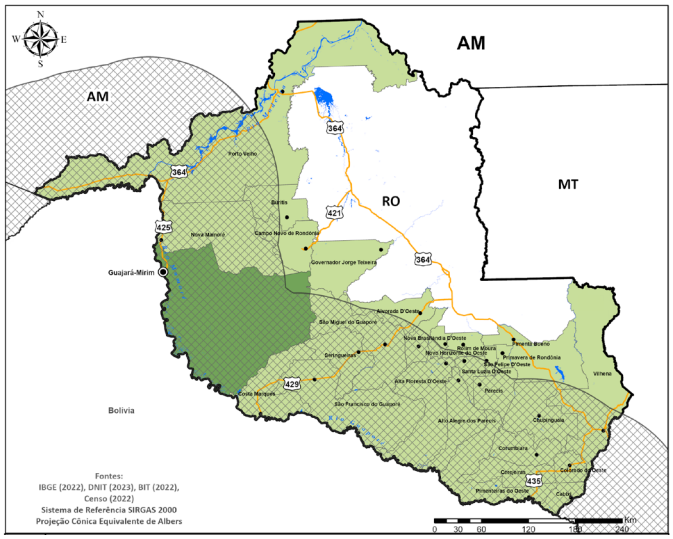


Foto: Marcello Sokal/Setur-RO

Mapa 9 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia

Em Rondônia, a maioria dos municípios fronteiriços tem porcentagem pequena (até 10%) da população indígena em relação a população geral. Destaque para Guajará-Mirim, onde cerca de 14% da população é indígena, o que em números absolutos representa 5.473 pessoas. Grande parte deste contingente (87,4%) está em terras indígenas.

Legenda:

- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 50%
- 50,01 - 80%
- maior que 80%

Comunidades Quilombolas

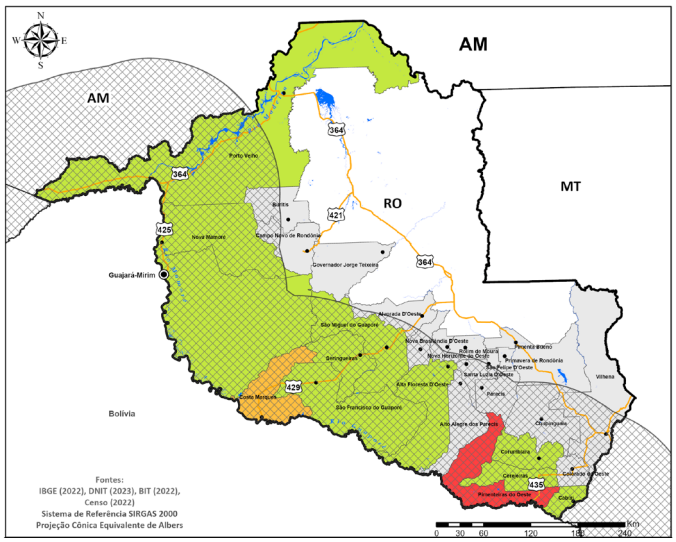
O Censo IBGE 2022 revelou que o Brasil possui 8.441 localidades quilombolas[34], com uma população de 1,4 milhão de pessoas, que representa parcela importante da população afro-brasileira.Os números mostram que população quilombola está presente em quase todos os estados brasileiros, com uma concentração maior nos Estados da Bahia, Maranhão, Pará e Minas Gerais. A maior parte dessa população reside em áreas rurais e a pesquisa apontou que parcela considerável vive em territórios oficialmente reconhecidos, com destaque para as terras tituladas.

Em Rondônia, há seis territórios dentro da Faixa de Fronteira, a maioria deles no Município de São Miguel do Guaporé. As Comunidades Santa Fé, em Costa Marques, e Pedras Negras, localizadas em São Francisco do Guaporé, possuem áreas significativas de 43.911 hectares e 7.221 hectares. Essas terras são fundamentais para a sobrevivência dessas comunidades, pois garantem a continuidade de suas práticas agrícolas, culturais e de preservação ambiental.

34. Define-se como quilombola a pessoa residente em localidade quilombola que se declarou quilombola. O Censo IBGE 2022 considera localidades quilombolas: 1) Territórios oficialmente delimitados: aqueles que contam com alguma delimitação formal do INCRA ou dos órgãos estaduais e municipais; 2) Agrupamentos Quilombolas: conjunto de 15 ou mais indivíduos quilombolas, em uma ou mais moradias espacialmente contíguas, vinculados por laços familiares ou comunitários; 3) Outras localidades quilombolas: ocupação domiciliar dispersa em áreas rurais e urbanas; no entorno dos territórios e agrupamentos, constatada ou não potencial ocupação quilombola.

Tabela 6 - Territórios quilombolas localizados na Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia

Comunidade Quilombola certificada	Município	Nº de famílias	Etapa do processo de titulação INCRA
Jesus	São Miguel do Guaporé e Seringueiras	12	Titulado
Santa Fé	Costa marques	41	Titulado
Santo Antônio do Guaporé	São Francisco do Guaporé	46	Portaria
Pedras Negras	São Francisco do Guaporé e Alta Floresta D'Oeste	26	Portaria
Cunani	Calçoene	38	Portaria



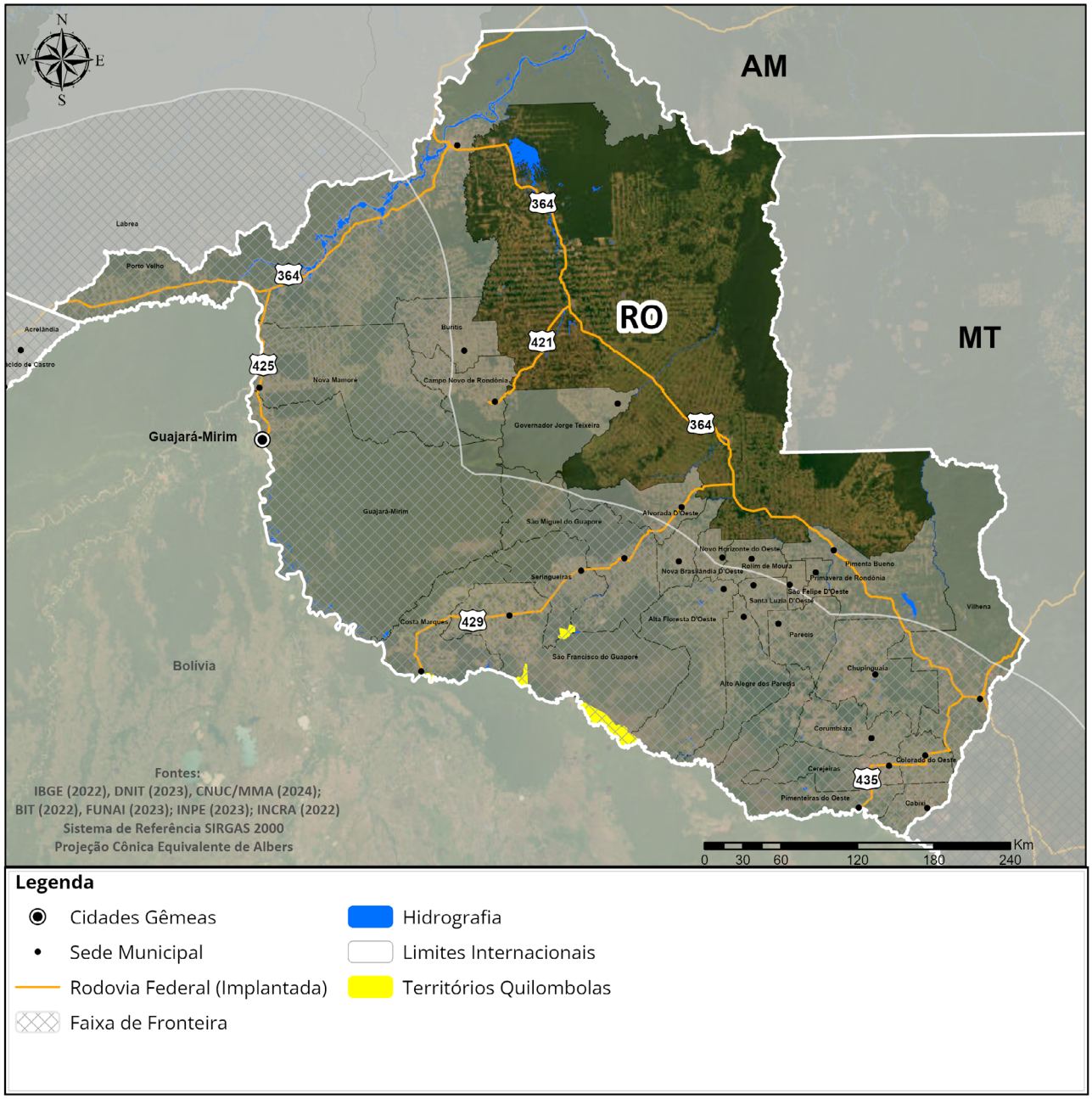
Legenda:

- Sem população quilombola
- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 24,03%

População quilombola na Faixa de Fronteira de Rondônia

Em Rondônia, a população quilombola se concentra principalmente em municípios como Costa Marques e Pimenteiras do Oeste. Em Costa Marques, a população quilombola atinge 10,65%, com 1.345 indivíduos, 95,7% deles vivendo em territórios quilombolas. Já o Município de Pimenteiras do Oeste conta com uma população quilombola de 518 pessoas, que representam 24,03% da população total, sendo 100% dela residente fora de territórios quilombolas.

Mapa 10 - Territórios Quilombolas na Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

As comunidades quilombolas enfrentam desafios relacionados à segurança territorial e à regularização fundiária. A disputa por terras com outros setores econômicos é um dos principais obstáculos que essas comunidades enfrentam. Embora o processo de titulação seja essencial para garantir a segurança jurídica dessas terras, ele ainda enfrenta resistências e é moroso em algumas regiões. O Vale do Guaporé, em Rondônia, enfrenta conflitos fundiários devido à expansão da fronteira agrícola e atividades ilegais, como exploração madeireira e caça clandestina (SANTOS, 2024, p. 226).

Unidades de Conservação

Na Faixa de Fronteira de Rondônia, há 29 unidades de Conservação instituídas, sendo a maior parte delas Ucs instituídas a nível estadual.

Tabela 7 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia

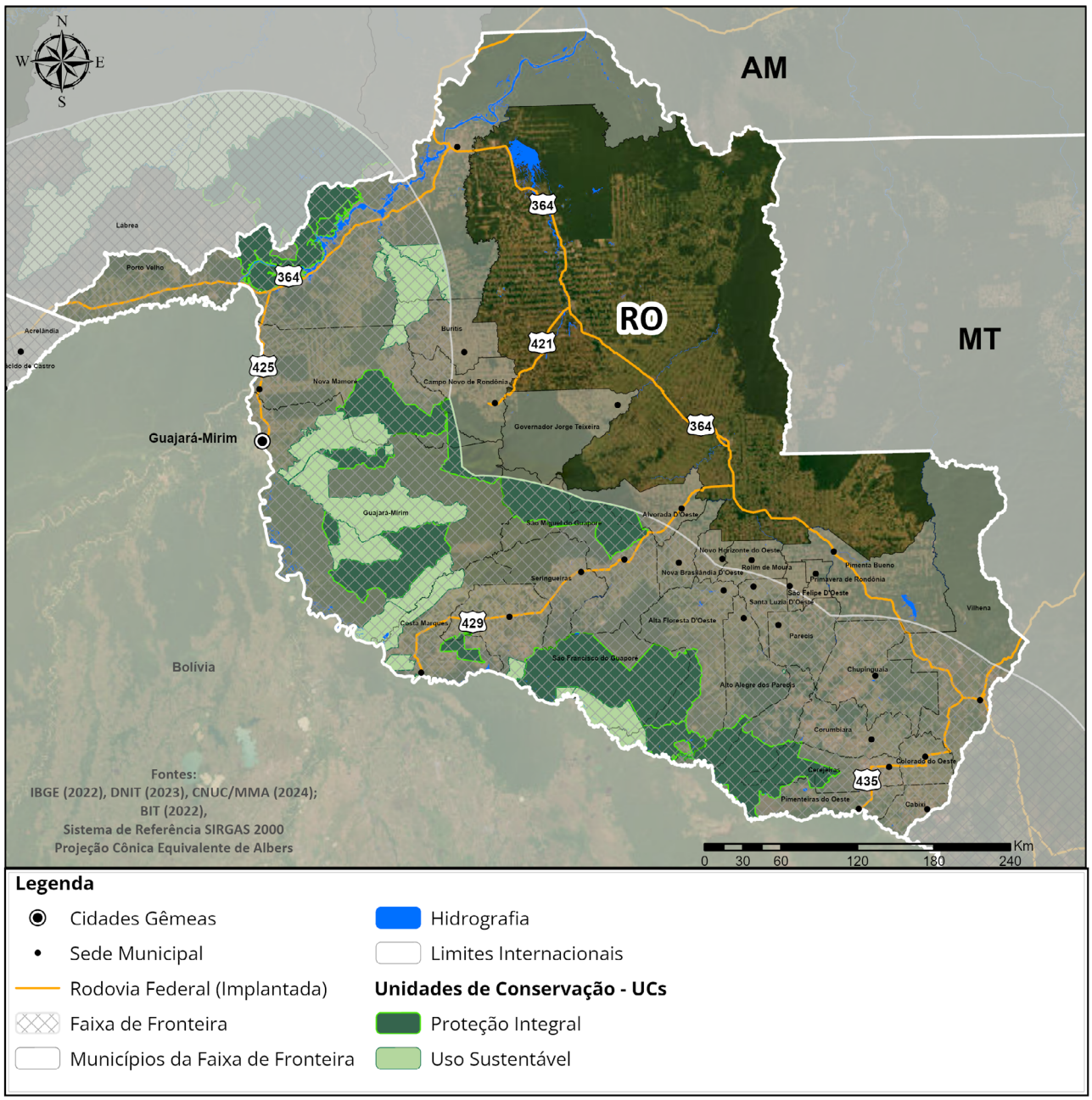
Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Parque Nacional Da Serra Da Cutia	Costa Marques (RO), Guajará-Mirim (RO)	283.498	Federal	Proteção Integral	Parque
Reserva Biológica Do Guaporé	Alta Floresta D'Oeste (RO), São Francisco Do Guaporé (RO)	615.791	Federal	Proteção Integral	Reserva Biológica
Reserva Extrativista Barreiro Das Antas	Guajará-Mirim (RO)	106.111	Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Reserva Extrativista Do Rio Cautário	Guajará-Mirim (RO)	75.125	Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Reserva Biológica Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim (RO)	59.137	Estadual	Proteção Integral	Reserva Biológica
Estação Ecológica Serra Dos Três Irmãos	Porto Velho (RO)	88.959	Estadual	Proteção Integral	Estação Ecológica
Reserva Biológica Traçadal	Guajará-Mirim (RO)	24.149	Estadual	Proteção Integral	Reserva Biológica
Reserva Extrativista Curralinho	Costa Marques (RO)	1.757	Estadual	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos	Guajará-Mirim (RO)	346.243	Estadual	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Reserva Extrativista Pedras Negras	Alta Floresta D'Oeste (RO), Costa Marques (RO)	124.281	Estadual	Uso Sustentável	Reserva Extrativista

Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Parque Estadual Serra Dos Reis	Costa Marques (RO)	36.439	Estadual	Proteção Integral	Parque
Reserva Extrativista Rio Cautário	Costa Marques (RO), Guajará-Mirim (RO)	148.693	Estadual	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Reserva Extrativista Jaci-Paraná	Buritis (RO), Nova Mamoré (RO), Porto Velho (RO)	197.091	Estadual	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Estação Ecológica Umirizal	Porto Velho (RO)	57.540	Estadual	Proteção Integral	Estação Ecológica
Reserva De Desenvolvimento Sustentável Serra Grande	Costa Marques (RO)	23.186	Estadual	Uso Sustentável	Reserva de Desenvol-vimento Sustentável
Floresta Estadual Do Rio Pardo	Porto Velho (RO)	30.833	Estadual	Uso Sustentável	Floresta
Área De Proteção Ambiental Do Rio Pardo	Porto Velho (RO)	113.814	Estadual	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
Parque Estadual Ilha Das Flores	Alta Floresta D'Oeste (RO)	89.833	Estadual	Proteção Integral	Parque
Reserva De Desenvolvimento Sustentável Limoeiro	São Francisco Do Guaporé (RO)	18.838	Estadual	Uso Sustentável	Reserva de Desenvol-vimento Sustentável
Reserva Particular Do Patrimônio Natural Fazenda Bosco	Alto Alegre Dos Parecis (RO)	487	Federal	Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural
Parque Estadual De Corumbiara	Alto Alegre Dos Parecis (RO), Cerejeiras (RO), Pimenteiras Do Oeste (RO)	380.077	Estadual	Proteção Integral	Parque

Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Reserva Particular Do Patrimônio Natural Frigonosso	Porto Velho (RO)	558	Federal	Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural
Reserva Extrativista Do Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim (RO), Nova Mamoré (RO)	204.631	Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Floresta Nacional Do Bom Futuro	Porto Velho (RO)	100.084	Federal	Uso Sustentável	Floresta
Reserva De Fauna Pau D'Oleo	São Francisco Do Guaporé (RO)	10.528	Estadual	Uso Sustentável	Reserva de Fauna
Parque Nacional De Pacaás Novos	Alvorada D'Oeste (RO), Campo Novo De Rondônia (RO), Governador Jorge Teixeira (RO), Guajará-Mirim (RO), Mirante Da Serra (RO), Nova Mamoré (RO), São Miguel Do Guaporé (RO)	706.117	Federal	Proteção Integral	Parque
Parque Estadual De Guajará-Mirim	Guajará-Mirim (RO), Nova Mamoré (RO)	221.172	Estadual	Proteção Integral	Parque
Parque Natural Municipal Canindé	Colorado Do Oeste (RO)	7	Municipal	Proteção Integral	Parque
Parque Nacional Mapinguari	Canutama (AM), Lábrea (AM), Porto Velho (RO)	1.776.911	Federal	Proteção Integral	Parque

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Cadastro Nacional de UCs, 2024

Mapa 11 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Percentual de população residente nas unidades de conservação na Faixa de Fronteira do Estado de Rondônia

Conforme dados do Censo IBGE 2022, observa-se que 0,9% da população fronteiriça reside em Unidades de Conservação. Em números absolutos, o contingente mais expressivo fica no Município de Porto Velho, onde cerca de 6.700 pessoas residem em Unidades de Conservação, sendo cerca de 6.500 pessoas em UCs de Uso Sustentável.

Legenda:

- até 10%
- 10,01% - 20%
- 20,01% - 40%
- 40,01% - 50%
- 50,01% - 84,5%

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Contextos das Migrações

Pontos estratégicos da dinâmica migratória no Brasil, especialmente devido à sua localização geográfica e à presença de fronteiras internacionais. O fluxo migratório nesses estados foi fortemente influenciado por fatores como crises humanitárias, mudanças nas políticas migratórias, impactos da pandemia de COVID-19 e transformações socioeconômicas, tanto no Brasil quanto nos países de origem dos migrantes.

Mapa 12 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, 2024[35]

UFs	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	N°	%	N°	%	N°	%
AC	53.241	51,20%	50.828	48,80%	104.069	**12,20%**
AM	89.974	48,30%	96.215	51,70%	186.189	**21,80%**
AP	67.203	65,60%	35.260	34,40%	102.463	**12,00%**
PA	115.699	45,20%	140.309	54,80%	256.008	**29,90%**
RO	7.903	50,20%	7.827	49,80%	15.730	**1,80%**
RR	152.693	79,90%	38.415	20,10%	191.108	**22,30%**
Total	**486.713**	**100%**	**368.854**	**100%**	**855.567**	**100%**

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024

Neste período, Rondônia apresentou o menor volume de movimentação entre os estados analisados. O fluxo esteve relativamente estável, com entradas e saídas equilibradas. O Estado teve um equilíbrio maior entre os gêneros, sugerindo uma presença mais diversificada de migrantes. A maior parte dos registros foi de brasileiros retornando, turistas e trabalhadores temporários. Observa-se pelos dados que o número de residentes temporários aumentou a partir de 2022. A Bolívia foi o principal país de origem dos migrantes em Rondônia, seguida pelo Peru e pela Venezuela. Guajará-Mirim foi o principal ponto de entrada e saída do Estado, refletindo a proximidade com a Bolívia.

35. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Microdados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti. Acesso em: 12 fev. 2025.

Contextos de Violência e de Criminalidade

A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. Entre 2018 e 2020, a região registrou uma média de 28,7 homicídios por 100 mil habitantes[36], superando a média nacional de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

Outro fator que contribui para a escalada da violência é o garimpo ilegal, que cresceu significativamente nas últimas décadas. Entre 2010 e 2020, a exploração ilegal de ouro em terras indígenas aumentou 495%, afetando áreas como as dos povos Kayapó e Yanomami.

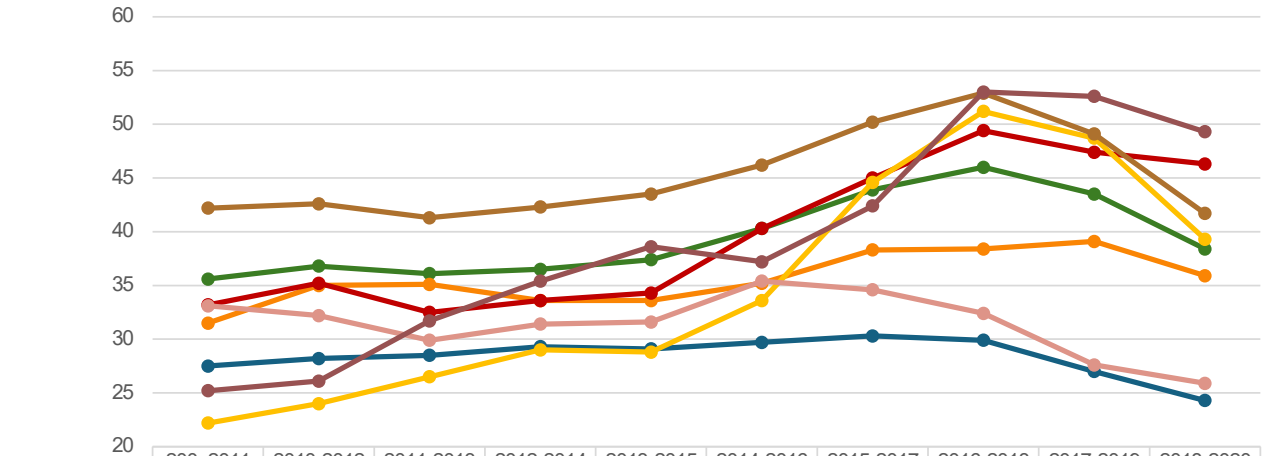
Paralelamente, facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) expandiram suas operações para a região, disputando o controle de rotas de tráfico de drogas e outros mercados ilícitos. A proximidade com países como Colômbia, Peru e Bolívia, os maiores produtores de cocaína do mundo, torna o território estratégico para o tráfico internacional, intensificando os conflitos armados e elevando as taxas de homicídio (Santos, 2024). Dentre os estados do estudo, o Amazonas é que apresenta maiores taxas de homicídio, seguido de Amapá e Roraima, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

CONSIDERE

A compreensão das dinâmicas da violência requer um olhar atento para os processos históricos de ocupação e exploração econômica. Durante a ditadura militar, políticas de colonização e integração territorial, como a construção da Transamazônica, estimularam intensas migrações e resultaram em conflitos fundiários. A concentração fundiária, associada à grilagem de terras e ao deslocamento de populações tradicionais, configurou um cenário de tensão que se perpetua até os dias de hoje. Além disso, a exploração econômica da região, baseada em grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Tucuruí e a mineração em Serra Pelada, trouxe consigo deslocamentos populacionais, desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental, alimentando conflitos locais (Santos, 2024).

36. A composição da taxa média de homicídios nos municípios analisados por Santos (2024) e adotada neste relatório baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, considerando o número de óbitos causados por agressões (CID-10 X85-Y09 - refere-se a um conjunto de causas de morte relacionadas a agressões intencionais por terceiros).

Gráfico 22 - Evolução das taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia por triênios (2009 a 2020)



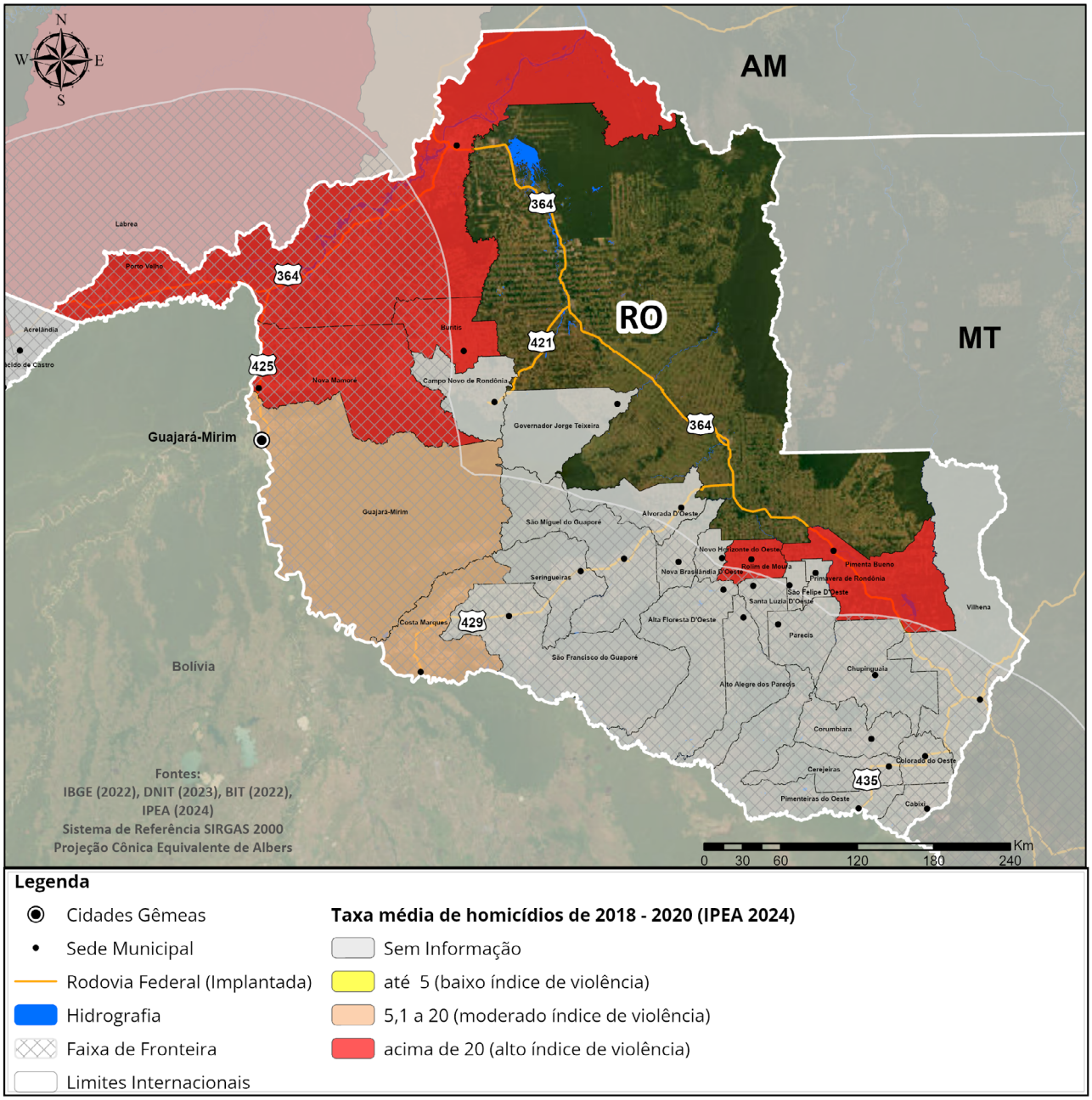
	200 -2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27	24,3
Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46	43,5	38,4
Amazonas	31,5	35	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45	49,4	47,4	46,3
Acre	22,2	24	26,5	29	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53	52,6	49,3

Fonte: Elaborado pelo IBAM com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

Em Rondônia, a violência é agravada pelos conflitos agrários e fundiários, com a expansão da fronteira agrícola e a grilagem de terras, além do uso de pistolagem e milícias armadas. Os homicídios figuram como uma das principais manifestações de violência e, embora o Estado não esteja entre os mais violentos da região Norte, observa-se uma tendência de aumento nas taxas de homicídios nos últimos anos (Santos, 2024, p. 123). Além disso, crimes ambientais, como desmatamento ilegal e garimpo clandestino, estão frequentemente associados aos conflitos agrários e à violência no campo (Santos, 2024, p. 134)[37].

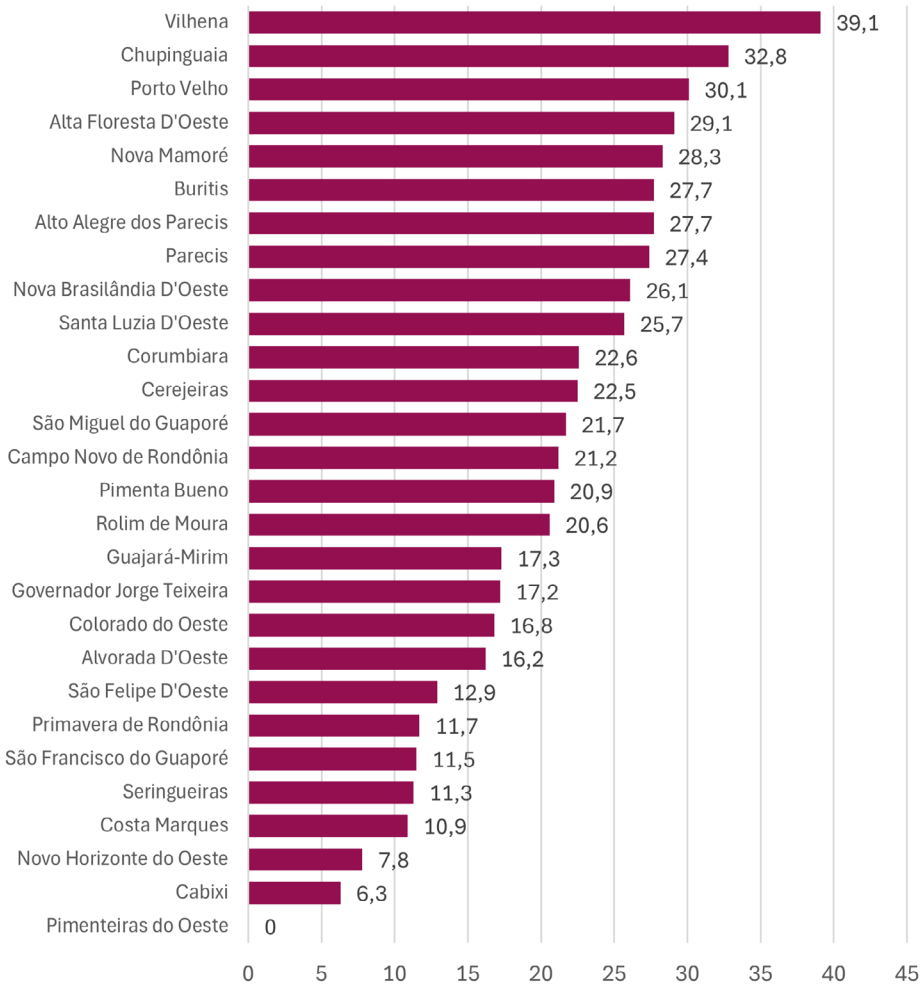
37. SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. 400 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

Mapa 13 - Taxa média de homicídios nos municípios do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Gráfico 11 - Taxas médias de homicídio nos municípios fronteiriços do estado de Rondônia, 2018-2020.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024).

Diversos fatores contribuem para a violência em Rondônia, incluindo desigualdades socioeconômicas, disputas por terras e recursos naturais, e a presença de facções criminosas que buscam controlar rotas do narcotráfico (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 45). A expansão de atividades ilegais, como o tráfico de drogas e a extração de madeira, também alimenta a criminalidade na região (Santos, 2024, p. 141)[38]. As áreas rurais de Rondônia, especialmente aquelas próximas a fronteiras agrícolas e zonas de expansão do agronegócio, registram índices mais elevados de violência. Conflitos fundiários e disputas por recursos naturais são comuns nessas localidades, resultando em homicídios e outros atos violentos (Santos, 2024, p. 150).

38. SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. 400 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

Rondônia apresenta diferentes tipos de violência em seus municípios fronteiriços, cada um com fatores determinantes específicos. Nos municípios de Costa Marques, Pimenteiras do Oeste, Cabixi, Alto Alegre dos Parecis, São Francisco do Guaporé, Cerejeiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Santa Luzia D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Chupinguaia, Parecis, Seringueiras, Alvorada D'Oeste e Novo Horizonte do Oeste, os conflitos agrários são a principal forma de violência, impulsionados por disputas de terras e a falta de regularização fundiária (Cerqueira; Bueno, 2024 a, p. 35). Já em Guajará-Mirim e Nova Mamoré, a proximidade com a fronteira boliviana favorece o tráfico de drogas e os crimes transfronteiriços (FBSP, 2023, p. 12[39]).

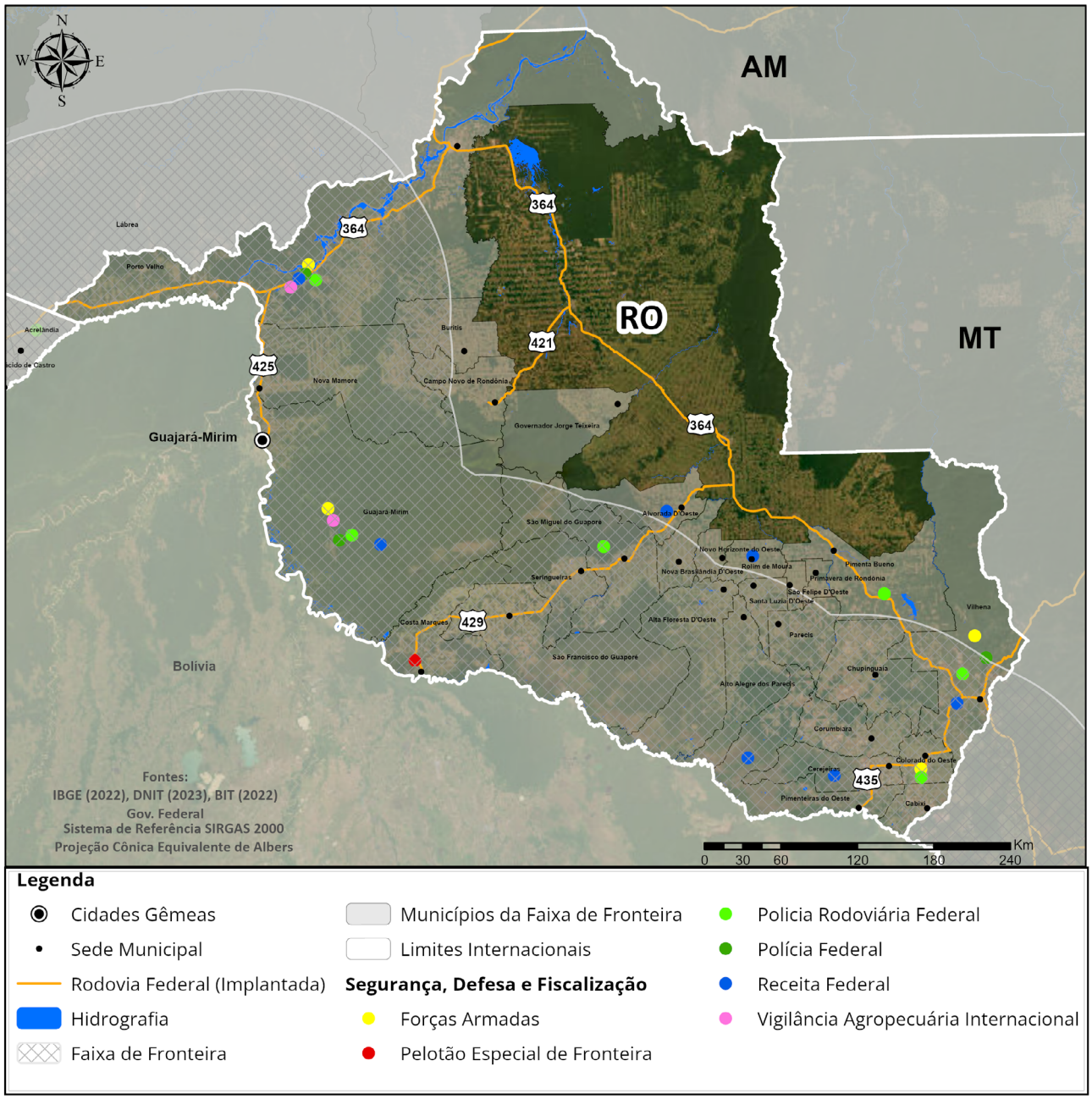
Municípios como Alta Floresta D'Oeste, Corumbiara e Campo Novo de Rondônia enfrentam violência relacionada ao desmatamento ilegal e crimes ambientais, devido à expansão da fronteira agrícola e à exploração madeireira ilegal (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 41). Vilhena, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Buritis e Governador Jorge Teixeira apresentam uma incidência significativa de violência urbana, incluindo homicídios e tráfico de drogas, causados pelo crescimento populacional desordenado e pela atuação de facções criminosas. Em Porto Velho, a violência é diversificada, com registros elevados de homicídios e crimes patrimoniais, resultantes da desigualdade social e da urbanização acelerada (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 58[40]).

A segurança pública na faixa de fronteira de Rondônia assume papel estratégico devido à extensa divisa do estado com a Bolívia e à presença de importantes corredores rodoviários e fluviais utilizados para circulação de pessoas e mercadorias. Nesse contexto, atuam de forma integrada instituições como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil, além das forças estaduais vinculadas à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia (Sesdec).

Destaca-se a atuação das forças de segurança na região de Guajará-Mirim, principal município fronteiriço do estado, localizado às margens do rio Mamoré, na divisa com a cidade boliviana de Guayaramerín. O município concentra operações de fiscalização e monitoramento territorial, incluindo ações integradas em áreas fluviais e terrestres voltadas ao combate aos ilícitos transnacionais.

39. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 1 (2006). São Paulo: FBSP, 2023.
40. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). Atlas da violência 2024 a. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>

Mapa 14 - Instituições federais de segurança e fiscalização presentes na Faixa de Fronteira de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Foto: Marcello Sokal/Setur-RO

Oficinas de Planejamento Territorial



Foto: Cristian Alves/Agevisa/RO

Guajará-Mirim

Cerejeiras



Foto: Herbert Weil

A fim de promover o alinhamento interinstitucional e a escuta qualificada para elaboração das bases para os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira e suas respectivas carteiras de projeto, o MIDR, contando com a assessoria técnica do IBAM, realizou Oficinas de Planejamento Territorial nos seis estados que compõem o projeto Fronteiras da Amazônia.

Entre os meses de março e abril de 2025, a equipe de consultoria do IBAM realizou visitas aos estados que integram o trabalho e participou de diversas reuniões com atores locais (tanto dos órgãos públicos estaduais e municipais, como órgãos públicos federais com representação local, terceiro setor e movimentos sociais). A partir dessas conversas, foi possível aprofundar entendimentos sobre os contextos locais e criar espaços de colaboração para a etapa seguinte, de realização das oficinas. Também foi possível discutir alguns programas e projetos em andamento em cada estado, que compõe o mapeamento em elaboração.

Em Rondônia, a missão técnica preliminar foi realizada no período de 14 a 17 de abril de 2025. As visitas ocorreram na cidade de Porto Velho, com apoio da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) do Governo do Estado de Rondônia, ao qual está vinculado o Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa da Fronteira de Rondônia (NEIFRO).

As oficinas, realizadas no segundo momento, foram conduzidas com base em princípios de escuta ativa, diálogo horizontal e valorização do conhecimento dos atores sociais e estruturadas a partir dos cinco eixos temáticos do trabalho. Os resultados alcançados foram utilizados para a construção de diretrizes e carteira de projetos, visando à implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Em Rondônia, as oficinas de Planejamento Territorial foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Guajará-Mirim

11 de agosto de 2025

Auditório da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
BR 425 km 2,5 - Bairro Jardim das Esmeraldas

83 participantes

Cerejeiras

14 de agosto de 2025

SEMAS
Rua Panamá, 950 - Bairro Primavera

66 participantes

Guajará-Mirim



Foto: Michel Sales/Secom Roraima

Os participantes destacaram a importância de ações integradas de conservação ambiental, infraestrutura e desenvolvimento na fronteira Brasil–Bolívia. No campo ambiental, foram propostas iniciativas como a criação do mosaico de áreas protegidas e a conservação do corredor ecológico binacional Guaporé/Itenez-Mamoré, além da formação de uma brigada integrada entre os dois países para combate às queimadas e o fortalecimento da cooperação entre órgãos ambientais.

Na área de infraestrutura, considerando a construção da ponte binacional, ressaltou-se a necessidade de melhorias em Guajará-Mirim, incluindo a modernização de portos e do aeroporto, bem como a ampliação das instituições de ensino superior, como a UNIR e o IFRO, para qualificação da mão de obra local. Também foi destacada a urgência de atualização do Plano Diretor e de investimentos em saneamento básico.

No campo produtivo, enfatizou-se o fortalecimento das cadeias da sociodiversidade em Rondônia, com ações voltadas à assistência técnica, acesso ao crédito, capacitação e incentivo à bioeconomia, abrangendo cadeias como castanha, mandioca, açaí e mel. Também foram apontadas medidas ambientais, como prevenção às queimadas e adaptação às mudanças climáticas.


Foto: Michel Sales/Secom Roraima

Por fim, no campo da integração regional e segurança, foram propostas ações de cooperação internacional para controle migratório, sanitário e de circulação de mercadorias, reforçando a importância da participação de povos indígenas e comunidades tradicionais na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na região de fronteira.

Cerejeiras


Foto: IBAM

Os participantes destacaram a importância do uso de tecnologias e da produção de dados sobre a Faixa de Fronteira de Rondônia, além do fortalecimento do turismo, da segurança e da integração na fronteira Brasil–Bolívia. No campo do ordenamento territorial e ambiental, propuseram-se medidas como a adoção de sistemas de georreferenciamento, revisão participativa do ZEE de Rondônia, incentivo ao turismo sustentável e à pesca esportiva no Rio Guaporé, além da elaboração de planos de manejo em terras indígenas e unidades de conservação, com foco em geração de renda por meio de créditos de carbono e produtos sustentáveis.

Na área de infraestrutura, destacaram-se melhorias viárias, como a duplicação da BR-364, modernização do aeroporto de Vilhena e ampliação da fiscalização na fronteira. Também foram apontadas demandas por saneamento, energia e qualificação profissional, além da necessidade de estruturar o turismo em Pimenteiras do Oeste e Cacoal, com investimentos em hospedagem, segurança e saúde.

No campo da integração regional, migrações e segurança, enfatizou-se a cooperação com a Bolívia em áreas como segurança, comércio, saúde e educação, com propostas de atuação conjunta com a Polícia Federal, melhoria no fluxo de dados, combate ao crime organizado e incentivo à permanência de servidores em áreas de fronteira.


Foto: IBAM

No campo produtivo e social, destacou-se o fortalecimento das cadeias produtivas de povos indígenas e comunidades tradicionais, com incentivo à capacitação, cooperativas e valorização da economia e culturas locais, além da proposta de criação de um instituto estadual para produção de dados estratégicos.

Por fim, reforçou-se a importância da articulação entre governos e sociedade, com políticas integradas e investimentos em logística, educação e tecnologia para impulsionar o desenvolvimento e reduzir desigualdades na fronteira.

Eixo temático 1
Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

• **Crimes ambientais persistentes:** áreas protegidas como Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Comunidades Quilombolas estão vulneráveis à grilagem, desmatamento e exploração predatória de recursos.

• **Avanço da fronteira agropecuária sobre áreas protegidas:** especialmente no Cone Sul e na BR-429, com pressão sobre áreas protegidas e de produção familiar e intensificação de conflitos fundiários.

• **Intensificação dos eventos climáticos:** Rondônia enfrenta riscos climáticos associados a inundações, enxurradas e eventos de seca. Municípios como Guajará-Mirim, Pimenta Bueno e Porto Velho são classificados com risco alto para inundações e enxurradas.

• **Baixa capacidade institucional para gestão de riscos climáticos:** de acordo com os critérios do PPA 2024–2027 e do ICM/SEDEC (2025), Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta D'Oeste, Governador Jorge Teixeira e Nova Brasilândia do Oeste são municípios prioritários para ações de prevenção de desastres.

• **Emissões de gases de efeito estufa:** a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento expansão de pastagens. Observa-se, ainda, uma tendência de crescimento das emissões do setor agropecuário, que já se consolida como a segunda principal fonte de GEE em todos os municípios fronteiriços.

Principais potencialidades

• **Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas recobrem mais da metade da faixa de fronteira do Estado de Rondônia (55,4%):** oferecendo bases para ações integradas de gestão territorial e proteção dos ecossistemas decorrentes da ocupação por comunidades tradicionais.

• **Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais (Lei nº 4.437/2018)** oferece diretrizes para fortalecer ações de planejamento territorial, preservação ambiental e adaptação climática no estado.

• **Criação do Comitê Permanente de Gestão para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas (2024)** amplia a capacidade institucional do estado para coordenar ações preventivas e aprimorar práticas de governança ambiental.

Eixo temático 2
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Principais desafios

• **Falta de investimentos no setor de carga e transporte fluvial,** como modernização das instalações portuárias, segurança e estruturação para a sazonalidade do volume hídrico, limita o potencial econômico da região.

• **Malha viária insuficiente e de baixa qualidade,** associada à precariedade dos portos fluviais e à frágil integração entre modais, o que compromete a logística, eleva os custos e dificulta a circulação de bens, serviços e pessoas.

• **Falta de infraestrutura básica em comunidades rurais e tradicionais,** com ausência ou precariedade nos serviços de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e conectividade digital, impactando diretamente a qualidade de vida e a viabilidade das atividades produtivas.

• **Construção da ponte de integração entre Guajará-Mirim (BR) e Guayaramerin (BOL)** demanda atenção especial quanto a potenciais impactos na questão da segurança e desenvolvimento urbano de Guajará-Mirim.

Principais potencialidades

• **Localização geográfica estratégica do estado:** o que favorece sua ascensão logística - ferroviária e hidroviária - para rotas de integração Sul-Americana.

• **Construção da ponte de integração entre Guajará-Mirim (BR) e Guayaramerin (BOL),** aponta para potenciais impactos positivos na integração transfronteiriça.

• **Presença de rios navegáveis,** que, se modernizados, podem reduzir custos logísticos e melhorar a integração dos mercados regionais.

• **RO tem autossuficiência energética que representa ⅓ da produção da Região Norte,** e se destaca pela diversidade de fontes (Usinas Hidrelétricas, Fotovoltaicas, Termelétricas, Barragens, Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas).

Eixo temático 3
Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Principais desafios

• **Uso extensivo da terra e avanço da pecuária e da soja:** especialmente no Cone Sul e na BR-429 pressionam áreas sensíveis, acirram os conflitos fundiários e comprometem a diversificação produtiva.

• **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor, a adoção de práticas agroecológicas e o fortalecimento dos sistemas produtivos sustentáveis.

• **Ausência de formalização de acordos comerciais com a Bolívia,** limitando oportunidades para expansão dos mercados regionais.

• **Desigualdade na distribuição da atividade turística,** concentrada em Porto Velho, enquanto os demais municípios carecem de infraestrutura para desenvolvimento dessa atividade.

• **Carência de dados atualizados e sistematizados** sobre as atividades produtivas de base comunitária e seus impactos socioambientais dificulta a formulação de políticas públicas eficazes.

Principais potencialidades

• **Diversidade de produtos da sociobiodiversidade, como castanha, borracha nativa, açaí, copaíba e andiroba,** com alto potencial para mercados alimentícios, cosméticos, medicinais e artesanais, fortalecendo a bioeconomia regional.

• **Adoção crescente de Sistemas Agroflorestais (SAFs)** e outras técnicas de manejo sustentável, que contribuem para a restauração ambiental, a geração de renda e o fortalecimento de cadeias produtivas alinhadas à conservação.

Eixo temático 4
Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Principais desafios

• **Expansão da Amacro,** região que abrange Rondônia, Acre e Amazonas conhecida como 'fronteira do desmatamento', representa uma ameaça para os territórios tradicionais, devido à pressão da agricultura extensiva, da mineração e do desmatamento.

• **Desafios crescentes relacionados à escassez hídrica,** especialmente durante os períodos de estiagem severa, com impactos diretos na saúde, na segurança alimentar e na sustentabilidade dos modos de vida tradicionais**.**

• **Implementação, ainda incipiente, de políticas educacionais específicas para povos indígenas,** incluindo a formação de professores indígenas e a valorização dos saberes tradicionais, compromete o acesso a uma educação adequada desses povos.

Principais potencialidades

• **Existência de redes articuladas de povos indígenas e comunidades tradicionais:** o que oferece base concreta para modelos de governança territorial participativos e sustentáveis.

• **Fortalecimento da autonomia alimentar das comunidades tradicionais,** por meio de práticas agrícolas sustentáveis e da valorização de conhecimentos ancestrais, que asseguram segurança alimentar e resiliência territorial.

Eixo temático 5
Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

• **Porosidade da fronteira com a Bolívia,** somada à ausência de uma política binacional estruturada, favorece o tráfico de drogas, armas e o fluxo irregular de pessoas, além de limitar oportunidades comerciais e de cooperação regional.

• **Violência associada a conflitos fundiários e crimes ambientais,** como desmatamento ilegal e exploração madeireira clandestina, especialmente em Alta Floresta d'Oeste, Corumbiara e Campo Novo de Rondônia.

• **Crescimento do fluxo migratório,** em especial de venezuelanos e haitianos, tem ampliado a demanda por serviços públicos locais evidenciando a necessidade de políticas mais robustas de inclusão e acesso a direitos.

• **Presença do Estado:** há necessidade de maior efetivo de servidores e de integração entre os órgãos e esferas do governo atuantes nas fronteiras, além do desafio da baixa capacidade institucional de gestão ambiental e urbana.

Principais potencialidades

• **Atuação do Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (Neifro),** como espaço estratégico de articulação de ações para desenvolvimento, segurança e integração regional.

• **Parcerias e cooperação transfronteiriça em construção entre Rondônia, Bolívia e organizações internacionais,** com experiências positivas em temas como sanidade animal (combate à febre aftosa), segurança e comércio, que podem ser ampliadas para outros setores.

• **Política estadual para acolhimento de migrantes estruturada,** com destaque para a Central do Imigrante, em Porto Velho, que oferece serviços de documentação, orientação e apoio à integração social, servindo como referência para fortalecimento dessa agenda na faixa de fronteira.

• **Perfil migratório com crescente diversidade de nacionalidades,** o que pode ampliar as possibilidades de fortalecimento de políticas públicas para integração multicultural, inclusão social e dinamização econômica.

Diretrizes e Carteira de Projetos

As oficinas de planejamento realizadas no estado — que reuniram representantes do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo — possibilitaram a identificação e a sistematização de demandas e oportunidades dos territórios de fronteira. Assim, as propostas aqui apresentadas resultam desse processo de escuta qualificada e diálogo entre diferentes atores, traduzindo prioridades locais em propostas estruturadas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Posteriormente, com o objetivo de ampliar a participação social e qualificar o conteúdo final, as propostas foram publicadas no portal do MIDR, de modo a permitir que os interessados enviassem sugestões e comentários, avaliassem seu grau de importância e também apresentassem novas iniciativas.

Cabe destacar que nem todas as contribuições se configuram como projetos passíveis de implementação direta. Parte delas corresponde a diretrizes estruturantes, que orientam a atuação do poder público e indicam caminhos estratégicos para o desenvolvimento da faixa de fronteira. Dessa forma, este capítulo apresenta dois conjuntos complementares de resultados: 1) um conjunto de diretrizes, que sintetizam orientações de caráter mais amplo e transversal. 2) a carteira de projetos, organizada conforme os cinco eixos temáticos do trabalho. Os projetos são apresentados em quadros padronizados, contendo os seguintes elementos:

Coluna	Descrição
Projeto (o que fazer?)	Síntese da proposta a ser implementada.
Justificativa (por que fazer?)	Problema, demanda ou oportunidade que fundamenta a proposta.
Território (onde fazer?)	Área de abrangência da iniciativa, podendo incluir municípios ou regiões de fronteira específicas.
Atores envolvidos (quem deve estar envolvido na estruturação do projeto?)	Instituições públicas, privadas e/ou organizações da sociedade civil com potencial de participação na implementação.
Meios de implementação (como?)	Estratégias ou condições necessárias para viabilizar a proposta tais como articulações institucionais e programas.

Diretrizes e Carteiras de Projetos

São diretrizes para a desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Rondônia:

I. Promover a integração e a conservação de territórios estratégicos por meio da criação de áreas protegidas e da recuperação de corredores ecológicos, garantindo a conectividade ambiental e a proteção da biodiversidade;

II. Promover o ordenamento territorial com foco na qualificação e gestão sustentável da orla de Guajará;

III. Promover a restauração ambiental e ampliar a cobertura vegetal urbana por meio de mudas nativas, arborização e recuperação de áreas degradadas;

IV. Promover turismo sustentável, com avaliação das leis ambientais relacionadas e com foco na proteção da biodiversidade e no uso responsável dos recursos naturais;

V. Fortalecer a gestão ambiental e de saúde pública por meio da modernização de sistemas de informação, transparência de dados e efetiva operacionalização das estruturas de controle e monitoramento;

VI. Garantir transparência e acesso público às informações do Zoneamento Econômico-Ecológico de Rondônia, assegurando atualização contínua e ampla divulgação dos dados;

VII. Promover a integração territorial por meio da construção de acessos terrestres que assegurem às comunidades tradicionais o fornecimento de suprimentos, serviços essenciais e atendimento emergencial em saúde;

VIII. Aprimorar a infraestrutura de transporte e logística fluvial;

IX. Ampliar e fortalecer as infraestruturas de saneamento básico, com prioridade para a universalização do acesso ao esgotamento sanitário e à água potável;

X. Modernizar e adequar a infraestrutura aeroportuária regional para atender com eficiência aos novos fluxos de mobilidade e transporte;

XI. Promover a criação e expansão de polos de educação técnica e superior para fortalecer a capacitação da população;

XII. Expandir o acesso das comunidades tradicionais à energia elétrica por meio da integração à rede hidrelétrica ou energia solar;

XIII. Fortalecer a assistência técnica e a extensão rural públicas, abrangendo gestão, produção, beneficiamento e comercialização;

XIV. Fomentar associações e cooperativas agropecuárias como redes de produção e geração de renda nos diversos sistemas produtivos;

XV. Fortalecer as cadeias produtivas da sociobiodiversidade por meio de políticas estaduais que considerem as especificidades regionais;

XVI. Valorizar os povos indígenas e comunidades tradicionais por meio da proteção cultural e de seus territórios;

XVII. Fortalecer os Arranjos Produtivos Locais (APLs) como estratégia de desenvolvimento econômico regional sustentável;

XVIII. Assegurar o cumprimento dos protocolos de consulta das comunidades, garantindo processos participativos, transparentes e culturalmente respeitosos;

XIX. Fortalecer a gestão territorial e ambiental das terras indígenas por meio da implementação dos PGTAs e Planos de Manejo;

XX. Fortalecer a organização institucional das comunidades, assegurando o respeito aos protocolos de consulta e aos processos decisórios próprios;

XXI. Fomentar cadeias produtivas baseadas nos saberes tradicionais, valorizando conhecimentos locais e práticas sustentáveis;

XXII. Fortalecer a proteção territorial e a saúde indígena por meio de ações integradas de prevenção, cuidado e redução de danos;

XXIII. Fortalecer o NEIFRO como articulador estratégico para promover desenvolvimento, segurança e integração regional e nacional;

XXIV. Fortalecer o controle integrado das fronteiras por meio da adoção ou retomada de práticas coordenadas, como o modelo do GGIF;

XXV. Estabelecer protocolos de cooperação internacional e mecanismos permanentes para regularização migratória, abrangendo segurança, comércio, saúde, migração, gestão ambiental e outras áreas de interesse;

XXVI. Fortalecer e expandir a cooperação internacional nas áreas de defesa, segurança pública, fiscalização, educação e trabalho;

XXVII. Fortalecer a capacidade operacional e técnica da segurança pública na região do Cone Sul por meio de infraestrutura adequada, recursos humanos qualificados e treinamento especializado.



Foto: Marcello Sokal/Setur-RO

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Elaboração de Planos de Manejo das Unidade de Conservação estaduais, com participação de órgãos públicos e da sociedade civil, incluindo a atualização dos Planos de Uso das Reservas Extrativistas, para fortalecer a gestão integrada do mosaico de UCs.	Justifica-se pela importância de orientar o uso sustentável do território, assegurar a proteção dos ecossistemas e garantir o cumprimento da legislação ambiental. Esses planos permitem conciliar preservação ambiental, usos tradicionais e necessidades socioeconômicas das comunidades locais, promovendo intervenções responsáveis, planejadas e compatíveis com a conservação da biodiversidade.	Unidades de conservação estaduais	SEDAM/RO, FUNAI, OSR, Associações Indígenas, Associações Extrativistas; Organização dos Seringueiros de Rondônia Kanindé, Rio Terra, Ecoporé	Produção de diagnóstico dos territórios com identificação de cadeias de valor; Realização de oficinas, consultas públicas e escutas qualificadas.
Implementação e regulamentação das zonas de amortecimento das Unidades de Conservação em Rondônia, com fiscalização efetiva para reduzir impactos ambientais e conflitos socioambientais em áreas de entorno.	A ação se justifica pela necessidade de proteger as Unidades de Conservação contra pressões externas, como desmatamento e ocupações irregulares, reduzindo impactos ambientais e prevenindo conflitos socioambientais nas áreas de entorno, por meio de regras claras e fiscalização efetiva.	Unidades de Conservação de Guajará-Mirim e Nova Mamoré	SEDAM/RO - Coordenação de Unidade de Conservação; ICMBio; IDARON; UNIR;Embrapa; Prefeituras de Guajará-Mirim e Nova Mamoré; Sindicatos e associações de produtores; Comunidades indígenas e FUNAI	Revisão dos planos de manejo e normativas existentes; Realização de consultas públicas com as comunidades locais; Delimitação e georreferenciamento das zonas de amortecimento.
Elaboração de plano de preservação do solo e recuperação de pastagens, om foco na conversão para sistemas agropecuários e florestais sustentáveis, promovendo a restauração ambiental, o equilíbrio climático e o enfrentamento à grilagem	A ação é estratégica para enfrentar a degradação do solo e a baixa produtividade das pastagens, que geram perdas econômicas e ineficiência no uso da terra. A conversão dessas áreas em sistemas agropecuários e florestais sustentáveis amplia a produtividade, diversifica a base econômica local, reduz custos ambientais de longo prazo e fortalece um modelo de desenvolvimento regional mais resiliente e sustentável.	Porto Velho; Guajará-Mirim; Nova Mamoré; Costa Marques; São Francisco do Guaporé; Seringueiras; São Miguel do Guaporé; Pimenteiras do Oeste; Cabixi; Colorado do Oeste; Cerejeiras	MMA, EMBRAPA, EMATER/RO, UNIR, BASA; Banco do Brasil; SEDAM/RO; IDARON; IBAMA; Sindicatos Rurais; Associações de Produtores	Mapeamento de áreas prioritárias e pastagens degradadas; Análise de aptidão agrícola e ambiental; articulação com EMBRAPA e órgãos ambientais.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Conservação e recuperação do corredor ecológico binacional Guajará/Iténez-Mamoré	A ação é essencial para manter a conectividade ecológica do corredor binacional Guajará/Iténez-Mamoré, protegendo a biodiversidade, recuperando áreas degradadas e fortalecendo a gestão integrada dos ecossistemas e dos recursos hídricos compartilhados entre os países. Deve-se assegurar segurança jurídica, conhecimento das condições ambientais do território e participação das comunidades locais e povos indígenas, em conformidade com a legislação ambiental e os princípios da gestão participativa.	Corredor ecológico binacional Guajará/ Iténez-Mamoré (inclui os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré)	SEDAM/RO; ICMBio; IBAMA; INCRA; FUNAI; Associações Indígenas; ONG's; MPE/RO; MPF; MRE; OTCA; ANA CENSIPAM; UNIR e Universidades Bolivianas; Cooperativas Agrícolas e Extrativistas; PM-RO (Batalhão Ambiental); Exército Brasileiro (Comando Militar da Amazônia)	Reflorestamento e manejo de espécies nativas em áreas prioritárias, com monitoramento integrado da fauna, flora e recursos hídricos; Atualização de planos de manejo e restauração; Viabilização de recursos e acordos de cooperação internacional.
Criação de uma Brigada Binacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais Brasil–Bolívia, com formação conjunta de brigadistas, aquisição de equipamentos e estabelecimento de protocolos binacionais de alerta, prevenção e resposta emergencial	A ação é necessária para fortalecer a prevenção e a resposta rápida aos incêndios florestais em áreas de fronteira, reduzindo danos ambientais, sociais e econômicos, e promovendo a cooperação binacional na proteção dos ecossistemas compartilhados.	Áreas Protegidas em Guajará-Mirim/ Nova Mamoré, em especial o Parque Estadual de Guajará-Mirim. Municípios de Costa Marques e Pimenteiras; Áreas protegidas da Bolívia	Corpo de Bombeiros; Prevfogo/IBAMA; SEDAM; ICMBio; MRE; Agência Brasileira de Cooperação; Exército Brasileiro (17ª Brigada); Polícia de Fronteira (BPFRON); Fundo Amazônia; BNDES; OTCA; Instituições e órgãos similares da Bolívia	Aquisição de equipamentos e estabelecimento de protocolos integrados de alerta, prevenção e resposta emergencial; Viabilização de recursos e aquisição de equipamentos; Formação e capacitação conjunta de brigadistas.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Monitoramento do Plano de Prevenção, Combate e Promoção de Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento e Queimadas de Rondônia (PPCASDQ-RO), articulado à recuperação e proteção de nascentes e recursos hídricos	A ação é necessária para reduzir os impactos das queimadas sobre os ecossistemas de fronteira, proteger nascentes e recursos hídricos estratégicos e fortalecer a capacidade institucional do Estado na prevenção, resposta e recuperação ambiental de forma integrada.	Parque Estadual de Guajará-Mirim; Reserva Extrativista Rio Ouro Preto; TI Karipuna; Parque Nacional de Pacaás Novos; TI Sagarana. Cone sul do estado: Municípios de Vilhena, Cabixi, Pimenteiras do Oeste; Cerejeiras. Costa Marques e São Francisco do Guaporé	SEDAM/RO; Corpo de Bombeiros; SEAGRI/RO; EMATER; DER; Secretarias Municipais de Meio Ambiente; Organizações de povos indígenas e população tradicional	Ampliação do uso de tecnologias para detecção de focos de calor e risco de incêndios (satélite e bases locais); Execução de operações integradas de fiscalização e combate; Capacitação e expansão de brigadas florestais; Formalização do Comitê do Fogo; Campanhas de Educação ambiental e engajamento comunitário.
Elaboração do Plano Diretor de Guajará-Mirim, promovendo integração urbana e valorização socioambiental	A ação é necessária para orientar o uso e a ocupação do território de forma planejada e legal, especialmente na orla sob domínio da União, promovendo integração urbana, valorização socioambiental, segurança jurídica e desenvolvimento sustentável do município.	Município de Guajará-Mirim	SPU; Marinha do Brasil (Delegacia Fluvial de Guajará-Mirim); DNIT; IBAMA; ICMBio; Governo de Rondônia (SEPOG e SEDAM/RO); BPFRON; SETUR/RO; Prefeitura de Guajará-Mirim; Câmara Municipal; Comunidade de Pescadores e Catraieiros; Setor Comercial e Hoteleiro; Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas; Instituições de Ensino (UNIR e IFRO)	Produção de diagnóstico dos territórios, com georreferenciamento e planejamento participativo para elaboração de Plano Diretores e legislação urbanística complementar, conforme Estatuto da Cidade.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Ampliação e fortalecimento dos viveiros de mudas nativas, integrados à arborização urbana para recuperação ambiental e melhoria da qualidade ambiental urbana	Justifica-se para ampliar a capacidade de recuperação ambiental, fortalecer a arborização urbana, melhorar o microclima e a qualidade de vida nas cidades, além de apoiar iniciativas contínuas de conservação e restauração ecológica.	Município de Guajará-Mirim	IBAMA, Embrapa, SEDAM/RO; EMATER/RO; Prefeitura de Guajará-Mirim (SEMA), Universidade	Ampliação e adequação da infraestrutura dos viveiros; Aquisição de insumos, sementes e equipamentos; apeamento de áreas prioritárias para arborização urbana.
Promoção de turismo sustentável articuladas à conservação dos ecossistemas aquáticos, garantindo que estejam alinhadas às legislações ambientais e normas de pesca vigente	A ação é necessária para conciliar o desenvolvimento econômico do turismo com a conservação dos ecossistemas aquáticos, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais, o cumprimento da legislação ambiental e a geração de renda de forma responsável e duradoura.	Costa Marques; Pimenteiras do Oeste; Guajará-Mirim; Nova Mamoré; Distrito do Abunã de Porto Velho	SEDAM; MPA; ICMBio; IBAMA; Polícia Militar Ambiental (Batalhão Ambiental); Pousadas e Operadores de Barco-Hotel; Guias de Pesca e Piloteiros Locais; Associações de Turismo; Colônias de Pescadores Artesanais; Povos Indígenas e comunidades tradicionais	Elaboração de planos de turismo sustentável articulados com políticas ambientais e de gestão pesqueira; Formação de guias, comunidades locais e turistas sobre práticas sustentáveis e conservação dos ecossistemas aquáticos.
Implantação e fortalecimento de sistemas de microbacias e barragens para melhorar a gestão hídrica, o armazenamento de água e a segurança ambiental	A ação é necessária para melhorar a gestão dos recursos hídricos, ampliar o armazenamento de água, reduzir riscos ambientais e aumentar a resiliência do território frente a períodos de seca e eventos climáticos extremos.	Vilhena; Colorado do Oeste e Cabixi; São Miguel do Guaporé; Costa Marques; Rolim de Moura; Alta Floresta D'Oeste	MPA; ANA; SEDAM/RO; SEPOG/RO; EMATER-RO; DER-RO; Sindicatos de Produtores Rurais e Associações Agrícolas; Comitês de Bacia Hidrográfica; IFRO	Realização de diagnóstico hídrico com mapeamento de microbacias, áreas críticas e demandas de uso da água para orientar a gestão eficiente; Formação de comitês de bacia, para a gestão; Construção e recuperação de barragens, reservatórios e sistemas de drenagem.
Operacionalização do Centro de Zoonoses Guajará-Mirim	Visa fortalecer a vigilância e o controle de zoonoses, prevenindo riscos à saúde pública, diante das vulnerabilidades da região, como a presença de animais transmissores de doenças, a falta de estrutura adequada para monitoramento e controle, e a necessidade de respostas rápidas para proteger a população e garantir o bem-estar animal.	Município de Guajará-Mirim	MSaúde, SESAU/RO; Agevisa/RO, Secretaria de Saúde de Guajará-Mirim; UNIR; IFRO	Articulação com secretarias de saúde, meio ambiente e órgãos de vigilância; Adequação do espaço e adquirir materiais, insumos e veículos; Contratação e capacitação profissionais; Implementação de fluxos de atendimento, vigilância e controle de zoonoses.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Aprimoramento de sistemas de georreferenciamento, em articulação com instituições de pesquisa, para produção e integração de informações territoriais estratégicas que apoiem o planejamento e a tomada de decisão na gestão ambiental no Cone Sul de Rondônia	Visa qualificar o planejamento e a tomada de decisões públicas, garantindo acesso a dados territoriais confiáveis e integrados, fortalecendo a gestão governamental, a transparência e a eficiência das políticas públicas no Cone Sul de Rondônia.	Cone Sul de Rondônia	IBAMA; IFRO (Campus Vilhena e Colorado); UNIR; EMBRAPA; INPE; SIPAM (CR-Porto Velho); DETIC; IBGE (Unidade Vilhena); SEDAM/RO; SEPOG/RO; IDARON; Secretarias Municipais de Agricultura; Sindicatos Rurais e Associações; FAPERO	Articulação com universidades e institutos para apoio técnico e científico; Aquisição e atualização de softwares e equipamentos de georreferenciamento; Desenvolvimento de sistemas para compartilhamento e visualização das informações.
Aprimoramento e integração dos sistemas e plataformas públicas de transparência de dados sobre o zoneamento territorial em Rondônia, assegurando amplo acesso e atualização das informações do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE-RO),	Ação necessária para garantir transparência, controle social e segurança jurídica no processo de atualização do Zoneamento Econômico-Ecológico de Rondônia, qualificando o planejamento territorial e fortalecendo a participação social e a tomada de decisões informadas.	Todo estado de Rondônia	Polícia Militar Ambiental (Batalhão Ambiental); SEPOG/RO; SEDAM/RO; DETIC; MP-RO; TCE-RO; FIERO; FAPERON; Movimentos Sociais e ONGs Ambientais; Prefeituras Municipais; COGEO; Consórcio Intermunicipal de Rondônia	Retomada da Comissão Estadual do ZEE; Definição de formatos e protocolos comuns para garantir interoperabilidade; Disponibilização de dados abertos e de fácil compreensão para a sociedade; Envolvimento de órgãos estaduais, municipais e instituições de pesquisa.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Requalificação da malha viária, incluindo mapeamento e análise do estado das rodovias principais e alternativas, estudos de escoamento de tráfego e duplicação da BR-364 nos trechos críticos	A ação é necessária para melhorar a infraestrutura de transporte, aumentar a segurança viária e a eficiência do escoamento de pessoas e mercadorias, reduzir gargalos logísticos e apoiar o desenvolvimento econômico regional, especialmente nos trechos críticos da BR-364.	Eixo da BR-429; Eixo da BR-425; Acesso à Ponte Binacional Estradas Vicinais e "Linhas" de Fronteira	Pousadas e Operadores de Barco-Hotel; DNIT e Exército Brasileiro (Batalhão de Engenharia de Construção); Ministério da Defesa; Governo da Bolívia; Receita Federal e Alfândega; BPFRON; Associações de Produtores do Vale do Guaporé/Guajará-Mirim/Nova Mamoré e Porto Velho/ Vilhena/Colorado e Cerejeiras; Prefeituras da Faixa de Fronteira; MPI e MMA	Realização de diagnóstico da malha viária com mapeamento e avaliação das condições das rodovias principais e alternativas; Realização de Projetos de engenharia com projetos de requalificação e duplicação; Estudos de licenciamento ambiental; Execução de obras com recuperação, ampliação e melhoria da infraestrutura rodoviária.
Ampliação/modernização do porto de carga e transporte fluvial de Guajará-Mirim	A ação é necessária para fortalecer a logística regional, ampliar a capacidade de escoamento de cargas, reduzir custos de transporte e integrar Guajará-Mirim às rotas fluviais estratégicas, impulsionando o desenvolvimento econômico e a competitividade regional.	Guajará-Mirim	Guias de Pesca e Piloteiros Locais; ANTAQ; DNIT; Receita Federal; Marinha do Brasil (Delegacia Fluvial); MRE; Governo de Rondônia (SEPOG/SEDAM); Prefeitura de Guajará-Mirim; Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia; Empresas de Logística e Navegação Exportadores e Importadores Comercial de Guajará-Mirim; PF; VIGIAGRO; ANVISA ; MPI; MMA	Realização de diagnóstico da capacidade portuária e das demandas logísticas; Elaboração projetos de engenharia para ampliação e modernização; Estudos de licenciamento ambiental, Estabelecimento de parcerias para gestão e manutenção.
Ampliação do programa “Luz para Todos” nas comunidades tradicionais, priorizando soluções fotovoltaicas, de modo a reduzir os impactos das linhas de transmissão sobre o desmatamento e a geração	A ação é necessária para garantir o acesso à energia elétrica às comunidades tradicionais, promovendo inclusão social, melhoria da qualidade de vida, apoio às atividades produtivas locais e redução das desigualdades territoriais, muitas comunidades tradicionais ainda não têm acesso à energia elétrica, o que limita o desenvolvimento social, econômico e educacional, além de restringir qualidade de vida e acesso a serviços básicos.	Comunidades Ribeirinhas do Vale do Guaporé; Reservas Extrativistas (RESEX); Territórios Quilombolas; Ponta do Abunã	MME; Energisa Rondônia (Concessionária); Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; DER-RO; SEDAM/RO; ICMBio; FUNAI; IBAMA; DNIT; Conselhos Deliberativos das RESEX; INCRA; Associações Quilombolas, Indígenas e Extrativistas	Realização de diagnóstico das demandas energéticas nas comunidades tradicionais; Viabilização de recursos e licenças.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Ampliação/modernização da infraestrutura aeroportuária de Guajará-Mirim e de Vilhena	A ação é necessária para adequar a infraestrutura aeroportuária às normas técnicas e às novas demandas de mobilidade e integração regional, ampliando a segurança, a conectividade logística e o potencial econômico de Guajará-Mirim e Vilhena diante do aumento dos fluxos decorrentes da ponte binacional.	Guajará-Mirim e Vilhena	Associações de Turismo; DNIT; Marinha; Exército; Receita Federal; SEDAM; SEPOG; DER; Corpo de Bombeiros (CBMRO); IFRO; UNIR; EMBRAPA; SIPAM; FIERO; FAPERON; Pousadas; Transportadoras; Povos Indígenas; Comunidades tradicionais; Colônias de Pescadores; Sindicatos	Alinhamento aos padrões INFRAERO e às novas demandas geradas pelos fluxos da ponte binacional; Elaboração de projetos de engenharia para ampliação e modernização; Investimento na melhoria de pistas, terminais e equipamentos.
Ampliação da infraestrutura da Universidade Federal e do Instituto Federal de Rondônia (Campus GM) para implantação de novos cursos estratégicos, considerando o cenário da construção da ponte binacional e setores industriais e logísticos na região	A ação é necessária para qualificar a formação de profissionais e a produção de conhecimento voltados às novas demandas geradas pela ponte binacional e pelo fortalecimento dos setores industrial e logístico, contribuindo para o desenvolvimento regional, a inovação e a geração de emprego e renda.	Campus UNIR e IFRO (Guajará-Mirim)	Colônias de Pescadores Artesanais; Reitorias da UNIR e do IFRO; Conselhos Superiores (CONSUN/CONSUP); Corpo Docente e Pesquisadores; Ministério da Educação/MEC; Ministério dos Transportes/DNIT; Governo de Rondônia (SEPOG/FAPERO); Bancada Federal de Rondônia; Federação das Indústrias de Rondônia (FIERO / SENAI); Câmaras de Comércio Binacionais; Universidades Bolivianas	Realização de diagnóstico das demandas educacionais e do contexto regional; Elaboração de projetos de ampliação da infraestrutura; Viabilização de recursos e licenças; Construção e equipagem de novos espaços acadêmicos; Implantação de cursos estratégicos alinhados aos setores logístico e industrial; Fortalecimento de parcerias institucionais.
Ampliação e fortalecimento das infraestruturas de saneamento básico, priorizando a expansão do esgotamento sanitário e do acesso à água potável	A ação é necessária para melhorar as condições de saúde pública, reduzir impactos ambientais, garantir o acesso universal à água potável e ao esgotamento sanitário, e promover qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.	Todas as cidades na faixa de fronteira	MCid; BNDES; FUNASA; CAIXA; CAERD; AGER; Prefeituras Municipais (Secretarias de Obras e Planejamento); SEDAM; ANA; SESAU/RO	Realização de diagnóstico das infraestruturas de saneamento básico e das demandas existentes; Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas; Viabilização de recursos e licenças; Fortalecimento da gestão e operação dos serviços.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fomentar projetos de bioeconomia, promovendo a valorização dos produtos da sociobiodiversidade e o acesso direto a mercados, reduzindo a intermediação que desvaloriza a produção local, especialmente na fronteira Brasil–Bolívia	A ação é justificada pelo uso intensivo de insumos químicos na produção agrícola, que gera impactos ambientais, riscos à saúde e limita a sustentabilidade da produção. Nesse contexto, implementar um programa de bioinsumos é essencial para oferecer alternativas mais seguras e sustentáveis, aumentar a eficiência produtiva e fortalecer práticas agrícolas ambientalmente responsáveis.	Todos os municípios na Faixa de Fronteira	Energisa Rondônia (Concessionária); IDARON; SEDAM/RO; NEIFRO; Embrapa; UNIR e IFRO; Cooperativas; Consultorias Ambientais	Elaboração de diagnóstico das cadeias produtivas e mapeamento de atores locais; Elaboração e apoio a planos de negócio e organização produtiva; Viabilização de recursos, assistência técnica e capacitação; Estruturação de logística, beneficiamento e certificação de produtos.
Adequação da inspeção sanitária às condições locais, incorporando especificidades da bioeconomia, com fortalecimento da vigilância, padronização de procedimentos e ampliação dos mecanismos de certificação	Visa garantir a segurança sanitária dos produtos, adequar a fiscalização às condições e potencialidades locais, fortalecer o monitoramento e a certificação, e promover práticas de produção alinhadas à bioeconomia e ao desenvolvimento sustentável.	Guajará-Mirim; Nova Mamoré; Costa Marques; Pimenteiras do Oeste; Vilhena; Cabixi	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; IDARON; SEDAM; SEBRAE; SENAR; Laboratórios Credenciados	Elaboração de diagnóstico das práticas produtivas da bioeconomia; Elaboração e revisão de normas e protocolos sanitários específicos; Capacitação de equipes de vigilância e produtores; Implantação e ampliação de sistemas de certificação sanitária; Articulação entre órgãos competentes para garantir conformidade e segurança sanitária.
Capacitação e fortalecimento da organização social dos produtores, promovendo gestão coletiva e melhoria das práticas produtivas	Visa fortalecer a organização coletiva dos produtores, ampliar a capacidade de gestão, melhorar as práticas produtivas e aumentar a eficiência econômica, promovendo sustentabilidade, autonomia e competitividade no território.	Todos os municípios da faixa de fronteira	DER-RO; EMATER-RO; SENAR-RO; IFRO; Embrapa Rondônia; OCB/SESCOOP-RO; UNICAFES; OSR; Associações de Produtores Locais; Sindicatos de Produtores Rurais e FETAGRO; ONGs; BASA; SEBRAE-RO; Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável	Realização de Capacitação de produtores por meio de formação técnica e gerencial; Promoção da gestão coletiva e participativa; Implementação de boas práticas produtivas e de manejo.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de processos de verticalização da produção e centros de comercialização, incluindo estruturação de beneficiamento, armazenamento, agregação de valor e organização logística para ampliar o acesso a mercados	A ação é necessária para agregar valor à produção local, organizar e ampliar os canais de comercialização, reduzir perdas, aumentar a renda dos produtores e fortalecer a economia regional por meio da verticalização das cadeias produtivas.	Nova Mamoré	SEDAM; ICMBio; Prefeitura Municipal de Nova Mamoré; Câmara Municipal de Vereadores; SEDAM/RO; IDARON: ASPRONAM; STTR e Sindicato Rural (Patronal); Cooperativas Regionais; EMATER-RO; IFRO (Campus Guajará-Mirim/Porto Velho); SEBRAE-RO; SEAGRI; Banco do Brasil;BASA; SICOOB/CREDISIS	Viabilização de recursos e licenças; Mapeamento das cadeias produtivas; Elaboração de projetos para estruturação de unidades de beneficiamento e centros de comercialização; Construção e equipagem de estruturas de processamento, armazenamento e logística; Fortalecimento da gestão e monitoramento das operações para garantir sustentabilidade econômica.
Formação e capacitação de multiplicadores para ampliar o acesso à ATER contínua e diferenciada, voltada a povos indígenas e comunidades tradicionais, com metodologias participativas e tecnologias sociais adequadas aos territórios	Visa garantir assistência técnica adequada às especificidades culturais e territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais, fortalecendo a autonomia produtiva, a sustentabilidade dos modos de vida e a efetividade das políticas públicas no campo.	Áreas protegidas na Faixa de Fronteira	FUNAI; EMATER; SEDAM; SENAR; ICMBIO; Associações de povos e comunidades tradicionais	Elaboração de conteúdos e metodologias participativas adaptadas a povos indígenas e comunidades tradicionais; Capacitação técnica e continuada dos agentes locais; Fortalecimento das redes locais de assistência técnica.
Fortalecimento da infraestrutura produtiva e comercial de cooperativas/ associações da sociobiodiversidade amazônica, por meio de capacitação, organização das cadeias de valor, qualificação da produção e beneficiamento, e ampliação do acesso a mercados	A ação é necessária para fortalecer a organização coletiva, ampliar a geração de trabalho e renda, promover a inclusão produtiva e consolidar modelos econômicos solidários, sustentáveis e enraizados nos territórios.	Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental, com atuação prioritária no estado de Rondônia, especialmente nos municípios da região central e fronteiriça, incluindo Ji Paraná	UNICAFES; Fórum Estadual de Economia Solidaria; MTE; COOPFISH; Cooperativas e associações de produtores; agricultores familiares e extrativistas; comunidades tradicionais e povos indígenas; instituições públicas e órgãos governamentais; organizações da sociedade civil e parceiros da bioeconomia	Elaboração de projetos para qualificação da produção e beneficiamento; Viabilização de recursos e capacitação técnica e gerencial; Estruturação das cadeias de valor e organização produtiva; Implantação e melhoria de unidades de processamento e armazenamento; Ampliação do acesso a mercados e canais de comercialização.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fomento a economia criativa, fortalecendo o turismo com foco nas culturas locais	A ação é necessária para valorizar as culturas locais, diversificar a economia, gerar trabalho e renda e fortalecer o turismo de forma sustentável, promovendo desenvolvimento territorial com identidade cultural.	Todos os municípios na área de fronteira de Rondônia	MINC; SETUR; SEBRAE; Prefeituras	Lançamento de editais de apoio e fomento; Viabilização de recursos e capacitação de empreendedores criativos; Estruturação de produtos e roteiros turísticos culturais; Integração com o setor turístico regional.
Ampliar políticas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) voltadas à proteção dos recursos hídricos, remunerando produtores e comunidades pela conservação e manejo sustentável das áreas protegidas	Justifica-se pela necessidade de incentivar a conservação dos recursos hídricos, valorizar o papel de produtores rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais na proteção ambiental e gerar renda associada à preservação, diante da pressão sobre os recursos hídricos causada pela degradação ambiental, uso inadequado do solo e falta de incentivos, que deixam essas comunidades sem reconhecimento ou compensação pelo manejo sustentável das áreas protegidas.	Áreas protegidas localizadas na faixa de fronteira	SEDAM-RO; ANA (Agência Nacional de Águas); Comitês de Bacias Hidrográficas; Hidrelétricas (UHE Jirau, Santo Antônio e PCHs); CAERD; Fundo Amazônia; Banco Mundial; Consultoria Ambiental; EMATER-RO; IDARON; Produtores Rurais; Povos Indígenas; Comunidades tradicionais	Elaboração de diagnóstico das demandas financeiras; Simplificação de processos e requisitos para concessão; Fortalecimento e ampliação de linhas de financiamento; Articulação com instituições financeiras e agentes de crédito; Capacitação de produtores e empreendedores em gestão financeira.
Desenvolvimento de programas de apoio técnico, financeiro e de gestão voltados à consolidação e expansão dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	A ação é necessária para fortalecer os Arranjos Produtivos Locais, ampliar a cooperação entre produtores e instituições, aumentar a competitividade das cadeias produtivas e promover o desenvolvimento econômico regional de forma articulada e sustentável.	Região do Cone Sul (Vilhena)	Associações Quilombolas; Indígenas e Extrativistas; SEDEC-RO; Prefeitura de Vilhena; Associação Comercial; IFRO Campus Vilhena; EMBRAPA; Consultorias; SICOOB; CREDISUL; BASA	Elaboração de planos de fortalecimento e expansão; Viabilização de apoio técnico, financeiro e de gestão; Capacitação de produtores e empreendedores; Ampliação do acesso a mercados e inovação.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Instituição de programas de apoio técnico e financeiro para a implementação de PGTAs e Etnozoneamento em terras indígenas, assegurando processos participativos e o respeito à consulta livre, prévia e informada, com fortalecimento das capacidades de gestão das comunidades	Visa fortalecer a autonomia e a capacidade de gestão das comunidades indígenas, assegurando a implementação efetiva de seus instrumentos de planejamento territorial e ambiental, diante das dificuldades que frequentemente enfrentam na elaboração e execução desses planos devido à falta de apoio técnico, recursos financeiros e capacitação em gestão.	As terras Indígenas demarcadas e homologadas que estão na faixa de fronteira, que ainda não tem instrumentos de gestão são: TI Laje; TI Tanaru; Terra Indígena Ribeirão; TI Sagarana; TI Karipuna	FUNAI; ICMBIO; Associações de povos indígenas, IBAMA, MPI e MMA	Instituição de programas de apoio técnico e financeiro por meio de diagnóstico das demandas nas terras indígenas; Viabilização de recursos e assistência técnica continuada; Capacitação e fortalecimento das capacidades de gestão das comunidades.
Fortalecimento da capacidade organizacional e institucional das comunidades de base por meio de programas de formação, suporte técnico contínuo e estruturação de processos de gestão comunitária	A ação é necessária para superar as limitações que as comunidades de base enfrentam em gestão, organização e capacitação técnica, aumentando sua autonomia, aprimorando a administração de projetos e recursos, e fortalecendo a eficiência e a sustentabilidade de suas iniciativas coletivas.	Áreas protegidas localizadas na faixa de fronteira	Associações de Povos indígenas e comunidades tradicionais, órgãos de gestão de áreas protegidas e ONG's	Elaboração de programas de formação e apoio; Capacitação técnica e gerencial contínua; Estruturação de processos de gestão comunitária; Disponibilização de suporte técnico permanente.
Desenvolvimento de programas de apoio para fortalecer cadeias produtivas tradicionais, promovendo institucionalidade, sustentabilidade, valorização cultural e geração de renda	A ação é necessária para valorizar os saberes tradicionais e fortalecer a economia local de forma sustentável, promovendo geração de renda para as comunidades, diante dos desafios estruturais enfrentados pelas cadeias produtivas tradicionais, como a falta de apoio institucional, dificuldades de acesso a mercados e limitações na sustentabilidade econômica.	Áreas protegidas localizadas na faixa de fronteira	MPI, MMA - Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável; EMATER-RO; UNIR; BASA; Banco do Brasil; SEDAM/RO; IDARON; IBAMA; Associações de Povos Indígenas e comunidades tradicionais; ICMBio; FUNAI	Diagnóstico e mapeamento das cadeias produtivas; Fortalecimento da organização social (associações e cooperativas); Capacitação técnica e gerencial dos produtores; Assistência técnica e extensão rural.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implementação de ações de saúde com enfoque indígena, voltadas à redução de danos por meio de proteção, prevenção e tratamento culturalmente adequados	Visa assegurar atenção à saúde indígena de maneira respeitosa às especificidades culturais, considerando que essas populações enfrentam vulnerabilidades particulares devido ao acesso limitado a serviços de saúde, desigualdades sociais, diferenças culturais e maior exposição a riscos ambientais e doenças.	Terras Indígenas localizadas na faixa de fronteira	DSEIs (Unidades SESAI Porto Velho e Vilhena): FUNAI; Org. Pan-Americana da Saúde; Lideranças, Pajés e Parteiras; Agentes Indígenas de Saúde; CONDISI; SEDAM; IBAMA; Polícia Federal	Elaboração de protocolos de proteção, prevenção e tratamento culturalmente adequados; Capacitação de equipes de saúde com abordagem intercultural; Articulação com lideranças e organizações indígenas.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implementação e retomada práticas de controle integradas na fronteira com a Bolívia, com ações coordenadas entre forças de segurança e órgãos ambientais	Visa reforçar a segurança e a gestão das fronteiras, prevenir ilícitos e riscos transfronteiriços, e promover a coordenação eficaz entre órgãos e países envolvidos, garantindo controle integrado e proteção do território.	Todos os municípios da Faixa de Fronteira	MD; MRE; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Receita Federal; Exército Brasileiro; Marinha do Brasil (em áreas fluviais); ABIN; IBAMA; ICMBio; SESDEC/RO; Polícia Civil do Estado de Rondônia; Polícia Militar do Estado de Rondônia; SEDAM/RO; Prefeituras e órgãos de fiscalização dos municípios da faixa de fronteira, MPI, MMA	Fiscalização conjunta, compartilhamento de informações, operações periódicas e uso de tecnologias de monitoramento, nos moldes do GGIF; Articulação com autoridades da Bolívia, por meio dos mecanismos de cooperação bilateral coordenados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE).
Criação de protocolos de cooperação internacional e força-tarefa permanente para coordenar e regularizar fluxos migratórios de forma segura e eficiente	Visa garantir a gestão eficiente e segura dos fluxos migratórios, fortalecer a cooperação internacional, assegurar direitos humanos e regularizar a situação de migrantes de forma organizada e coordenada.	Guajará-Mirim; Nova Mamoré; Porto Velho	Polícia Federal; MRE; Exército Brasileiro; OIM e ACNUR; SEAS/RO; Prefeituras: Anvisa e IDARON	Elaboração de acordos e normativas conjuntas; Instituição de força-tarefa permanente com definição de competências; Articulação entre órgãos nacionais e internacionais.
Criação de protocolos e mesas de negociação com a Bolívia para gestão integrada de controle sanitário, comércio e imigração, abrangendo também áreas urbanas	Visa regular e monitorar, visto que a proximidade das áreas urbanas de fronteira, que aumenta a circulação de pessoas, mercadorias e riscos sanitários, exigindo coordenação binacional para controle sanitário, comércio e imigração.	Guajará-Mirim; Nova Mamoré; Costa Marques	MRE; Polícia Federal; Receita Federal; IDARON; Anvisa; Prefeituras das Cidades Gêmeas de Guajará-Mirim e Guayaramerín; SEDAM/RO e OTCA	Elaboração de acordos para gestão integrada de controle sanitário, comércio e imigração; Instituição de instâncias permanentes de diálogo e coordenação; Articulação entre órgãos nacionais, locais e internacionais.
Ampliação de recursos de informação e tecnologia para fortalecer a inteligência, o compartilhamento e o intercâmbio de dados e soluções tecnológicas	A ação é necessária para aprimorar a capacidade de análise e tomada de decisão na área da segurança, melhorar a coordenação entre órgãos e instituições e otimizar o uso de dados e tecnologias na gestão de políticas públicas e operações estratégicas.	Todos os municípios da faixa de fronteira	Censipam (SIVAM); Governo de RO; MCTI; SEDAM/RO; IDARON; Receita Federal; IFRO e UNIR; OTCA	Aquisição e atualização de sistemas e infraestrutura tecnológica; Integração e compartilhamento de bases de dados; Desenvolvimento de plataformas e soluções tecnológicas; Capacitação de equipes para uso e gestão dos sistemas; Estabelecimento de protocolos de intercâmbio de informações.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Criação de um programa de capacitação, incentivo e atuação voltado a servidores da segurança em áreas de fronteira, incluindo treinamentos técnicos e aperfeiçoamento em idiomas e culturas para qualificar profissionais e aprimorar a atuação integrada	A ação é necessária para fortalecer a segurança nas áreas de fronteira, aprimorar a capacitação técnica e cultural dos profissionais, promover a integração entre órgãos de diferentes níveis e aumentar a eficácia na prevenção e resposta a riscos e incidentes transfronteiriços.	Todos os municípios da Faixa de Fronteira	IFRO / UNIR; Academia Nacional de Polícia; Escolas de Polícia (Estaduais); Itamaraty; SEOPI;MJ; Consulados (Brasil/Bolívia); SENASP; Fundo Amazônia	Elaboração de conteúdos técnicos, linguísticos e interculturais; Viabilização de recursos e parcerias institucionais; Realização de treinamentos e cursos de aperfeiçoamento contínuo; Fortalecimento da atuação integrada entre órgãos.
Fortalecimento da infraestrutura, os recursos humanos e os equipamentos da área de segurança do município e da região do Cone Sul, incluindo viaturas, armamentos, embarcações e adequação das instalações existentes	A ação é necessária para aumentar a capacidade operacional da segurança pública, melhorar a resposta a incidentes, proteger pessoas e bens, e garantir atuação eficiente e integrada nas áreas críticas do município e da região do Cone Sul.	Municípios do cone sul (Pimenteiras, Vilhena, Cabixi, Cerejeira, Colorado, Corumbiara)	SESDEC; MJSP; Parlamentares; Polícia Militar; Polícia Civil; Bombeiros; Marinha; CENSIPAM	Elaboração de planos de investimento e modernização; Viabilização de recursos e aquisições; Ampliação e capacitação de recursos humanos; Aquisição de viaturas, embarcações e equipamentos; Adequação e melhoria das instalações existentes.
Criação de uma unidade integrada de fiscalização federal e estadual na dependência da Ponte Binacional	A ação é necessária para garantir fiscalização coordenada e eficiente na Ponte Binacional, fortalecendo a segurança, o controle de fronteira, a prevenção de ilícitos e a proteção de pessoas, mercadorias e recursos estratégicos entre os países.	Guajará-Mirim	PF; PRF; Justiça Federal; Exército; ANVISA; IDARON E MAPA (VIGIAGRO); Receita Federal; DNIT; SEDAM	Elaboração de acordos de cooperação entre entes federais e estaduais; Definição de competências e protocolos de atuação conjunta; Viabilização de recursos e infraestrutura; Implantação de sistemas integrados de controle e monitoramento.
Implementação de programas e mecanismos que ampliem a atuação do NEIFRO como articulador, promovendo projetos de desenvolvimento, segurança e integração regional e nacional	A ação é necessária para fortalecer o papel do NEIFRO como articulador estratégico, ampliar a implementação de projetos de desenvolvimento e segurança, e promover maior integração e coordenação entre os níveis regional e nacional.	Todos os municípios da Faixa de Fronteira	SEPOG-RO; Gabinete do Governador; MIDR; SEDEC-RO; EMATER; IDARON; BASA; BNDES; Fundo Amazônia; Censipam	Elaboração de planos e projetos de desenvolvimento, segurança e integração; Definição de protocolos e acordos de cooperação técnica com órgãos nacionais e internacionais; Capacitação de equipes e atores envolvidos.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Recomposição de quadros de segurança dos municípios para atendimento local	A ação é necessária para garantir a presença efetiva de profissionais essenciais à segurança e à justiça nos municípios, melhorar o atendimento à população, reduzir deslocamentos para serviços distantes e fortalecer a capacidade local de prevenção e resposta a incidentes.	Todos os municípios da faixa de fronteira	SESDEC-RO; SEAD-RO; TJ-RO; MPE/RO; DPE-RO; Ministério da Justiça; PF; PRF; CNJ e CNMP; Prefeituras	Planejamento e realização de concursos públicos e contratações; Viabilização de recursos orçamentários; Capacitação e formação continuada dos profissionais; Distribuição estratégica do efetivo; Integração com outras forças de segurança.
Promoção de iniciativas e estratégias para aproveitar o ingresso da Bolívia no Mercosul, fortalecendo integração comercial e econômica	A ação é necessária para aproveitar as oportunidades geradas pelo ingresso da Bolívia no Mercosul, ampliar o comércio e a cooperação econômica, fortalecer a integração regional e estimular o desenvolvimento econômico e produtivo dos territórios fronteiriços.	Estado de Rondônia	MRE; Receita Federal; Parlamento Do Mercosul (PARLASUL); Governo de Rondônia; FIERO; FECOMÉRCIO; IDARON; MAPA (VIGIAGRO); INMETRO; OTCA	Elaboração de estratégias de integração produtiva e logística; Viabilização de acordos e parcerias institucionais; Fortalecimento de cadeias produtivas e fluxos comerciais; Implementação de acordos para facilitação do comércio.



Foto: Marcello Sokal/Setur-RO

Subsídios do Ipea ao debate

Foto: Silva Júnior/MTur

Rondônia, a Amazônia e o Quadrante Rondon: subsídios para o debate sobre infraestrutura, bioeconomia e desenvolvimento fronteiriço[1]

Rondônia no Contexto Pan-Amazônico e Marco Institucional

As fronteiras amazônicas apresentam condição de hiperperiferia logística e produtiva, com impactos sobre bem-estar, desenvolvimento, segurança e soberania. Essa condição amplia vulnerabilidades (desmatamento, garimpo, trânsitos ilícitos) e limita oportunidades socioeconômicas e de sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, a dinâmica econômica recente aproxima o Brasil de vizinhos do Pacífico e do Caribe, abrindo novas oportunidades logísticas e produtivas que exigem planejamento e coordenação regional.

Entre 28 de maio e 5 de junho de 2024, três decretos centrais compuseram um novo arranjo de políticas: a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul (Decreto nº 12.034/2024), a Política Nacional de Fronteiras (Decreto nº 12.038/2024) e a Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024). No âmbito do MIDR (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional) foram editadas a Estratégia de Desenvolvimento Regional e Bioeconomia – BioRegio (Portaria nº 3.717, de 30 de novembro de 2023) e o Programa Fronteira Integrada (Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024). Esses marcos criam condições institucionais para articular integração física e digital, desenvolvimento fronteiriço e bioeconomia em chave pan-amazônica, desde que acompanhados de governança com os países vizinhos.

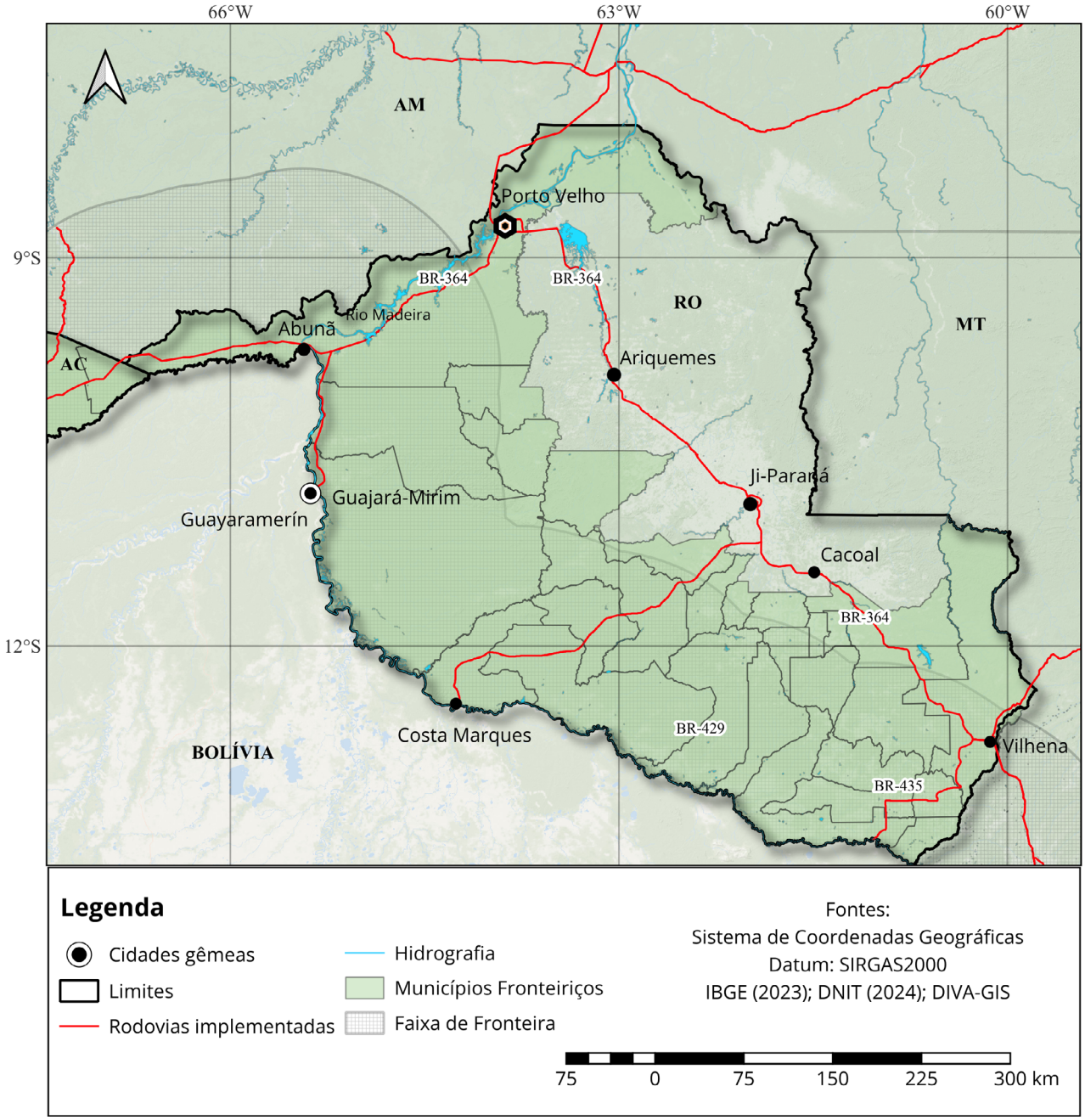
---

1. Esta nota foi preparada no âmbito do Projeto ***"Integração Regional: o Brasil e a América do Sul"*** da Diretoria de Estudos Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em cooperação com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), pelos pesquisadores: ***Pedro Silva Barros:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Luiz Marcelo Michelon Zardo:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Cláudio Alberto Castelo Branco Puty:*** *Professor associado da Universidade Federal do Pará (UFPA);* ***Corival Alves do Carmo:*** *Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS);* ***Helitton Christoffer Carneiro:*** *Assistente de pesquisa do Ipea;* ***Leandro Fontes Corrêa:*** *Assistente de pesquisa do Ipea e* ***Matheus Valadares da Silva:*** *Assistente de pesquisa do Ipea.*

No plano conceitual, adota-se a perspectiva da Pan-Amazônia - pensar a região como bioma e território interdependente - e os binômios interdependência–dissuasão e segurança-desenvolvimento para o fortalecimento da soberania, enfatizando que integração produtiva e infraestrutura devem caminhar com participação de entes subnacionais e privada. Destacam-se, ainda, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal como instâncias-chave de coordenação.
Rondônia não deve ser compreendida apenas como uma unidade federativa isolada, mas como parte integrante de uma realidade continental compartilhada com outros oito países amazônicos. A Pan-Amazônia constitui uma unidade territorial contínua, onde a bacia hidrográfica e a cobertura florestal ignoram divisões administrativas, exigindo que o planejamento estatal brasileiro considere essa escala transnacional. Dentro deste ecossistema, o estado de Rondônia assume a função de estado articulador, um nó logístico essencial na costura entre a Amazônia brasileira, os Andes e o Oceano Pacífico.

Rondônia localiza-se na porção sudoeste da região Norte do Brasil, fazendo fronteira com os estados do Amazonas, Mato Grosso e Acre, além de fazer limite internacional com a Bolívia. Criado em 1981, o estado apresenta posição estratégica na Amazônia brasileira, marcada por importantes eixos de circulação e integração regional. Sua capital, Porto Velho, constitui o principal centro urbano e administrativo do estado. No contexto amazônico, Rondônia destaca-se pela dinâmica de ocupação recente e por sua relevância nas conexões territoriais entre a Amazônia, o Centro-Oeste brasileiro e os países vizinhos da América do Sul.

Mapa 1 - Estado de Rondônia



Fonte: Projeto “Integração Regional: o Brasil e a América do Sul”. Elaborado pelos autores (2026).

Historicamente, a integração física do estado foi pautada por uma lógica de fronteira defensiva ou de expansão agrícola interna. Contudo, a tese contemporânea de integração regional propõe que o estado atue como um elo para os fluxos produtivos do Centro-Oeste e do Norte do Brasil em direção aos mercados andinos e às rotas transoceânicas. Esta mudança de paradigma reposiciona a infraestrutura rondoniense como vetor de uma rede interoceânica, onde a interconexão Atlântico-Pacífico se dá pela integração de eixos rodoviários, como a BR-364, e hidroviários, como os da bacia do rio Madeira.

O conceito do Quadrante Rondon é central nesta análise. Inclui a área mais relevante do território nacional que do ponto de vista logístico está mais próxima de portos do Pacífico do que dos portos tradicionais brasileiros do Atlântico. Essa perspectiva pode romper com o isolamento histórico da região e coloca a fronteira com a Bolívia — a mais extensa do país, com 1.342 km apenas em território rondoniense — como uma plataforma de conexão econômica e social. A integração pan-amazônica torna-se, assim, uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável, permitindo que a infraestrutura seja pensada de forma regional e não estritamente nacional.

O Quadrante Rondon é a parte do território sul-americano com vértice em Arica (ou na fronteira litorânea sul da região mais ao norte do Chile, Arica y Parinacota, -19.2, -70.2), abrangendo principalmente o território boliviano, mas também os extremos oeste do Arco Central brasileiro, do norte do Chile e do sudeste do Peru. A aresta latitudinal do Quadrante Rondon, entre 19° e 9° sul, se estende justamente entre Arica e Corumbá/MS, próximo à fronteira com a Bolívia, entre as longitudes, 70° e 57° oeste. Já sua aresta longitudinal parte dela, cruza Assis Brasil/AC, próximo à tríplice fronteira com Bolívia e Peru, e avança ao interior do Acre, pouco ao norte de sua capital. Pelos trajetos pavimentados hoje, via Bolívia, Ladário está a menos 1.800 km do porto de Arica, o principal do norte chileno e principal ponto de entrada de mercadoria do Pacífico para a Bolívia. Coincidentemente, Arica (18° 28' S) e Ladário (19º00') se localizam em latitudes muito próximas. De Assis Brasil a Arica a distância por vias pavimentadas, via Peru, é de pouco mais de 1.300 km. A efeito de comparação, Assis Brasil/AC e Ladário estão, respectivamente, a aproximadamente 3.900 km e 1.500 do km do porto de Santos/SP– e 3.300 e 3.000 km do porto de Belém do Pará.

A organização institucional de Rondônia na faixa de fronteira é regida por instrumentos que buscam mediar a relação bilateral entre Brasil e Bolívia. O marco legal fundamental para o desenvolvimento destas áreas é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFF), que visam reduzir as desigualdades socioterritoriais e promover a ativação produtiva em zonas periféricas.

No âmbito diplomático e jurídico, destaca-se o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV)[2], que pode prover um regime jurídico simplificado para o trânsito de pessoas, bens e serviços em cidades-gêmeas como Guajará-Mirim e Guayaramerín. Esse acordo é vital para a governança local, pois reconhece a interdependência cotidiana dessas populações, que frequentemente demandam serviços públicos (saúde e educação) e privados de ambos os lados da fronteira.

Complementarmente, a estrutura institucional é reforçada pela atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) através das Áreas de Livre Comércio (ALC). Em Rondônia, a ALC de Guajará-Mirim funciona como um instrumento de fomento econômico que oferece incentivos fiscais para internalizar mercadorias e estimular o comércio regional. Existe ainda o potencial inexplorado da Zona Franca Verde[3], que visa incentivar indústrias que utilizem matérias-primas de origem regional, alinhando o desenvolvimento econômico compatível com a manutenção da floresta em pé.

A governança dessas iniciativas exige uma participação ativa de atores subnacionais e do setor privado, superando o modelo tradicional centralizado no governo federal. A institucionalidade regional deve ser capaz de articular planos diretores conjuntos entre as cidades-gêmeas, garantindo que o desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicação seja adaptado às realidades e necessidades amazônicas, respeitando o patrimônio ambiental e os direitos das populações indígenas e tradicionais.

Caracterização da Fronteira de Rondônia

A caracterização da fronteira de Rondônia é definida por uma extensão de 1.342 km de limites com a Bolívia, o que representa a porção mais longa da maior fronteira seca e fluvial do Brasil. Esse território não é apenas uma linha de demarcação política, mas um espaço geográfico estruturado por uma densa rede hidrográfica que compõe a bacia do rio Madeira. Os rios Guaporé/Iténez, Mamoré, Madeira e Abunã formam a espinha dorsal desta região e, historicamente, funcionaram mais como vias de comunicação e integração do que como barreiras físicas. A navegação fluvial nestes cursos d'água foi a base para os primeiros ciclos de ocupação e permanece, até hoje, como o principal modal para comunidades isoladas e para o comércio transfronteiriço de pequena escala.

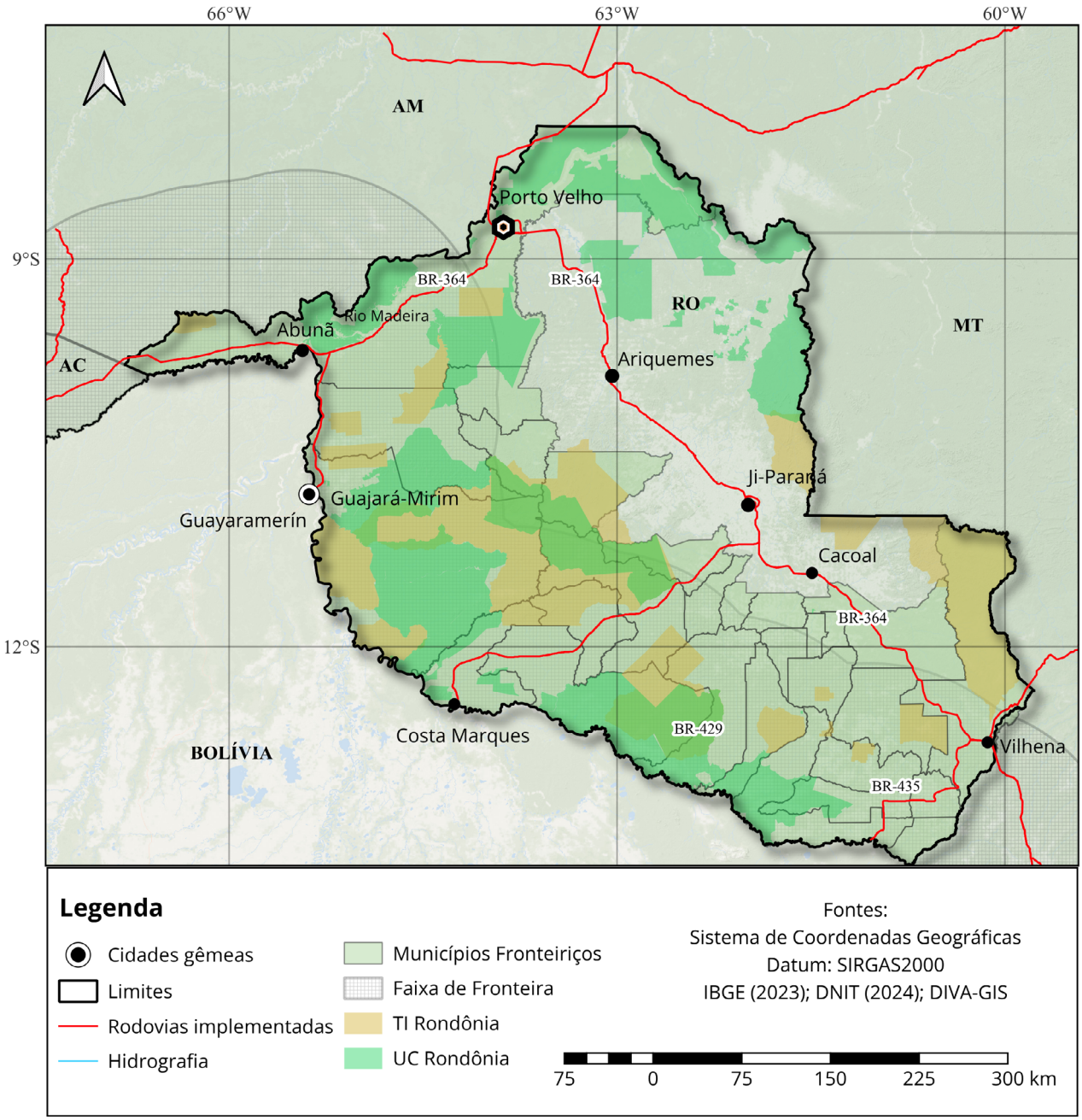
No centro dessa dinâmica está o aglomerado binacional formado pelas cidades-gêmeas de Guajará-Mirim, no lado brasileiro, e Guayaramerín, no lado boliviano. Essas cidades compõem o principal polo de interação

2. Por acordos de localidades fronteiriças vinculadas, entendem-se tratados bi ou plurinacionais que regulem e estimulem os fluxos transnacionais entre residentes de regiões de fronteira.
3. A Zona Franca Verde (ZFV) é um regime instituído pela Lei nº 11.898/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.597/2015, concedendo isenção de IPI para atividades de beneficiamento industrial em áreas de livre comércio (ALCs) da Suframa, com a condicionalidade de que se empreguem, predominantemente, matérias-primas regionais de origem animal, vegetal ou mineral.

socioespacial da região, funcionando como um laboratório de integração regional. A vida nestas localidades é marcada por uma profunda interdependência cotidiana, onde o fluxo de pessoas, bens e serviços ocorre de maneira intensa e, muitas vezes, informal. Esse regime de circulação particular consolidou uma identidade transfronteiriça única, onde a fronteira é percebida como um espaço de oportunidades e de vida compartilhada, superando a visão clássica de limite soberano.

A demografia desta zona de fronteira revela uma forte presença de populações originárias e tradicionais, o que confere ao território uma complexidade cultural singular. Em Guajará-Mirim, o percentual de pessoas que se autodeclaram indígenas atinge 13,9%, um contraste significativo com a média estadual de 1,34%. Esse perfil populacional está diretamente vinculado à existência de um mosaico de áreas protegidas que cercam o perímetro urbano e definem os limites de expansão da cidade. No lado brasileiro, destacam-se as Terras Indígenas (TI) Igarapé Ribeirão, Igarapé Lage e Karipuna, além de unidades de conservação estratégica como o Parque Estadual de Guajará-Mirim e a Reserva Extrativista Rio Ouro Preto (Mapa 2).

Mapa 2 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas no estado de Rondônia



Fonte: Projeto "Integração Regional: o Brasil e a América do Sul". Elaborado pelos autores (2026).

Esses territórios funcionam como cinturões de preservação que limitam a expansão da fronteira agrícola rondoniense — marcada pela soja e pecuária — e garantem a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais. A gestão desses espaços, pautada pelo modelo de desenvolvimento compatível com a floresta em pé, é o que diferencia a região de Guajará-Mirim do eixo consolidado da BR-364. A proteção dessas áreas é monitorada por sistemas como o MapBiomas[4], que demonstra que, embora Rondônia enfrente pressões constantes de desmatamento, as áreas lindeiras aos rios Mamoré e Guaporé preservam grandes maciços florestais vitais para a biodiversidade da Pan-Amazônia.

Socioeconomicamente, a fronteira rondoniense enfrenta o desafio de superar a condição de hiperperiferia logística. A ausência de uma ponte internacional entre Guajará-Mirim e Guayaramerín é o símbolo máximo deste isolamento. Atualmente, todo o transporte de cargas e passageiros depende exclusivamente de balsas e embarcações menores (catraias), o que eleva os custos e aumenta o tempo de travessia. A infraestrutura disponível é, em grande parte, herdeira de ciclos econômicos passados, como o da borracha e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que deixaram marcas profundas na história regional, mas que hoje não atendem às demandas de uma integração produtiva moderna.

A revitalização dessa área passa pelo fortalecimento de marcos institucionais geridos pela Suframa, especificamente a Área de Livre Comércio (ALC) de Guajará-Mirim. Este instrumento busca compensar as desvantagens logísticas através de incentivos fiscais voltados para a industrialização regional e a internalização de mercadorias. Além disso, a Zona Franca Verde apresenta-se como um potencial inexplorado para atrair indústrias que utilizem matérias-primas locais, agregando valor aos produtos da biodiversidade e da piscicultura regional, como o Tambaqui e o Pirarucu.

A demanda por serviços transfronteiriços é um aspecto central que define a vida na fronteira. Observa-se um fluxo constante onde brasileiros cruzam para o lado boliviano em busca de produtos comerciais e bens de consumo, enquanto a população boliviana acessa de forma rotineira o sistema público de saúde (SUS) e as instituições de ensino no lado brasileiro. Esse compartilhamento de infraestrutura social evidencia que Guajará-Mirim e Guayaramerín funcionam como uma única unidade funcional urbana, apesar da divisão política.

4. O MapBiomas é uma rede global e multi-iinstitucional, formada por universidades, ONGs e empresas de tecnologia que monitora as transformações na cobertura e no uso da terra nos territórios e seus impactos. Plataforma disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/o-projeto/

Essa realidade exige uma transição para modelos de governança mais sofisticados. A ausência de um Plano Diretor Conjunto[5] binacional resulta em lacunas na gestão de resíduos sólidos, saneamento básico e ordenamento territorial. É fundamental que o desenvolvimento da infraestrutura dura (como a futura ponte binacional) seja acompanhado por uma arquitetura institucional que permita a interoperabilidade documental e sanitária. Somente através de um planejamento urbano-territorial integrado será possível garantir que a integração física cumpra seu papel de indutora do desenvolvimento regional, transformando Rondônia em um nó articulador soberano entre a Amazônia, os Andes e o Pacífico.

Infraestrutura: eixo de integração e o salto para o Pacífico

A infraestrutura em Rondônia deve ser compreendida como a base material e organizacional de uma mudança de escala no papel do estado na integração regional sul-americana. Mais do que um conjunto de obras voltadas à circulação de mercadorias e pessoas, ela constitui o suporte concreto para a transição de uma economia fortemente associada à fronteira agrícola e ao escoamento de commodities para uma plataforma logística-produtiva articulada ao Quadrante Rondon. Essa transformação, contudo, parte de uma realidade territorial marcada por profundas assimetrias. De um lado, o estado já dispõe de eixos consolidados e de alta produtividade, como a BR-364 e a Hidrovia do Rio Madeira, que sustentam uma plataforma agroexportadora robusta e integrada a rotas voltadas ao Atlântico. De outro, persistem áreas de baixa conectividade e reduzida densidade infraestrutural, especialmente nas zonas de contato direto com a Bolívia. O caso mais emblemático é o aglomerado Guajará-Mirim–Guayaramerín, onde a ausência de conexão física permanente e a dependência de travessias fluviais lentas e custosas revelam uma condição de hiperperiferia logística que limita o potencial de integração regional.

A centralidade dessa área decorre também de sua espessura histórica. Guajará-Mirim e Guayaramerín estão inseridas na região marcada pelo ciclo da borracha no final do século XIX e início do século XX e foram diretamente afetadas pelos desdobramentos do acordo firmado entre Brasil e Bolívia em 1903, no contexto da questão do Acre. Naquele arranjo, o Brasil comprometeu-se a construir uma ferrovia que conectasse os dois países e ampliasse os canais de escoamento da produção boliviana para o exterior. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi concebida como instrumento para superar as cachoeiras e corredeiras dos rios Madeira e Mamoré e permitir à Bolívia acesso ao Atlântico. No entanto, quando foi concluída, em 1912, a Bolívia já havia consolidado acordos com Chile e Peru para utilizar portos do Pacífico, e a concentração de sua economia na porção andina e ocidental do país reduziu a relevância estratégica daquele corredor.

5. Refere-se, aqui, a arranjos institucionalizados de diálogo que permitam o endereçamento mais efetivo de problemas compartilhados, assim como a identificação e o usufruto conjunto das oportunidades existentes - constituindo uma espécie de plano diretor binacional. Nesse sentido, um bom referencial é o modelo de consórcio internacional de fronteira, existente entre Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Argentina). Ainda que semelhante instrumento não possua força jurídica diante das legislações nacionais de cada país, seu potencial papel diretivo e orientativo auxiliaria no ordenamento da integração transfronteiriça.

Posteriormente, já nos anos 1960, os termos do acordo foram renegociados, a ferrovia foi desmontada e consolidaram-se as rodovias BR-364 e BR-425, ambas ainda carentes de melhorias. Permaneceram na região os vestígios físicos da ferrovia e as homenagens a esse passado, mas a promessa de integração não se completou. A principal pendência histórica remanescente foi a construção da ponte entre Guajará-Mirim e Guayaramerín.

A ausência dessa ponte constitui um dos maiores gargalos infraestruturais da fronteira entre Rondônia e Bolívia. Não se trata apenas da falta de uma travessia fixa sobre o rio Mamoré, mas de uma limitação estrutural que encarece os fluxos, reduz a competitividade regional e mantém a integração em bases precárias. Após décadas de protelação, apenas em 2025 foram finalizados os procedimentos burocráticos para a contratação da construção, atendendo a uma demanda histórica das populações dos dois lados da fronteira. A conclusão da obra tende a consolidar a estratégia dos corredores bioceânicos e a reforçar a conexão de Rondônia com o Pacífico, o que, nesse caso, pode aprofundar a tendência exportadora do estado em direção ao Pacífico. Ainda assim, a ponte não deve ser lida como solução autônoma. O desafio central reside na forma como Guajará-Mirim será inserida nesse processo. Sem estrutura logística de apoio, planejamento territorial e coordenação institucional, a nova conexão pode ampliar fluxos sem induzir desenvolvimento regional qualificado.

Mesmo sem a ponte, os vínculos entre as duas cidades já se realizam intensamente no cotidiano. A travessia de pessoas ocorre por lanchas rápidas que fazem dezenas de deslocamentos diários entre os dois portos. Os brasileiros realizam o transporte para a Bolívia, e os bolivianos fazem o percurso inverso. No lado brasileiro, há maior presença formal de controle, em tese com passagem por área da Receita Federal, embora, não tenham sido observadas interpelações efetivas aos transeuntes durante a visita-técnica realizada. No lado boliviano, o nível de controle é menor, em parte em razão da própria dificuldade de acesso e da menor presença do Estado naquela região. Isso mostra que a ausência da ponte não impediu a formação de circuitos sociais e comerciais entre as duas cidades, mas também evidencia que esses fluxos ocorrem em condições operacionais limitadas, pouco compatíveis com uma estratégia de integração de maior escala.

As fragilidades tornam-se ainda mais visíveis no transporte de cargas e veículos. As balsas operam segundo uma lógica ineficiente, na qual as brasileiras saem cheias do Brasil e retornam vazias da Bolívia, enquanto as bolivianas saem cheias da Bolívia e voltam vazias. Além disso, os caminhões não atravessam diretamente. A carga é descarregada de um caminhão, transferida para a balsa, levada ao outro lado do rio e então novamente carregada em outro veículo. Essa intermodalidade rodoviário-fluvial, tal como hoje se organiza, representa um custo desnecessário, amplia o tempo de circulação e compromete a racionalidade logística da fronteira. A situação é agravada pelo fato de que o porto oficial já construído não estava operando no momento da visita realizada em agosto de 2025 de modo que o embarque e desembarque ocorriam em

um porto improvisado ao lado da estrutura formal. Ao mesmo tempo, o transporte ilegal de pequenas cargas tende a ocorrer por meio de canoas. O problema, portanto, não é apenas a ausência de uma grande obra, mas a coexistência entre estruturas oficiais inoperantes e soluções improvisadas que sustentam a circulação cotidiana de maneira precária.

Esse cenário ganha maior relevância quando se observa o isolamento relativo de Guayaramerín no interior do território boliviano. As conexões da cidade com Trinidad, Santa Cruz e La Paz ainda são precárias, o que torna a integração com o Brasil particularmente importante não apenas para as relações bilaterais, mas para a própria articulação territorial daquela porção da Bolívia. O exemplo do trajeto do combustível é revelador. O combustível sai da base da Petrobras em Senador Canedo, segue até Corumbá e depois para Santa Cruz de la Sierra. Em seguida, é transportado por caminhões até Trinidad, onde é transferido para tanques terrestres e embarcado em balsa para um percurso fluvial de cerca de 1.000 quilômetros até Guayaramerín. Nessa cidade, é novamente transferido para caminhões e carretas que abastecem a própria Guayaramerín, Riberalta e Cobija, utilizando-se, neste último caso, rodovias brasileiras para evitar trechos não pavimentados da Bolívia. Esse circuito evidencia que a integração com o Brasil já opera, na prática, como solução logística para carências de conectividade no lado boliviano. Também demonstra que a ausência de infraestrutura contínua multiplica transbordos, eleva custos e torna os fluxos excessivamente dependentes de arranjos longos e complexos.

Nesse contexto, a infraestrutura em Rondônia não pode ser reduzida à chamada infraestrutura dura. A hipótese central desta seção é que obras físicas e arquitetura institucional devem ser concebidas em simultâneo. A infraestrutura dura envolve a ponte binacional, os acessos rodoviários pavimentados, os postos aduaneiros, as estruturas de armazenagem, os terminais multimodais, as cadeias de frio, as instalações portuárias, a conectividade energética e as redes de telecomunicações. Já a arquitetura institucional compreende os mecanismos que tornam essa base material funcional e de fato integradora: interoperabilidade documental, sanitária e aduaneira, coordenação entre entes nacionais e subnacionais, planos diretores conjuntos e instrumentos de monitoramento dos cronogramas e acordos. Sem essa articulação, grandes obras tendem a operar apenas como sinais aparentes de integração, sem produzir desenvolvimento regional consistente. Por isso, a instalação de Postos Integrados de Fronteira é decisiva. A lógica do balcão único, com controle migratório e aduaneiro em um mesmo ponto, é fundamental para reduzir a burocracia duplicada e os tempos de espera. Os postos aduaneiros hoje estão inoperantes, o que constitui obstáculo direto à integração logística mais densa e eficiente.

A atual pujança exportadora depende majoritariamente de rotas voltadas ao Atlântico, seja em direção aos portos do Sudeste, seja pela Hidrovia do Rio Madeira com saída por Itacoatiara e Santarém. A proposta de integração via Pacífico busca alterar parcialmente essa lógica ao conectar a produção rondoniense e do

Centro-Oeste aos portos de Ilo e Matarani, no Peru, por meio da Bolívia. Essa alternativa logística poderia contribuir para o ganho de eficiência na distribuição. Nessa perspectiva, a ponte sobre o Mamoré deve ser entendida como componente de um rearranjo logístico de alcance regional.

Para que isso ocorra, entretanto, é necessário estruturar uma rede mais ampla de apoio. Em Guajará-Mirim, isso implica a criação de plataformas de armazenagem e terminais multimodais aptos a processar tanto os grãos e cargas da agroindústria tradicional quanto os produtos perecíveis da bioeconomia amazônica. No campo energético, Rondônia apresenta situação singular. Ainda que nem todos os municípios do estado estejam integrados ao Sistema Elétrico Nacional, há excesso de oferta de energia em razão das usinas de Santo Antônio e Jirau. Essa disponibilidade tende a aumentar em função do acordo celebrado com a Bolívia para permitir a ampliação da capacidade da Usina de Jirau, com parte da energia destinada à região boliviana de fronteira, que enfrenta escassez elétrica. Isso sugere a possibilidade de complementaridade energética como suporte à integração e ao eventual processamento produtivo local.

A conectividade digital constitui outro componente indispensável. A integração demanda melhora da cobertura e da capacidade da telefonia móvel, além da expansão da internet de alta qualidade. Em uma região em que os fluxos cotidianos entre cidades-gêmeas já são intensos, a precariedade digital reduz a capacidade de coordenação econômica, de gestão pública e de presença estatal. Em perspectiva maximalista, o ideal seria que as ligações nas regiões de fronteira fossem tratadas como chamadas locais, a exemplo do que foi proposto em projeto piloto entre Brasil e Peru para Assis Brasil e Iñapari. A medida teria importância prática para fortalecer os vínculos comerciais e sociais entre núcleos urbanos fronteiriços, reduzindo custos de comunicação e aproximando espacialidades que, na prática, já se articulam cotidianamente.

A estratégia de integração não pode, ademais, restringir-se ao modal rodoviário. Embora a ponte seja peça central, o próprio material ressalta a necessidade de avaliar as possibilidades do transporte hidroviário, considerando as condições hidrográficas da região e a ausência de estradas ou vias asfaltadas conectando várias localidades. Outro modal presente na agenda é a ferrovia bioceânica, de interesse direto da Bolívia. Há ainda a questão aeroportuária. Guayaramerín já teve aeroporto e a área ainda existe, mas não há voos nem condições ideais de operação. Com a construção da ponte, pode surgir demanda adicional por voos inclusive por parte da população boliviana. Isso indica que a racionalidade infraestrutural da região deve ser multimodal e não dependente de uma única solução.

A governança dessa transformação exige, por fim, abordagem multiescalar. No nível federal, é urgente consolidar bases geoespaciais e jurídico-administrativas capazes de monitorar cronogramas do DNIT e o cumprimento dos acordos bilaterais. No nível local e subnacional, as cidades-gêmeas devem desenvolver Planos Diretores Conjuntos, essenciais para ordenar o crescimento urbano que poderá ser induzido

pela ponte e pelo aumento do fluxo de cargas e pessoas. Em contexto amazônico, essa governança deve incorporar salvaguardas socioambientais rigorosas, de modo a evitar que a nova acessibilidade se converta em vetor de desmatamento ilegal. Por isso, a manutenção da floresta em pé deve ser tratada como ativo econômico, e a infraestrutura deve servir também ao escoamento de produtos de maior valor agregado associados à bioeconomia, como a piscicultura, na qual Rondônia se destaca com o Tambaqui e o Pirarucu, além de óleos vegetais e madeiras certificadas.

A discussão infraestrutural também se articula à questão das zonas francas e das zonas de integração fronteiriça. Guayaramerín foi zona franca comercial entre 1995 e 2010, quando perdeu esse status, o que reflete as dificuldades econômicas da região e a baixa atenção recebida a partir de La Paz. Guajará-Mirim continua sendo área de livre comércio, mas não aproveita plenamente os benefícios dessa condição em razão da insuficiência de investimentos e da precariedade da infraestrutura. Nesse contexto, a construção da ponte pode funcionar como meio para impulsionar a zona franca de Guajará-Mirim e, eventualmente, estimular a retomada de um mecanismo semelhante em Guayaramerín. Em janeiro de 2025, o deputado Oscar Balderas apresentou o PL 337/24 para a criação de uma Zona Franca Comercial e Industrial em Guayaramerín. Segundo a justificativa mencionada no material, essa medida poderia fortalecer o comércio exterior, atrair investimentos estrangeiros, gerar emprego e desenvolvimento, aprofundar as relações com o Brasil e impulsionar os investimentos em infraestrutura necessários para a região. As relações comerciais já existentes entre as duas cidades são assimétricas, já que bolivianos compram no Brasil alimentos e materiais de construção, enquanto brasileiros atravessam para adquirir vestuário, brinquedos e outros bens importados mais baratos. Nesse quadro, a formulação de uma Zona de Integração Fronteiriça aparece como caminho mais abrangente para organizar as relações entre as duas cidades, definindo marcos econômicos, sociais, políticos e territoriais em bases binacionais.

Em síntese, a infraestrutura em Rondônia atravessa um momento de inflexão. O estado já dispõe de base exportadora consolidada, excedente energético relevante e posição estratégica para projetar-se em direção ao Pacífico. Contudo, essa potencialidade permanece limitada por gargalos históricos, pela precariedade da fronteira com a Bolívia e pela insuficiente articulação entre obras físicas e mecanismos institucionais. A ausência da ponte entre Guajará-Mirim e Guayaramerín tornou-se o principal símbolo dessa limitação e, simultaneamente, a principal promessa de sua superação. Ainda assim, a ponte só produzirá efeitos estruturantes se estiver articulada ao funcionamento efetivo dos postos aduaneiros, à melhoria dos acessos, à ampliação da conectividade digital, à integração energética, à consideração dos diferentes modais, ao planejamento urbano conjunto e à construção de instrumentos jurídicos e políticos de integração fronteiriça. É dessa articulação, e não de uma obra isolada, que depende a conversão de Rondônia em uma plataforma de integração regional mais funcional, conectada e estrategicamente orientada para o Pacífico.

Produção e Bioeconomia[6]

A análise da produção e da bioeconomia em Rondônia, com foco no município fronteiriço de Guajará-Mirim, revela um cenário de contrastes profundos entre a pujança das commodities agroexportadoras e o potencial ainda latente dos produtos compatíveis com a floresta em pé.

Em 2024, os dois principais produtos agrícolas produzidos em Rondônia - e em Guajará-Mirim-RO - foram a soja e o milho, culturas que nos últimos anos se expandiram fortemente no estado, mas que não se enquadram no conceito de produtos compatíveis com a floresta em pé ou da bioeconomia. Ambas commodities agrícolas foram destaques estaduais em termos de volume de produção, com 2,2 milhões e 1,7 milhão de toneladas, respectivamente. Embora esses grãos não se enquadrem nos critérios de bioeconomia de conservação, eles consolidam a posição do estado como um competidor global, impulsionado pela eficiência logística do eixo da BR-364 e do Rio Madeira. Outros produtos agrícolas rondonienses, com menores escalas produtivas, também destacaram-se, como ocorreu com a mandioca, o café, o arroz, a banana, o urucum, o palmito, múltiplas frutas e outros. Parte expressiva dessa produção em menor escala é voltada ao consumo interno e regional.

O estado de Rondônia é o grande expoente da produção de café canephora na região Norte, sendo responsável por 97,6% (ou 170,2 mil toneladas) do total produzido na referida região. Também é o segundo principal produtor nacional desse tipo de café, atrás do Espírito Santo. Apesar da região Norte representar pouco mais de 5% da produção cafeeira nacional (somando o canephora e arábica), o grau de concentração da cafeicultura nortista em Rondônia é notório, sobretudo por se tratar de uma cultura historicamente vinculada à produção nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

O estado de Rondônia é o segundo principal produtor de cacau da região Norte, sendo responsável por uma produção estimada em 8,7 mil toneladas, atrás apenas da paraense, com 137 mil toneladas. Mesmo apresentando uma escala produtiva – em volume - bastante menor que a do Pará, a cacauicultura rondoniense vem recebendo notoriedade quanto a qualidade de seu produto, cuja produção se deu, majoritariamente, em Jaru-RO, Ouro Preto do Oeste-RO, Governador Jorge Teixeira (RO), Buritis (RO), Machadinho D'Oeste (RO) e outros.

6. Em razão da não existência de classificações específicas sobre produção da bioeconomia, com abrangência que contemple até o nível municipal brasileiro, optou-se por mapear toda a produção do setor primário - com exceção do extrativismo mineral - existente no estado de Rondônia e no município fronteiriço de Guajará-Mirim-RO, em 2024. Buscou-se, primeiro, apresentar quais foram as dimensões produtivas de cada município e estado selecionados, independentemente do perfil do produto primário e, posteriormente, analisar em seção específica a produção local que é compatível com a floresta em pé. Para referenciar a produção agropecuária formal rondoniense, foram utilizadas as base de dados disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente as pesquisas de Produção Agrícola Municipal (PAM), de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) e a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

A produção agrícola de Guajará-Mirim-RO, contudo, apresentou apenas modesta participação no setor produtivo rondoniense. O relativo isolamento e as carências em infraestrutura de integração no setor de transportes, energia e comunicação em Guajará-Mirim-RO impactam decisivamente a dinâmica produtiva do município vizinho à Guayaramerín, na Bolívia. Mesmo assim, há inegável potencial de adensamento econômico-produtivo, especialmente com a execução da ponte binacional sobre o rio Mamoré e maior integração econômico-produtiva junto ao Quadrante Rondon. Essa produção local, embora em menor escala quantitativa, possui um potencial estratégico de adensamento produtivo. A execução da ponte binacional sobre o rio Mamoré e a integração ao Quadrante Rondon podem funcionar como catalisadores da dinâmica produtiva local, que poderão acessar em alguma medida, via comércio exterior, os mercados boliviano e andino. Ao integrar-se aos vizinhos sul-americanos e reduzir as distâncias logísticas para o Pacífico, Rondônia tem a oportunidade histórica de tornar-se um nó logístico-produtivo vital da Pan-Amazônia.

Os dados da produção rondoniense, em milhares de reais, também reforçam o peso da cafeicultura no estado, sobretudo na geração de renda. A produção agrícola de café (em grão) foi responsável pelo segundo maior volume de recursos, atrás apenas da produção de soja. Em termos comparativos, o preço da produção de café rondoniense totalizou - em média - 17 mil reais por tonelada, enquanto que o volume equivalente de milho, alcançou 1.670 reais. Vale sublinhar que tanto o café, como a soja, o milho e o algodão produzidos no estado são produtos que ganham cada vez mais espaço no mercado internacional, sendo cada vez mais centrais nas exportações de Rondônia.

Ao longo do presente relatório será possível perceber que a produção de alguns produtos, como o açaí e a borracha, serão analisadas não somente a partir da produção agrícola dos estados e municípios selecionados, mas também a partir da produção do extrativismo vegetal. Vale ressaltar que a diferença fundamental reside no fato de a produção da primeira (agrícola) estar relacionada com práticas de manejo e cultivo, enquanto que a produção da última (extrativismo) se dá em áreas de ocorrência espontânea da cultura.

Quanto à produção do extrativismo vegetal em Rondônia e Guajará-Mirim-RO, no ano de 2024, foram elencados os produtos compatíveis com a floresta em pé. De maneira geral, a produção da extração vegetal rondoniense foi bastante modesta, sendo o principal produto alimentício, em volume produzido, a castanha-do-pará, com 1.042 toneladas, equivalente a 3,1% da produção nortista e a 3% da produção nacional. O segundo principal produto alimentício oriundo de atividades do extrativismo vegetal em Rondônia foi o açaí, com 1.038 toneladas, montante que representou tão somente 0,45% da produção do Norte. Em 2024, a produção de castanha-do-pará no estado foi estimada em R$ 6,7 milhões, a do açaí somou R$ 5,4 milhões e a do palmito R$ 1,7 milhão, valores relativamente baixos quando comparado à produção per capita da região Norte.

Com relação aos produtos não alimentícios do extrativismo vegetal que são compatíveis com a floresta em pé, destacaram-se a produção rondoniense de itens aromáticos e medicinais (sementes de urucum) e óleo de copaíba. Estes, apesar da pequena escala produtiva local, apresentam grande potencial não somente de escalar a produção (em termos quantitativos), mas de fazê-la de maneira qualitativa, agregando valor em cadeias produtivas sustentáveis.

Houve baixa produção per capita do extrativismo vegetal rondoniense. O estado está abaixo da média da região Norte para boa parte dos produtos. Todavia, a análise específica de Guajará-Mirim-RO elucida que o município, em termos per capita, está acima das estatísticas do estado na produção de açaí, castanha-do-pará, sementes de urucum e óleo de copaíba.

Mesmo com uma produção do extrativismo vegetal superior à brasileira, em valor per capita, o estado de Rondônia precisa avançar consideravelmente para alcançar a produção do Norte. Em termos de produção compatível com a floresta em pé, o destaque da economia rondoniense não está no extrativismo vegetal, mas na piscicultura desenvolvida no estado. Outra forte atividade econômica em Rondônia - não relacionado com a bioeconomia - é a pecuária, especialmente a bovina, cujo nível de produção impacta as crescentes exportações de proteína animal do estado.

Para se ter uma dimensão produtiva da pecuária bovina em Rondônia, basta dimensionar que, em 2024, o estado tinha um rebanho superior a 18,2 milhões de cabeças de gado; produção equivalente a 11,5 cabeças de gado por cidadão rondoniense. Este último valor foi, inclusive, significativamente superior à produção per capita brasileira, que alcançou tão somente 1,2 cabeça de gado por habitante e à produção per capita nortista, com 3,7 cabeças de gado por residente. O município fronteiriço de Guajará-Mirim-RO apresentou uma produção bovina de 170,8 mil cabeças de gado e uma produção per capita de 4,3 cabeças de gado por habitante, valor acima da média da região Norte, mas bastante abaixo das rondonienses.

Por fim, sobre a dimensão produtiva formal da aquicultura nortista[7], grande produtora de peixes à nível nacional, foram destaques, principalmente, a produção de tambaqui (93,1 mil toneladas, equivalente à 77%

7. Diferentemente da pesca, que baseia-se na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural, a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado. Segundo a Embrapa, uma das diferenças entre as duas atividades é que a primeira, por ser extrativista, apresenta um menor nível de controle quanto aos volumes produzidos, tendo em vista a imprevisibilidade característica da pesca. Por outro lado, a aquicultura apresenta um maior controle no que se refere ao planejamento e regularidade da produção, possibilitando produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar. Os dados apresentados ao longo do relatório referem-se a produção da aquicultura nortista, com destaque para a dinâmica da piscicultura. Todas as informações de produção foram extraídas da base de dados do IBGE. Finalmente, vale reforçar que a atividade formal ou informal da pesca, mesmo não dimensionada na categoria aquicultura, desempenha um papel de grande relevância, respondendo por parcela significativa do consumo local, inclusive nas regiões de fronteira.

da produção brasileira), tambacu e tambatinga (11,7 mil toneladas, que representam 25% da produção nacional), matrinxã (3,9 mil toneladas, 72% da produção nacional), pirarucu (1,3 mil toneladas, 76%), pirapitinga (1,28 mil toneladas, 70%), entre outros.

Cada estado da região Norte apresenta suas próprias dinâmicas produtivas quanto à piscicultura. Enquanto alguns estados apresentam maior diversidade produtiva e escala, outros registram restritos produtos e modestos volumes de produção. Os dados de Rondônia indicam uma robusta produção, especialmente de Tambaqui. Cabe lembrar que a capital nacional do Tambaqui é o município rondoniense de Ariquemes, onde a piscicultura é bastante desenvolvida. Em 2024, a produção estadual do referido peixe totalizou mais de 52,9 mil toneladas, volume equivalente à 56,8% da produção nortista e à 43,8% da produção nacional.

O pirarucu é outro peixe amazônico com produção e participações expressivas em Rondônia. A produção no estado atingiu 827 toneladas, montante que representou 61,5% da produção da região Norte e 46,5% da produção brasileira. Há estados no Norte - como é o caso do Pará - que até possuem uma maior diversidade de produtos da aquicultura, entretanto, em termos de escala produtiva - em toneladas - a posição de Rondônia é de consolidada liderança, mesmo que com uma diversidade menor de peixes, graças à dinâmica produtiva do tambaqui rondoniense.

Recomendações para a Integração e o Desenvolvimento Sustentável

As recomendações para o fortalecimento da integração regional e do desenvolvimento sustentável em Rondônia, com foco no aglomerado transfronteiriço Guajará-Mirim-Guayaramerín, devem ser compreendidas sob uma ótica multiescalar e multidimensional. A transição do estado de uma "periferia logística" para um "centro logístico-produtivo" no Quadrante Rondon exige que a infraestrutura física seja acompanhada por uma robusta infraestrutura institucional e por políticas que priorizem a bioeconomia e a preservação socioambiental.

No âmbito da governança e institucionalidade, urge a elaboração e implementação de um Plano Diretor Conjunto entre Guajará-Mirim e Guayaramerín. Este instrumento deve ter caráter orientativo e binacional, contemplando o zoneamento urbano integrado, diretrizes ambientais compartilhadas, mapas de riscos — focados especificamente nas dinâmicas de cheias e estiagens do sistema Mamoré-Guaporé — e a proteção ativa dos corredores socioculturais. A ausência de um planejamento urbano coordenado resulta em lacunas na gestão de resíduos sólidos e saneamento, problemas que ignoram divisas nacionais. Complementarmente, é fundamental a plena aplicação do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV), garantindo que a população transfronteiriça tenha acesso simplificado a serviços públicos de saúde e educação, além de facilitar a circulação de bens de subsistência, reduzindo a informalidade e fortalecendo

os laços comunitários históricos.

No plano documental e de monitoramento, a recomendação primária é a consolidação de uma base geoespacial e jurídico-administrativa unificada. Isso envolve a centralização de contratos, termos de referência e cronogramas do DNIT para monitorar rigorosamente a execução da ponte binacional sobre o rio Mamoré e seus respectivos acessos. Este monitoramento não deve se limitar à obra de engenharia, mas estender-se aos efeitos sobre a organização do espaço urbano, as transformações nas cadeias produtivas locais e as alterações nos regimes de circulação de pessoas e cargas.

A criação de um Observatório da Fronteira Rondoniense permitiria a análise sistemática de dados operacionais, como fluxos aduaneiros, tempos de travessia e produtividade de terminais. Esses dados são essenciais para avaliações ex-ante e ex-post de impacto regulatório, garantindo que os investimentos internalizem ganhos de escala e reduzam externalidades negativas. A base geoespacial deve ser compartilhada entre os entes subnacionais e federais de ambos os países, promovendo uma transparência técnica necessária para a cooperação regional.

Para a infraestrutura e logística, a estratégia deve focar na materialização do Anel de Infraestrutura Multimodal. A ponte binacional deve ser obrigatoriamente equipada com Postos Integrados de Fronteira (PIF) que permitam o controle aduaneiro, sanitário e migratório em um único ponto (balcão único), garantindo a interoperabilidade documental com a Bolívia e eliminando gargalos burocráticos.

É necessário investir em infraestrutura de "cadeia de frio" e plataformas de armazenagem em Guajará-Mirim para processar e conservar produtos da bioeconomia e da piscicultura antes do escoamento para os mercados andinos e para o Pacífico. Sem essa estrutura de suporte, a ponte servirá apenas como passagem para grãos, perdendo-se a oportunidade de agregar valor localmente. No setor de comunicações, recomenda-se a expansão da rede de fibra óptica transfronteiriça, conectando os eixos de Porto Velho e Guajará-Mirim às redes bolivianas, mitigando o isolamento digital da faixa de fronteira e possibilitando a modernização dos serviços públicos e privados.

Quanto ao desenvolvimento econômico, as recomendações focam na diversificação produtiva com a "floresta em pé". Deve-se tracionar as cadeias de valor do açaí, castanha-do-pará, óleos vegetais (como o de copaíba) e, especialmente, da piscicultura (Tambaqui e Pirarucu) por meio de políticas de compras públicas sustentáveis e da criação de uma certificação pan-amazônica de origem e sustentabilidade.

A Suframa deve atuar como indutor da Zona Franca Verde em Guajará-Mirim, oferecendo incentivos fiscais específicos para indústrias que utilizem matérias-primas regionais e apresentem baixo impacto ambiental.

O fortalecimento tecnológico deve ser buscado via parcerias com institutos de pesquisa de excelência, como o SINCHI na Colômbia ou as universidades locais de Rondônia (UNIR) e do Beni (UAB), para agregação de valor qualitativo aos produtos extrativistas aromáticos e medicinais, transformando o potencial biológico em ativos econômicos reais.

No eixo ambiental e social, é imperativo que a integração física venha acompanhada de salvaguardas rigorosas. Recomenda-se o fortalecimento da fiscalização nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas que circundam Guajará-Mirim (como a TI Igarapé Ribeirão e o Parque Estadual de Guajará-Mirim), utilizando sistemas de monitoramento em tempo real para impedir que a nova acessibilidade logística impulsione o desmatamento ilegal ou a grilagem de terras.

A participação dos atores subnacionais e, crucialmente, das populações indígenas deve ser garantida em todos os conselhos de gestão da fronteira. O desenvolvimento regional só será soberano se respeitar a sociobiodiversidade local e se for capaz de integrar as comunidades tradicionais nas novas cadeias produtivas. A segurança pública também deve ser tratada sob o binômio segurança-desenvolvimento, combatendo ilícitos transfronteiriços por meio da cooperação policial e de inteligência binacional.

Por fim, no plano diplomático, recomenda-se que o governo brasileiro utilize a posição estratégica de Rondônia para projetar o país de forma soberana rumo ao Caribe e ao Pacífico. Isso implica em manter uma agenda de diálogo permanente com o departamento de Beni, na Bolívia, para a harmonização de normas sanitárias e de transporte terrestre e fluvial.

A integração regional em Rondônia não deve ser vista apenas como um projeto de exportação de commodities agrícolas, mas como a construção de um espaço funcional de cooperação sul-americana. Ao reduzir as assimetrias periféricas e promover a resiliência da Pan-Amazônia frente aos desafios globais, Rondônia afirma-se não como o fim de uma estrada, mas como o coração de uma rede interoceânica sustentável e próspera.

Esta nota foi preparada no início de 2026 a partir de pesquisas de campo realizadas em todos os estados fronteiriços da Amazônia brasileira e também nos países vizinhos, com o objetivo de contribuir para o debate público sobre desenvolvimento fronteiriço, infraestrutura e bioeconomia no Arco Norte e Rondônia. Não se trata de um estudo exaustivo, mas de uma síntese inicial de reflexões que serão aprofundadas em documentos técnicos e em um livro a ser disponibilizado em www.ipea.gov.br/portal/americadosul. Em um contexto marcado pela crise da governança global, pela fragmentação regional e pela crescente disputa das grandes potências por recursos naturais — energéticos, minerais e biológicos —, a cooperação amazônica e as regiões de fronteira enfrentam novos e complexos desafios. Sozinhos podemos ir mais rápido, mas

juntos vamos mais longe. Não há desenvolvimento sem segurança, nem segurança sem desenvolvimento: integrados, estaremos mais protegidos e mais capazes de assegurar uma vida digna, compatível com a floresta em pé, nas fronteiras amazônicas. As políticas públicas precisam, portanto, avançar para uma visão integrada do desenvolvimento fronteiriço, articulando infraestrutura, ciência, inovação, cooperação internacional e valorização dos territórios e de suas populações. O fortalecimento da presença do Estado, em diálogo com atores locais e países vizinhos, é fundamental para transformar fronteiras em espaços de oportunidades, e não de vulnerabilidades. Nesse esforço coletivo, o Arco Norte e Rondônia pode se afirmar como um vetor estratégico de um desenvolvimento amazônico soberano, inclusivo e comprometido com a preservação da sociobiodiversidade.



Foto: Marcello Sokal/Sedur-RO

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

As publicações, documentos técnicos e demais informações relacionadas ao projeto encontram-se disponíveis no **site oficial** do Projeto Fronteiras da Amazônia, ampliando o acesso público aos conteúdos produzidos e fortalecendo a transparência do processo.

Acesse:



Execução

ibam instituto brasileiro de administração municipal

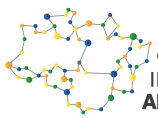
Realização

IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Apoio:



CONSÓRCIO
INTERESTADUAL
AMAZÔNIA LEGAL

ipea
Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SUDAM

GSI

Execução:

ibam
instituto brasileiro de
administração municipal

Realização:

IICA

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO